UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Gestão do Território, a Política Urbana Para o Estado de São Paulo - Região de Presidente Prudente 1970-1990

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientando:
José Barreira

Orientadora:
Profrª Drª **Amália Ines Geraiges de Lemos**

AGRADECIMENTOS

Tenho um enorme receio em suprimir nomes de alguns daqueles com os quais convivi na luta por um país melhor e mais justo, os quais contribuiram para que aprendêssemos a observar o cotidiano das construções espaciais.

* Ao CNPq pelo vital apoio financeiro a este projeto;
* A Professora Drª Amália Ines Geraiges de Lemos pela amizade, orientação sábia e persistente;
* Aos amigos Armando Pereira Antônio, Armen Mamigonian, Arnaldo Menecózi, João Afonso, José F. Leite, Marcos Alegre, Olímpio Beleza Martins e tantos outros;
* Aos amigos e companheiros de ERPLAN: Alcides, Caldeira, Claire, Dênis, Donaton, Donizette, Eder, Jaime, João Assao, João Cleps, Leila, Lourdes, Nivaldo, Lúcia, Mário Sérgio, Nadir, Rosângela, Silvana Vandira e todos os estagiários que por lá passaram;;
* Indistintamente a todos os amigos e colegas da Geociências e da Matemática da Universidade Estadual de Londrina;
* A amiga Alice Asary e Edson Archela pelas sugestões apresentadas a este ensaio, bem como `a Fumiko e `a Ana pela presteza e interesse com que assistido aos alunos da pós-graduação no Departamento de Geografia da USP e

com especial carinho, à minha família, no seio da qual tivemos de multiplicar os ânimos, entre tantas razões, para sobrevivermos ao desgoverno que se implantou no Paraná nestes últimos anos,

à minha esposa e companheira
Eunice,
aos meus filhos:
Cristiane, Fernando e Patrícia,

minhas gratidões.

São Paulo, Abril de 1991 .

SUMARIO

PAG.

FORMULAÇAO DA PROBLEMATICA:

As Razões da Escolha Deste Tema e da Area Geográfica.....1

CONCEITOS REGIONAIS APLICADOS A POLITICA URBANA

PAULISTA - UMA REVISAO REFLEXIVA 22

PRESIDENTE PRUDENTE, UM OBJTETO DO PROGRAMA

"CIDADES DE PORTE MEDIO" ENQUANTO GESTAO DE TERRITORIO 42

DO ESPAÇO DO HERDADO...

AO ESPAÇO OBJETO DA GESTAO DO TERRITORIO -

Colonização e Formações Político-Territoriais.....72

A Emergência de Presidente Prudente Enquanto Centro Terciário, Objeto e Instrumento de Gestão do Extremo Sudoeste Paulista.....99

AUTONOMIAS DAS GESTOES LOCAIS DESTRUIDAS:

OS IMPACTOS DO SISTEMA TRIBUTARIO NACIONAL SOBRE AS FINANÇAS PUBLICAS E GESTOES MUNICIPAIS.....126

O COMERCIO REGIONAL -

A ruptura entre a funcionalidade econômica e funcionalidade formal: Algumas considerações em torno do fluxos de mercadorias.....131

CONSIDERçOES FINAIS.....154

BIBLIOGRAFIA.....169

FORMULAÇÃO DA PROBLEMATICA:

As Razões da Escolha Deste Tema e da Area Geográfica.

Ao longo da consecução deste projeto de pesquisa, passamos por um processo contínuo de reciclagens teórico-metodológicas relativas à Geografia,aos Estudos Regionais e à Economia Política. Acresce-se aqui um conjunto de sugestões apresentadas por ocasião do exame de qualificação, bem como muitas outras extraídas de palestras, de defesas de teses e, principalmente, através de conversas diárias com outros tantos colegas de ciência geográfica bem como durante as entrevistas informais que mantivemos ao longo desse tempo.

Essas nossas reflexões sobre a questão regional, mais precisamente em termos da *Política Espacial* aplicada sobre o Extremo Sudoeste Paulista vivenciada por nós entre 1978 e 1984, são o resultado das experiências porque passamos enquanto técnicos responsáveis pelo acompanhamento de tal estratégia exercido junto ao ERPLAN (Escritório Regional de Planejamento*), sediado em Presidente Prudente. Este escritório regional, como um órgão descentralizado da Coordenadoria de Ação Regional, que à época estava vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento (SEP) do governo paulista (até 1985), passou a vincular-se à Secretaria do Interior. Por si só, essa mudança de subordinação já nos chamou à atenção para as questões dos arranjos territoriais institucionais que a mesma traduzia. Hoje a Coordenadoria de Ação Regional está novamente vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento.*

Embora possa se considerar sete anos como um período relativamente pequeno para se assimilar uma gama variada de fatos complexos extraídos da realidades econômica e política concretas, isto é do cotidiano da vida regional, principalmente, naquilo que toca às determinantes da gestão do território no extremo Sudoeste Paulista - o referido tempo parece ter sido o bastante para que assimilássemos pelo menos dois conjuntos de indagações: primeiro, enquanto auto-crítica, acerca de nossa conduta teórico-metodológica, de uma postura alienada, ou seja, uma suposta neutralidade científica; *segundo, por depararmos com as repetições de determinadas reivindicações locais e regionais evocadas no seio da classe política formada, em boa parte, por empresários ligados a todos os setores da economia regional.*

Essas nossas indagações somente puderam emergir a partir de reflexões acadêmicas, quando então ministrávamos as disciplinas de Geografia Regional e Planejamento em Geografia. Isto implica que, na caminhada de nossas reflexões, fizemos o percurso do empírico ao teórico, *qual seja, do ato de "fazejamento" ao reflexivo. Em verdade as reflexões que aqui iniciamos não têm outro endereço mais importante senão aqueles profissionais vinculados ao trato das* reorganizações institucionais dos espaços herdados, qual seja, dos arranjos espaciais da economia pela via da regionalização institucionalizada.

No caminho para analisar essa realidade objetiva, como por exemplo o espaço como uma totalidade, é preciso tenhamos claros os conceitos : estrutura, processo, função e forma, como conteúdo metodológico. Por estrutura tomaremos a "articulação das partes entre si (produção, circulação, distribuição,

consumo)" no interior de um conjunto (nações, territórios) que os organiza, constrói, destrói, e dita as funções das formas, parafraseando Milton SANTOS (1986).

O tempo é um conceito fundamental para o entendimento de uma realidade objetiva qualquer. Processo é um movimento, seja ele de continuidade ou de mudança de uma dada realidade social concreta. Todos os elementos de uma realidade objetiva que se apresentam visualmente ordenados, arranjados, resultam em formas momentâneas que podem ser descritas. Mas cada forma realiza um papel ou um conjunto de tarefas, traduzidas por funções (Idem). Assim pode-se partir das formas para a compreensão da essência do espaço. A essência do espaço deve ser buscada nos processos e funções determinados pelas interrelações dos elementos, em suma, pela estrutura.

As formas precisam corresponder a valores dados pela sociedade, e estes variam de acordo com a sua estrutura social e econômica, portanto combinando estruturas e funções sociais. O mesmo não se dá com função sem análise da estrutura. Tais movimentos se dão em diferentes níveis ao longo do tempo, isto é, mudam com extrema rapidez: na economia, na política, enfim, no conjunto das relações sociais, etc., sempre vinculadas entre si (Idem).

As organizações espaciais são heranças da acumulação de mudanças pelas formas de organização da sociedade e pela concepção de valores de usos que se faz para estruturar os seus espaços. As quatro categorias já referidas (estrutura, processo, forma e função) não devem ser analisadas separadamente. Entre os profissionais referenciados, estão aqueles colegas que se enveredaram para a prática de um

planejamento pragmático e autoritário, e que ainda não puderam ou não se deram conta dos verdadeiros papéis que estão prestando no desempenho das construções espaciais pelas sociedades locais e regional. Portanto, trata-se, isto sim, de alertar e até mesmo de oferecer algumas pistas aos *planejadores* em algumas situações muito especiais, principalmente entre aqueles que fazem parte dos quadros da burocracia estatal, em cujos níveis decisórios não se tem sido possível navegar com independência do empírico ao teórico e muito menos do teórico ao empírico. Quer dizer, essa cegueira dialética à qual estão submetidos muitos profissionais, independentemente de suas vontades, impede quaisquer contribuições para a evolução do conhecimento do cotidiano que está por trás das relações econômicas, sociais e políticas mais amplas que possam estar determinando os atributos dos lugares, onde esses corpos técnicos estão se reproduzindo enquanto cidadãos.

Por se tratar esta análise de reflexões num campo bastante complexo que é o da Política Espacial, escolhemos um esboço teórico-metodológico que percorresse as principais *concepções sobre o regional* mais alinhadas às formulações das Políticas Regionais, mais enfaticamente no plano teórico, mas sempre que possível apoiado no cotidiano, no concreto. Isto se deve pelo fato de que são muitas e generalizadas as nossas dificuldades de compreendermos as políticas espaciais, uma vez que os conceitos de *Política Espacial e Região* ainda não alcançaram um nivelamento mínimo entre os cientistas sociais (geógrafos, economistas, urbanistas, sociólogos, etc.).

Este trabalho é, em linhas gerais, uma busca dos conteúdos das formas geográficas que o Extremo Sudoeste Paulista foi assumindo como expressão de um processo inexorável

de sua incorporação à economia nacional, principalmente sob o comando da capital paulista e ainda subordinada ao mercado internacional do café. Mais recentemente é que o interior paulista passou a sofrer uma política de reorientação espacial de sua economia através de setores públicos, de modo a se poder reorganizar o mercado paulista e nacional, como um todo "coerente" à lógica da fluidez da produção e consumo privado e consumo coletivo.

É partir dos anos 50 que a economia interiorana vai se tornando cada vez mais subordinada ao esbôço da formação de um mercado nacional com a industrialização crescente no território paulista. Essa determinante lhe impunha uma modernização progressiva ao campo, aceleração das transformações sociais nas relações entre capital e trabalho (destruição e recriação do campesinato, por exemplo); novas fontes energéticas dirigidas pelo modêlo industrial - álcool como combustível, com consequentes avanços das culturas canavieiras com impactos nas pequenas cidades locais em termos de moradia, escolas, serviços de saúde, etc..

A partir de 1946 o país começava a ter o seu território como objeto de políticas espaciais das mais diversas modalidades que percolavam pelas Constituições Federais. Um dos exemplos de políticas espaciais não explícitas[1] foi o Sistema Tributário Nacional - de 1946 em diante, sem contar com outras modalidades explícitas ou não de políticas espaciais, muitas das quais puderam passar desapercebidas.

---

1. Implícita quando o seu verdadeiro objetivo não está posto à sociedade de forma transparente.

Para completar essa idéia, as razões pelas quais as atuais *frentes de expansão agrícola*, a exemplo do que hoje vêm se dando através das *formas de recriação agrária em algumas localidades da Alta Sorocabana de Presidente Prudente*, principalmente no Pontal do Paranapanema, somente podem ser entendidas quando inseridas no contexto das transformações que ocorreram e vem ocorrendo no bôjo da política econômica do país. O urbano vai sofrendo transformações a partir de novas formas de relações de trabalho no campo.

Neste trabalho pretendemos esboçar algumas considerações mais gerais sobre *as estratégias institucionais do qual o aparelho estatal lançou mão para arranjos do território paulista no período 1970/90*. Faremos nossas análises buscando algumas concretitudes espaciais no conjunto das relações da economia regional, no caso a Região Administrativa de Presidente Prudente como parte indissociável do conjunto da organização espacial da economia paulista.

Portanto, o que procuraremos fazer é exatamente abstrair dos fatos concretos mais gerais a essência das políticas de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado de São Paulo. Evidentemente, é preciso que estas reflexões devam procurar pelos conteúdos das formas espaciais de modo que possamos por em evidência algumas particularidades de conflitos internos existentes entre classes dominantes locais vinculados à questão territorial.

As indagações que vão nortear o nosso objeto envolve uma caminhada pela estruturação da economia regional - a do extremo Sudoeste Paulista - de modo que a mesma nos possa revelar, em linhas gerais, a formação mais geral do terciário

dos centros urbanos locais, tanto como instrumentos de apoio à colonização, quanto objetos passíveis de Política Urbana Paulista implantada.

Para tal tarefa trataremos de explicar a partir do processo histórico-regional nas suas determinações mais gerais, sem contudo ter a pretensão de tê-la esgotado, procurando retomar os primórdios dos núcleos urbanos da região de modo que isso nos permita levantar algumas definições de seus papéis no atual sistema de cidades.

Diante destes propósitos, estabelecemos uma periodização, com base bibliográfica, que procuraremos respeitar de modo a podermos nos aproximar dos resultados pretendidos:

1)*Frente de expansão (1880-1920)*: hegemonia do Sul de Minas Gerais na base das incorporações espaciais, pela via da pecuária extensiva - pastoril: os esboços dos primeiros centros urbanos; 2)*Frente Pioneira (1920-1960):* os papéis das incorporações econômicas via penetração da ferrovia e das economias cafeeira, algodoeira e a expansão da pecuária na gênese da formação urbana regional e a 3)*Formação da Infra-estrutura terciária pública (1960-1980)* - descentralização ou regionalização de órgãos públicos enquanto suportes ou infra-estruturas urbanas de apoio à modernização bem como um amortecimento das emigrações rurais-urbanas e urbanas-urbanas, e dos seus impactos no campo bem como nas cidades pequenas. Reversão da atual polarização mediante o estabelecimento de uma nova rêde urbana induzida para o território, através de investimentos privados presentes nas políticas urbanas concretas implícitas como Sistema Tributário, Orçamento Programa e Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

Embora abusando do caráter enfático, tivemos em mente, sempre que possível, evitar a linearidade histórica, entre outras razões, por se tratar essencialmente de uma postura reflexiva. No tópico que tratamos da movimentação da economia do Extremo Sudoeste paulista, as chamadas feitas para aquém dos anos 40 objetivaram apenas resgatá-las sob uma nova perspectiva, a de retrabalhar a sua inserção no conjunto do desenvolvimento da economia estadual e macrorregional e da perspectiva do desenvolvimento da economia urbana, isto é - sob o comando de *políticas espaciais*. Entendemos que tal retomada da formação histórica regional deva ser sucinta, sem contudo prejudicar a sua compreensão maior, mesmo porque em nossos endereços estão aqueles profissionais há muito familiarizados como as especificidades do espaço que estamos trabalhando, mas que se não se deram conta do caráter de processo que os fatos apresentam.

Aqui, esperamos que o novo esteja na forma de abordar a organização da economia regional, do enfoque da projeção direta do Estado, das políticas de inserções dentro de uma economia que não se limitou à região e, a partir daí, do urbano enquanto consumo, mercado, uma vez que o urbano, numa economia cada vez mais moderna, foi e tem sido um objeto básico das estratégias públicas de reorganização espacial para o o setor privado.

Portanto, o urbano regional e local serão aqui tratados enquanto centros de consumo e não como pólos industriais. Em outras palavras, trabalharemos o urbano-regional a um só tempo como <u>instrumento</u> e como <u>objeto</u> das estratégias espaciais no planejamento do consumo global do país, e não como

numa política espacial meramente isolada.

Como tal, não poderíamos deixar escapar algumas considerações em torno da gênese de alguns conflitos internos às classes sociais, em emergência no cenário político local e regional, que sintetizam e reproduzem determinados conceitos regionais, hoje ideologizados por necessidades de reprodução das próprias classes dominantes locais.

Mas, sem dúvida, grande parte das atividades do cotidiano ou das formações territoriais põe por terra a existência da 10a Região Administrativa de Presidente Prudente enquanto uma região, mesmo que formal. Para isto basta por em evidência os antagonismos existentes no interior desse espaço formal que vêm se manifestando concretamente na natureza dos movimentos reivindicatórios microrregionais.

A modernização dolorosa porque passa o campo, as mudanças nas relações urbano-rural, a industrialização poli-nucleada que tem levado a reboque uma urbanização acelerada e acompanhada também de uma concentração do terciário superior, ainda mantêm ou conseguem reproduzir atributos "espaciais locais" como *Sorocabana*, por exemplo. Os territórios sempre careceram de atributos ou signos formais no proceso de valorização dos mesmos e, em razão disto também enquanto elementos de trocas políticas. Na verdade esses atributos respondiam às transformações que conduziam as inserções das economias locais à economia nacional. As valorizações das antigas regiões paulistas do café e da cana-de-açúcar também sofreram reformulações nos seus atributos originais.

A sociedade em geral tem assimilado e reproduzido de

uma forma alienada os símbolos da ideologia das classes dominantes locais, sem que a mesma, na sua grande maioria, tenha apropriado os desdobramentos concretos dos referidos atributos que ajudou a disseminar. O mecanismo dessa propagação dá-se em razão das reivindicações dos setores empresariais serem, sempre seguidas, de côros ou reforçadas pelos apêlos desenvolvidos no seio das classes populares afetas a um determinado lugar (localidade geográfica).

A Política de Regionalização Paulista, concebida em 1967, mas implantada somente no início dos anos setenta, mantendo-se até meados dos anos oitenta, rompeu dois conjuntos territoriais de suas raízes históricas, tais como, *a Nova Alta Paulista e a Alta Sorocabana de Presidente Prudente* que foram aglutinadas de fora para dentro, ou seja, fora das relações econômicas, políticas e sociais que lhes davam unidades originais. Essa *regionalização formal* desvinculou a Nova Alta Paulista de sua gênese, rompendo as polarizações históricas iniciais do seu povoamento (via Araçatuba e Marília) para dar lugar a uma polarização funcional urbana formal (terciário induzido) por Presidente Prudente. A *Região Administrativa de Presidente Prudente* foi o espaço sob a intervenção do urbano formal e econômico. O seu conteúdo econômico não refletia o papel formal que, por sua vez, não podia sustentar o funcional econômico, tanto que a referida regionalização deu lugar a uma nova regionalização, isto é, política: as *Regiões de Governo*, no final do governo Montoro, por volta de 1985.

Excluindo a Região Metropolitana de São Paulo, foram dez as Regiões Administrativas institucionalizadas com propósitos de se alterar a rêde urbana paulista fortemente radial e comandada pela capital paulista. A estratégia tradicional foi

de reorientar investimentos públicos de modo a poder indicar novos rumos para a rêde urbana até então vigente, o que se deu através da formalização de regiões "programas" e via polarização indutora do terciário, com o apoio especial para as descentralizações relativas a um certo nível de aparelhos burocráticos governamentais.

E é neste campo que tal estratégia se esbarrou em diversos obstáculos políticos, ideológicos e administrativos em termos de gestão da Economia, do Território - especialmente ligados às Microrregiões Homogêneas - no Estado de São Paulo.

A maioria das Regiões Administrativas do Oeste, formadas por mais de uma Microrregião Homogênea, localizadas no extremo do Estado, ao longo de sua existência ressentiu-se *das subdivisões territoriais, as quais repercutiam em* dificuldades no poder aglutinador das suas classes dominantes de um lado e de outro, em torno de objetivos comuns que pudessem transformar os seus interesses econômicos em questões políticas concretas por meio de artifícios como os *atributos homogêneos*. As composições de forças nunca foram iguais também por conta das determinações próprias das formações econômicas microrregionais.

Por essas razões procuramos incluir neste tópico, pelo menos algumas indagações mais objetivas para a edificação do corpo desta análise, quais sejam, um conjunto de referenciais teórico-metodológicos, entre os quais estão implícitos alguns daqueles que mais influenciaram sobre as formas concretas da regionalização no Brasil para fins de intervenção.

A vocação regional está aqui sendo trabalhada como arcabouço econômico (relativo ao Extremo Sudoeste Paulista)

contendo determinadas especificidades microrregionais marcadas por algumas dominâncias internas nas formas atuais de reprodução de seus capitais: atividades agrícolas, pecuária e indústrias de beneficiamento (de base alimentar), que mereçam, portanto, ser mantidas ou estimuladas pelo setor público, através de constantes aprimoramentos ou soluções de entraves ao setor privado.

Esse conceito assume aqui tende a assumir uma conotação diversa da forma costumeira. Portanto, esse deve resgatar o papel das infra-estruturas (econômica, física, social e política) ainda determinantes na definição (melhor, na concretização) de algumas das especificidades na economia regional, no âmbito da divisão espacial do trabalho no território paulista. Parece-nos que tal conjunto determinante deva ser considerado como uma indeterminação, tomando os seus resultados, em que pese a vinculação da economia regional com o mercado nacional e internacional.

Todo o aparelhamento urbano regional, como por exemplo o secundário, o comércio e serviço, está estreitamente ligado à base agrícola regional, apresentam uma certa coerência entre-si e que lhes acabam dando condições para continuar a se reproduzir enquanto tal. Entra em cena o setor público para realizar, com o apoio desses aparelhos urbanos pré-existentes, uma maior coesão à funcionalidade econômica regional.

As infra-estruturas componentes da economia do Sudoeste Paulista, herdadas macrorregionalmente, atuaram fundamentalmente na formação ou composição de determinadas singularidades regionais, razões que nos interessam muito de perto enquanto condicionantes da reprodução das suas

especificidades, pelo menos na luta política intestina à Política de Desenvolvimento Urbano e Regional no Estado de São Paulo, na qual Presidente Prudente é parte de uma estratégia.

As singularidades espaciais podem, por uma série de razões ou atributos determinantes, sintetizar um conjunto de representações ideológicas. As lutas que ainda se travam nos interior e exterior desses espaços (territórios) de representações, que concretizam as raízes daqueles conceitos-atributos, podem estar ocorrendo *não como formas de resistências contra possíveis mudanças internas, decorrentes da penetração do capital, mas sim como uma força que vem atuando na acentuação das divisões espaciais do trabalho.* Em resumo, a dificuldades políticas internas ao estabelecimento da região formal não estão se dando como resistência às alterações das relações de produção regional, ou de novas formas de subordinação dos capitais regionais aos capitais nacionais concentrados setorial e espacialmente.

Os *movimentos reivindicatórios que destacam as diferenciações regionais, levados a efeito pelas classes políticas locais, nada mais são do que as manifestações inevitáveis das formas concretas de compartimentações das economias regionais, ou seja, as concretizações das divisões espaciais do trabalho.* Manifestações sociais essas que emergem e reforçam os detalhamentos das divisões espaciais do trabalho, enquanto divisões técnicas.

Por que as pressões que são exercidas sobre os órgãos descentralizados da administração estadual têm sido efetuadas - seja por vereadores, prefeitos e deputados envolvidos com questões locais - de forma diferenciada em termos

de Microrregiões?

Como poderíamos explicar os antagonismos postos em evidência entre as classes dominantes interregionais (Nova Alta Paulista e Alta Sorocabana de Presidente Prudente e mesmo no Pontal do Paranapanema) que não fossem pelas dificuldades das mediações realizadas pela classe política nas entranhas do aparelho estatal - legislativo e/ou executivo estadual?

Temos em mente, relativo às políticas espaciais, que a abertura, a ocupação, o crescimento e desenvolvimento de novas áreas rurais e urbano-industriais foram necessariamente decorrentes de *Políticas Espaciais Implícitas*. Os seus objetivos finais nem sempre estiveram transparentes à sociedade como um todo, apenas na retórica, nos discursos. As Políticas Espaciais Implícitas tiveram sistematicamente um papel decisivo nos processos de concentração e centralização como corolário do modêlo econômico.

Embora elas possam e tenham usado de formas diferentes com a mesma ideologia, não se pode negá-las pelas suas contribuições quanto a algumas mudanças nos fluxos migratórios, descentralizações e interiorizações de certos setores da economia em determinadas regiões brasileiras, mesmo porque, a cada dia que se passa, as empresas dantes locais são cada vez menos locais e mais nacional. O mesmo se dá com os comandos das formas de incorporações econômicas das zonas de ocupação mais antigas.

Avançando um pouco mais nessa questão, "...a melhor explicação para a predominância de políticas implícitas seria de que aquelas explícitas de redistribuição da população tentados no Brasil nunca tiveram suficiente sustentação política, social ou

econômica (...) Nenhum grupo de pressão teria proveito com políticas de migração interna, de planejamento urbano ou de colonização (através do assentamento de pequenos agricultores). A política regional contou com alguns sustentáculos fortes - as elites de poder nas áreas menos desenvolvidas - mas a sua preocupação maior sempre era a de atrair recursos subsidiados que poderiam manipular em seu próprio benefício" MARTINE (1988).

Os volumes de recursos subsidiados e/ou a Fundos Perdidos - a exemplo dos Projetos Urbanos de Recuperação Acelerada (CURA), com recursos provenientes do Banco Mundial, intermediados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) - foram aplicações de natureza a poder criar valores de mercado nos espaços urbanos como uma totalidade (nos âmbitos de rêde e de malha), através de pavimentação das vias públicas da malha urbana de cidades de médio porte e intermediária, como aconteceu em Presidente Prudente (anéis viários, vias de acessos, galerias de águas pluviais, retificações de canais fluviais urbanos, saneamento) e, mais recentemente, estendidos às administrações em Dracena, Adamantina, Osvaldo Cruz e Presidente Venceslau, centros esses que na divisão regional anterior já haviam desempenhado formalmente papéis indutores, como sub-séde de órgãos públicos descentralizados.

O caráter da postura implícita das concepções de políticas de desenvolvimento urbano fica evidente como suporte para o crescimento e desenvolvimento regional. As classes políticas envolvidas nesses processos, em números reduzidos mas de sustentação significativa, atinentes aos casos que acabamos de citar, não permeabilizaram a passagem da verdadeira natureza dessas concretizações, que no fundo serviram mais eficazmente à

especulação imobiliária que ao crescimento geral da economia urbana local e regional baseada na premissa dos estímulos aos pólos de crescimento, como deveriam se comportar funcional e institucionalmente aqueles centros urbanos anteriormente referidos.

A metrópole paulistana teve, um papel singular como motor dessa reorganização espacial interna, na formação gradativa das divisões regionais do trabalho - produção, consumo, distribuição e circulação - como se poderá verificar no mapa anexo sobre a distribuição das rendas no âmbito do Estado de São Paulo, com repercussões significativas sobre as atividades urbanas já esboçadas durante a economia cafeeira, principalmente no que tocam às ampliações e transformações dos aparelhamentos urbanos para atender ao avanço da economia algodoeira e à intensificação e relativa modernização do setor agropecuário regional.

Vamos considerar que o marco inicial das políticas espaciais no estado de São Paulo foi por volta dos anos 30, quando se esboça uma divisão espacial do trabalho agro-industrial nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto; têxtil e metalúrgico em Sorocaba.

Durante os anos 50, emergem as indústrias de base em decorrência da expansão e redimensionamento dos setor de bens de consumo duráveis em termos de mercado interno, principalmente o paulista. Nesse processo vieram a se alterar as relações cidade-campo: a intensificação da subordinação da agricultura à indústria, isto é, relações centradas no urbano-industrial, fazendo emergir uma série de reestruturações setoriais tanto no rural (em termos mais amplos) quanto no urbano - comércio e

serviços por exemplo - redimensionamento qualitativo e quantitativo das funções urbanas.

As indústrias pesadas instaladas no final dos anos 50 e, principalmente, o chamado "milagre econômico", no início dos dos anos 70, alteraram o perfil da ubanização brasileira, atingindo em cheio o Estado de São Paulo. Diversos dados demográficos relativos ao período entre 1960/70 demonstram o rumo tomado nesta fase da nossa história econômica, principalmente nos termos das migrações inter-regionais no território paulista.

No bôjo da industrialização com a modernização da agricultura no Estado de São Paulo alteraram-se as relações sociais de produção no campo com implicações nas relações entre o rural e o urbano processando mudanças na urbanização, vamos dizer, diversificando cada vez mais de modo a atender as novas tramas de relações inter-setoriais: da indústria com a agricultura e com o terciário; do terciário com a agricultura e indústria. Não se tratam, porém, de simples relações, mas de relações de subordinação principalmente da agricultura para com a indústria, por exemplo, na qual a primeira passa a se comportar como um ramo.

A mudança na urbanização foi substantiva como resposta às ampliações de um mercado de consumo cada vez mais moderno, ainda mais por este se apresentar fortemente heterogêneo em termos de rendas. Os dois circuitos da economia urbana vão ficando cada vez mais nítidos como uma das resultantes dessas

novas relações inseridas na economia urbana[1].

Nas cidades da região, as manifestações qualitivas traduzem-se por terciários divididos, em termos de mercados, tal como estão divididas as classes sociais. Nas cidades maiores, na mesma medida em que ocorre a sofisticação de seus equipamentos terciários, têm havido um crescente aumento da demanda por serviços de consumos populares como resposta dos empobrecimento massivo da população em geral, tanto daquela parcela fruto da migração rural-urbana como da pobreza já internalizada à economia urbana, acentuando os mercados urbanos cada vez mais divididos socialmente. As acentuações sociais, isto é, as disparidades sociais em termos de rendas familiares, continuam ampliando a economia urbana em mercados. Em Presidente Prudente, nunca foram tão acentuadas as fórmulas e as intensidades com que os órgãos públicos, em todos os níveis e setores, atuaram nas articulações conjuntas para a criação de espaços físicos de natureza nitidamente assistencialista. Tais articulações objetivaram a busca por fontes de recursos humanos e financeiros (esta última dentro e fora das finanças públicas) como formas alternativas de produção e circulação de alimentos de consumos populares, como aconteceram na década de 1980. Os programas de *hortas comunitárias* desenvolvidos pelas Secretarias da Agricultura e da Promoção Social assim como da Legião Brasileira de Assistência (LBA), somadas ainda as cooperações de vários outros órgãos regionais e locais.

Contudo, toda aquela dinâmica de

1.Resistimos contra os conceitos de Inchamento urbano, crescimento urbano desordenado e setor informal da economia urbana por esses não contribuirem para uma adequada compreensão do funcionamento da cidade capitalista.

produção-destruição-produção espacial no Brasil, são duplamente subordinados, dependentes, mesmo sob o comando direto da economia paulista, uma vez que não podemos nos esquecer da sua inserção no bojo da mundialização da uma economia, de caráter monopolista, por onde deveriam passar, por exemplo, as desobstruições dos obstáculos regionais às homogenização do consumo e da reprodução do capital de modo geral. Em outros termos, equivale dizer que é necessário, não apenas do ponto de vista crítico, mas muito mais em termos concretos, que a formação de um mercado nacional é uma incorporação desigualmente combinada, onde as contradições são necessárias à reprodução do capital. Para este ensaio, o que interessa ao capital não é aquilo que se prende às suas origens, a produção por exemplo, mais sim o espaço de consumo que deve ser mais o global possível.

Isto é posto a partir das transformações que trouxeram novas relações urbano-rural e urbano-industrial que deram uma nova estrutura à rêde urbana paulista. As cidades locais, como produtos próprio do capitalisto que imprimiu a colonização regional, estas serão fundamentais da economia de mercado: a um só tempo, centros de consumo, por excelência, da circulação, da difusão das inovações e da produção, complentando-se nelas os circuitos das realizações das mercadorias. Nos capítulos seguintes retomaremos com mais ênfases as conceitos aqui indroduzidos.

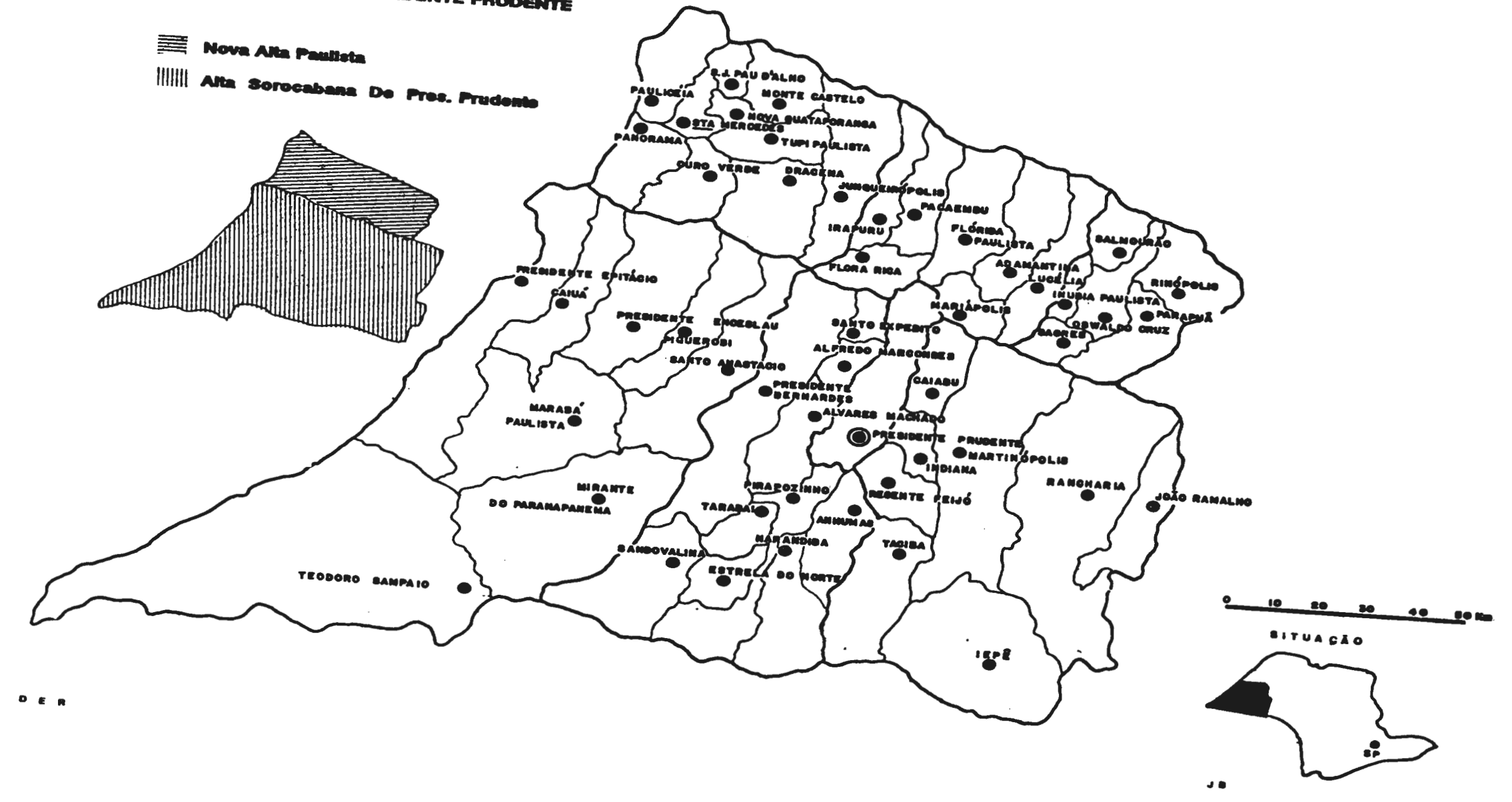
O espaço como objeto de nossas análises não poderia ter sido outro senão aquele por nós vivenciado na sua realidade econômica e política. Vivenciado não apenas enquanto cidadão, mas também enquanto profissional, enquanto obervador sistemático. O mapa (fig.1) delimita esse espaço assim como posiciona a

Região Administrativa de Presidente Prudente no Estado de São Paulo, exibindo suas em relaação ao sul de Mato Grosso do Sul e norte do Paraná. Este mapa ainda destaca os municípios que constituem cada uma das Microrregiões Homogêneas, a Nova Alta Paulista e Alta Sorocabana de Presidente Prudente.

Para buscar as dificuldades da gestão da Política Urbana Regional no Extremo Sudoeste, concentramos nossas indagações sobre as diferenciações de bases econômicas e políticas originais e internas após a corporificação desses dois espaços enquanto Região Administrativa de Presidente Prudente.

POLÍTICO - ADMINISTRATIVO 1986

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PRESIDENTE PRUDENTE



DER

JB

CONCEITOS REGIONAIS APLICADOS A POLITICA URBANA PAULISTA - UMA REVISAO REFLEXIVA

É preciso aqui, mesmo que muito superficialmente, que retomemos alguns conceitos e formulações teóricas relativos à questão regional para que possamos resgatar a compreensão da das *políticas espaciais* elaboradas e executadas por diversas escalas governamentais (nacional, supra-estadual, supra-municipal, municipal e outras).

A percepção do *"Espaço"* que surge mais forte acaba por ser a de expressão limitada ao *geográfico, isto é, à síntese.* Síntese das relações entre os elementos internos em várias escalas e imprimidas no território como paisagens.

Para o interior de uma território, tomava-se que as diferenciações de suas paisagens seriam decorrentes ou definidas pelos seus elementos internos dominantes. A dominância externa viria a se manifestar pelos seus atributos: o Natural, o Econômico, e uma outra região mais ampla, complexa, a região Funcional. A base da regionalização no Brasil, a partir dos anos 40, teria como pressuposto a diferenciação de áreas, isto é, a subdivisão de espaços maiores. No nível de macro divisão, o dominante na definição da unidade era dada por conta do quadro natural; enquanto que ao nível fisiográfico o elemento dominante estabelecido ficava para o sócio-econômico, como se pode observar nos trabalhos de F.M.S. GUIMARAES no IBGE, por exemplo.

Em termos de subdivisões, as pequenas áreas, para HARTSHORNE, precisavam ser analisadas em termos da máxima integração de seus elementos. Para ele o "'objeto da geografia regional é unicamente o caráter variável da superfície da Terra,

uma unidade que só pode ser dividida arbitrariamente em partes, as quais em qualquer divisão, são como as partes temporais da história, únicas em suas características'" HARTSHORNE citado por CORRÊA (1986). A questão da síntese regional,em verdade, traduzia-se por numa determinada totalidade por múltiplos processos. Mas essas sínteses de elementos, de quadros, apresentavam dificuldades de destacar aqueles elementos que de fato definiam cada realidade concreta. A abstração foi se impondo: cada regionalização determinaria os elementos que pudessem caracterizar e definir a homogenização de um espaço. Emerge o conceito de região como "'área ininterrupta possuidora de certa homogeneidade em seu centro, porém carecendo de limites definidos com clareza'" (WHITTLESEY citado por DUARTE (1980).

Novos conceitos regionais através do IBGE marcariam profundamente os estudos urbanos no Brasil, em particular. Em 1968 com as Microrregiões Homogêneas e, em 1972, as Regiões Funcionais Urbanas. Qualquer abordagem que trabalhe um espaço como uma totalidade (coesão entre atributos, metodologicamente pré-definidos) enquanto somatória das partes, acaba por desembarcar em dualismo. Para isto deveria haver um aparato teórico-metodológico que pudesse, para cada propósito de regionalização, definir as propriedades de cada elemento do lugar que se deseja classificar, já que aqui o conceito de região é o de classes de atributos espaciais (semelhanças), como regiões agrícolas, homogêneas, administrativas ou funcionais urbanas, etc..

Nos anos 50, pensadores ligados à economia política tiveram expressiva importância em termos de formulações teóricas

no campo regional, entre eles estavam PERROUX, BOUDEVILLE e FRIEDMANN. A partir de então a regionalização "passou a ser considerada como um instrumento de ação, sendo muito mais uma abordagem política, pragmática do que acadêmica" (Ibidem,p,14). Espaços econômicos e regiões representam a mesma realidade, podendo ser tanto funcionais (polarizadas, nodais) quanto homogêneas. A *teoria dos pólos de desenvolvimento se identifica com a teoria da Centralidade - produção e consumo.*

Tomou-se rapidamente aqui uma das posições bem conhecidas de PERROUX, aquela relativa a um terceiro[1] tipo de espaço que é o espaço como conteúdo de plano, constituída por uma unidade espacial destinada às práticas programadas pelo Estado e o Privado através de uma ação regional do primeiro sobre uma Região Programa (Políticas de Urbanização, etc..). A teoria dos Pólos de Crescimento, foi assim resumida por ANDRADE: "...o pólo é o centro econômico dinâmico de uma região, de um país ou de um continente, e que o seu crescimento se faz sentir sobre a região que o cerca de vez que ele cria fluxos da região para o centro e refluxo do centro para a região. O desenvolvimento regional estará, assim, sempre ligado ao do seu pólo" ANDRADE (1973). O *espaço conteúdo de plano foi, em verdade, um dos pressupostos embutidos na Política de Desenvolvimento Urbano e Regional Paulista.*

No processo da divisão espacial do trabalho, a cidade vai assumindo cada vez mais influência pela sua centralidade (distribuição de bens e serviços, consumo). É a partir daí que vão ocorrer as montagens da estratégias para o desenvolvimento nos países onde as rêdes urbanas já estão consolidadas. Ao

---

1.Regiões Homogênea, Polarizada e Programa.

contrário disto, nos países onde as rêdes são menos estruturadas, o planejamento toma como base os territórios formais (unidades administrativas) para apartir dessas fortalecer e consolidar as rêdes urbanas de determinados centros urbanos do interior do país.

Embutida nas teorias de crescimento e desenvolvimento, a questão dos pólos correspondia, em verdade, na eliminação dos obstáculos locacionais à eficácia da reprodução do setor privado: desconcentração espacial daqueles ramos que estavam nos limites das deseconomias de aglomeração. Nesse ambiente econômico e social surgem os conceitos de "organização espacial...padrão espacial resultantes de decisões locacionais, privilegiando as formas e os movimentos sociais sobre a Terra (integração espacial)". CORRÊA (1986).

A partir de alguns estudos anteriores, já se delineava um progresso do conhecimento em direção aos Processos Sociais e Econômicos e Diferenciação Espacial. O desenvolvimento econômico no processo de integração das economias autárquicas deparou-se com uma regionalização produzida de fora para dentro. Mesmo considerando uma nação, as relações sociais e econômicas promovidas no interior de seu território (para os países pobres) estão subordinadas a um movimento de relações mais amplas - ao comércio internacional - no qual se dão as trocas desiguais. A construção do espaço nacional brasileiro, como uma totalidade, deve ser visto como espaço que está sendo construído lentamente por diversas formas de subordinação, as integrações das economias regionais vão obedecendo às determinações tanto de políticas internas quanto por reflexos das políticas econômicas desencadeadas nos EUA, nos países europeus e no Japão. Em todos os âmbitos as economias regionais brasileiras vêm

desempenhando papéis determinados na funcionalidade dessa totalidade.

Se no enfoque sistêmico o espaço nacional constituia -se num *sistema regional* que poderia ser tanto homogêneo como funcional, esses eram tratados separadamente, por serem entendidos como resultados de processos diferenciados, portanto uma negação da totalidade social, econômica, política. FRIEDMANN e HIRSCHMAN contribuiram, decisivamente para com as abordagens do desenvolvimento regional a partir da teoria centro-periferia com as premissas das integrações espaciais e processos sociais e econômicos. O planejamento também já chamava para si toda uma atenção ou preocupação de base teórica: a abordagem sistêmica ou funcionalista, pois aqui a regionalização era tida como um processo de formação de regiões. DUARTE (1980). No Brasil temos Speridião FAISSOL e P.P. GEIGER como os representantes da produção científica decorrente daquela escola teórica, principalmente o primeiro.

Mais recentemente, após os anos 70, surgem novas formas de enfocar a questão espacial, com base no materialismo histórico. Nesse enfoque, é a sociedade que engendra o espaço geográfico, como uma totalidade. Esse enfoque parte de uma sociedade dividida em classes que, por si só, é capaz de engendrar unidades espaciais segregadas. Contudo esta é apenas uma divisão implícita das contradições internas dessa sociedade. O conceito de totalidade espacial deriva do fato de que "...a sociedade como um todo atribui, a cada um dos seus movimentos, um valor diferente a cada fração do território, seja qual for a escala da observação, e que cada espaço é solidário dos demais em todos os momentos" SANTOS

(1985).

Porém, tratando-se das redutibilidades (metodológicas) dos espaços, elas devem são entendidas como um conjunto de elementos que se interagem funcional e interdependentemente. Os elementos (conceitos) são "os homens, as firmas, as instituições, & o chamado meio ecológico e as infra-estruturas". Os fatos singulares devem necessariamente ser entendidos somente se inseridos no conjunto no qual sempre estiveram inseridos, portanto, da sua história e da sua atualidade, pois "a cada momento histórico cada elemento muda seu papel e sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da relação com os demais elementos e com o todo" SANTOS(1985). O autor chama a atenção para o fato de que as variáveis são estados ou atributos das coisas e não as coisas em si mesmas. Quando se trata de situações que envolvem pessoas essas não podem ser vistas como coisas, como elementos, é preciso que sejam vistas pelos atributos de suas condições de vida material, ou seja, "...seus estados de fome, de desejo enquanto situação". A variável, por definição, é algo que muda de valor, mas as mudanças a que estamos nos referindo se dão num processo histórico. Uma mudança de valor não é apenas qualitativa ou quantitativa, é fruto de uma movimento dialético. Os atributos dos elementos espaciais assumem valores que se subordinam ao papel que desempenham.

As pesssoas humanas enquanto produtoras e consumidoras, não estão igualmente distribuídas na sociedade e nem no espaço. Elas vão se diferir materialmente de lugar para lugar. Os meios de produção não estão igualmente distribuídos, o mesmo se dá com a mão-de-obra, com as fontes energéticas, e

tantas outras formas econômicas. A especificidade (atributo) do lugar reflete a combinação das variáveis que se processaram ao longo do tempo. Já os atributos do lugar alcançam valorizações num sentido mais amplo: como mercadorias, como espaço de reprodução das relações de produção. Dessa maneira, mesmo que cada elemento do espaço tenha uma valor singular, essa especificidade, essa concretitude, está subordinada à evolução do conjunto dos lugares. Deve-se descartar a causalidade e reforçar a contextualidade dos elementos ou variáveis.

Portanto, o espaço deve ser tomado como um produto social por excelência, o qual sintetiza o movimento da totalidade social, ou seja a instância econômica, política, ideológica, enfim, as relações sociais de produção. O espaço não é apenas o receptáculo das demais instâncias, ele é também uma instância que influi no conjunto estrutural, possuindo também suas determinações.

Verifica-se também que os conceitos como de espaços Homogêneos derivam de agregações espaciais de uma certa constância, seja de nível de renda, produtos específicos, que segundo LIPIETZ, correspondem cada uma "a uma certa estrutura, a uma certa prática, em uma certa instância no caso, respectivamente, a reprodução da força-de-trabalho, a instância político-jurídica, a validade social do equivalente geral da circulação" (1988). Também abstratos, os espaços polarizados estão vinculados aos fluxos de influências, traduz-se por articulações zonais (trocas de informações, produtos, serviços, etc..

Empresários da Alta Sorocabana de Presidente Prudente e da Nova Alta Paulista, ao mesmo tempo que solicitam aos

governos federal e estadual algumas modalidades de intervenções *corretivas*, têm procurado valorizar os atributos espaciais de seus territórios de modo a transformá-los em valores de uso, com o que podem justificar investimentos de setores privados extra-locais, um prestador de serviço específico, uma atividade industrial singular, etc.. Desse modo eles têm conseguido determinar as valorizações necessárias dos lugares. É em razão disto que a maioria dos prefeitos busca, nas instâncias públicas superiores Estadual, Regional e Federal, reforços para corrigir alguns obstáculos que o setor privado não é capaz de eliminar para sua expansão.

Parece-nos haver estreitas relações entre sujeitos e objetos de reivindicações microrregionais, bastante diferenciadas entre si. Algumas inferências entre dimensões de conteúdos nos fazem tentar a formulação da hipótese da existência de duas formações sociais no âmbito da Região Administrativa de Presidente Prudente, face as manifestações própria de cada uma das Microrregiões (Nova Alta Paulista e Alta Sorocabana de Presidente Prudente). Manifestações vinculadas às bases territoriais diversas, atributos de reproduções diferenciados.

As definições relativas aos atributos territoriais (físico, econômico, histórico) têm sido fundamentais na elaboração ou formação de conceitos regionais os quais são profusamente disseminados por toda a sociedade. No território paulista são fartos os exemplos de conceitos ou atributos territoriais institucionalizados enquanto regiões a partir de conceitos (mas não só exclusivamente) gestados por interesses ligados ao mercado de terras emergentes após a Lei das Terras de 1851.

Expressões difusas contrapondo *Nova Alta Paulista - predominantemente agrícola;* e *Alta Sorocabana de Presidente Prudente - de domínio da pecuária* e ainda o *Pontal do Paranapanema - dos latifúndios e da pobreza no campo,* formam um conjunto de representações simbólicas que partem de bases ideológicas fundamentadas na territorialidade, expressões dos espaços de reprodução das classes dirigentes locais, teatro de disputas pelo controle ou influência sobre órgãos regionalizados e, por conseguinte, de benefícios estatais. Conceitos dessa natureza também foram produzidos ao longo do processo de ocupação da Mogiana, Sorocabana, Araraquarense, Paulista e outras. Pierre MONBEIG faz diversas menções sobre essas denominações espaciais no território paulista.

Conceitos regionais como Nova Alta Paulista, Alta Sorocabana de Presidente Prudente e outras foram produtos de concepções que as sociedades locais extrairam das suas realidades concretas, nas quais estavam inseridas determinações de natureza histórica (econômica e política). Diante disto, os valores a elas atribuídos para e pelas "sociedades regionais" foram e têm sido frutos do desenvolvimento de várias de formas da reprodução do capital, da força-de-trabalho, fossem diretamente ligadas ou não às atividades agropecuárias. Aqui se tratava de um certa institucionalização de determinados valores de uso da terra através de diversos órgãos públicos - entre eles o IBGE - que tomaram emprestado conceitos de "regiões" para nominá-los enquato espaços formais, como as atuais Microrregiões Homogêneas.

Percebe-se a acentuação das preocupações por categorias analíticas que estudem a sociedade, o espaço, de modo

a expressar a concretitude do movimento da totalidade espacial, e essa categoria é da formação sócio-econômica.

Interessa-nos aqui lembrar da convergência entre M.MORALES e Milton SANTOS. Para o primeiro um Modo de Produção não é condição para que este crie seu espaço ou região, mas "sim que a cada formação social corresponde uma formação espacial e regional em permanente modificação" MORALES (1983). Esse ainda toma a formação social como uma categoria de análise mais objetiva, apesar de sua maior complexidade das articulações de suas instâncias. Para este, a formação social compõe-se de duas ou mais formas produtivas que se articulam entre si, sendo uma dominante. Ou seja, as combinações entre as formas de subsistência, reprodução simples e ampliada podem explicar o potencial da dinâmica de transição de uma formação social para outra.

As categorias Modo de Produção, Formação Social e Espaço são tomadas como interdependentes: "...todos os processos que, juntos formam o modo de produção (a produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são históricos e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social (...). A formação social compreenderia uma estrutura produtiva (...) e uma estrutura técnica" SANTOS (1985).

Comentando um trecho da obra de PERROUX, LIPIETZ diz que "'As nações não são nem espaços de mobilidade dos fatores da produção, nem do aprovisionamento de fatores homogêneos da produção; elas são constelações de pólos de desenvolvimento com seus meios de propagação, formam combinações de unidades motrizes e ativas e conjuntos, comparativamente, passivos e mudos; são

conjuntos econômicos estruturados, e quanto menos uma teoria leva em conta a sua estrutura, mais ela os trata como conjuntos uniformes e homogêneos e menos dá conta dos riscos e das oportunidades práticas da vida econômica das nações". Para o mesmo o espaço traz consigo tanto uma natureza homogênea como polarizadora: "...homogêneo do ponto de vista do modo de produzir e de sua estrutura; polarizado,do ponto de vista do modo de troca e de seu espaço de representação. Um bloco multinacional, uma estrutura social são espaços homogêneos na relação centro/periferia; um não acontece sem o outro. Há sempre unidade e relação de dominação em uma contradição. A homogeneidade é constitutiva da polarização (sem articulação, nada de polarização) e reciprocamente (sem desdobramento de uma campo de forças sociais, nada de unidade)" LIPIETZ(1988).

Para que exista um efeito acelerador, LIPIETZ diz que é necessário que ocorra uma matriz de trocas interindustriais a partir do pólo e que esta "não seja diagonal e que o pólo seja, em certo sentido, auto-suficiente", bens de capital, por exemplo. O mesmo ainda enfatiza que"...Os efeitos motores são reduzidos a diversos mecanismos: ações pelos preços, pelos fluxos, pelas antecipações, ação de liderança; efeito multiplicador dos rendimentos distribuídos (reencontramos a teoria de base exportadora); efeito acelerador ... dos consumos intermediários e dos investimentos da (ou das) unidadade motriz..." LIPIETZ (1985).

De certa forma, para o enfoque do processo histórico, a teoria dos Pólos de Crescimento deixa uma série de indagações, para não dizer resultados ambíguos. Se não ocorrer uma forte integração técnica nas relações inter-industriais a estrutura da economia regional resultará fraca, e poderá ocorrer uma

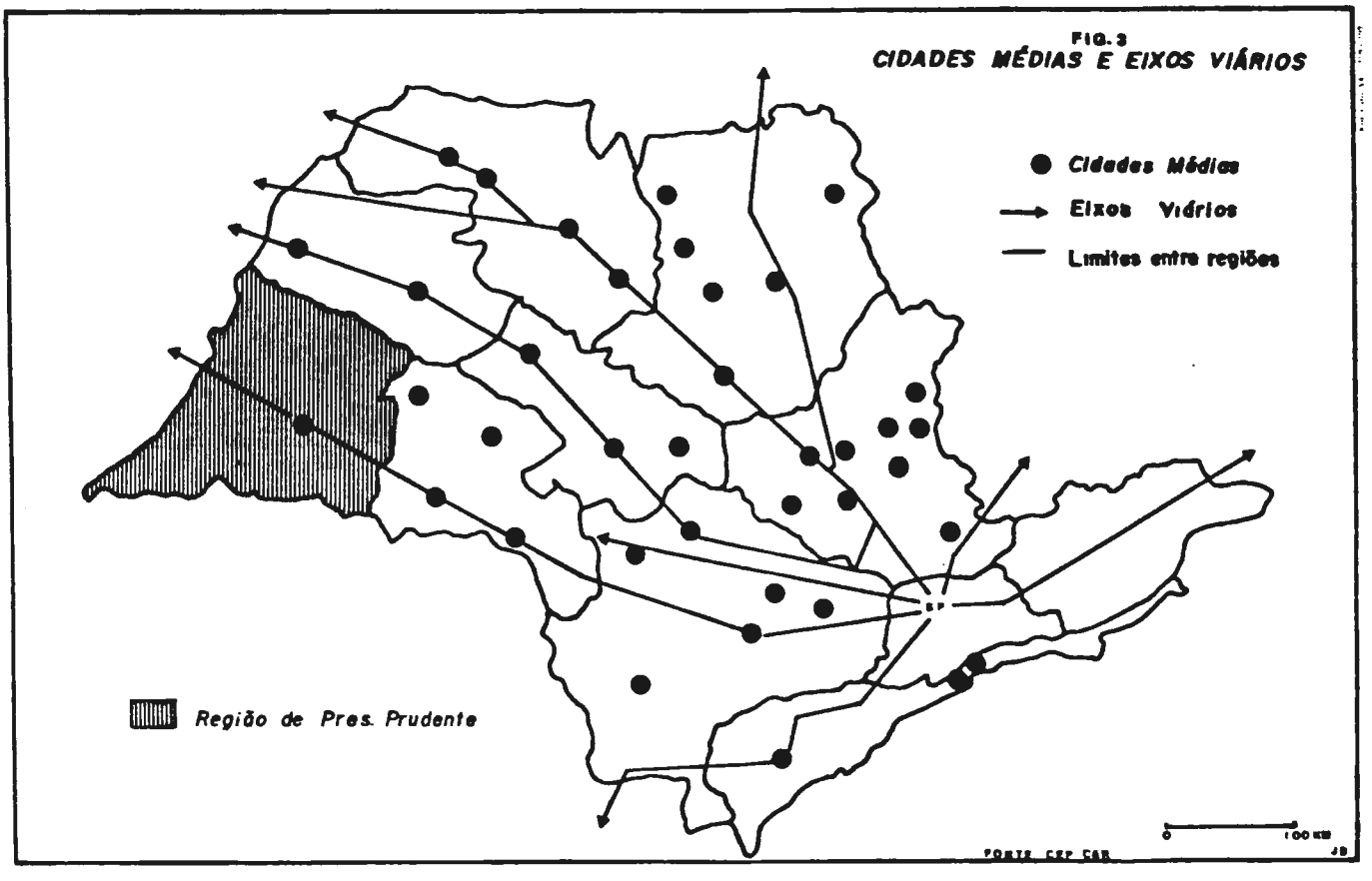
desarticulação. Aqui é preciso recorrer mais uma vez a LIPIETZ pela forma com que o mesmo trata a tônica teórica de Perroux: "'Nem todos os pólos de desenvolvimento são pólos de integração, mas todos os pólos de integração são pólos de desenvolvimento';...De fato, os pólos de desenvolvimento que não são pólos de integração são pólos de desarticulação, de dissolução, de desenvolvimento do subdesenvolvimento. Os pólos de integração (regiões que obedecem ao modelo de integração autocentrada) não são forçosamente pólos de desenvolvimento; o centro, mesmo que seja autocentrado, não é independente da periferia de onde drena a mais-valia", mas considera que houve uma contribuição dessa escola no sentido de explicar as razões porque os pólos de desenvolvimento integrados aparecem em um lugar e não em outros, assim como a indústria pode, num determinado lugar, provocar novas indústrias e, noutro, uma desarticulação no setor.

Portanto, na década de setenta vão se esboçando abordagens que tratam da totalidade social e dos movimentos das contradições internas na economia capitalista. O espaço, ou seja, a região, embora sendo um espaço construído por essa totalidade social, precisa ser entendida como um objeto científico. Parece haver uma convergência, pelo menos de uma concepção de conteúdo político, entre Yves LACOSTE (1976) e Francisco de OLIVEIRA (1979): espaço enquanto um *"conceito obstáculo"*. Para ambos há uma tendência dos espaços a se homogeneizarem, destruindo aquele escalão intermediário - já observado em REMICA (1972) que para os países desenvolvidos, entre as estruturas espaciais *local e a nacional* não ocorrem níveis intermediários naquela totalidade, na França, por exemplo.

A questão do funcionamento do Estado, numa economia capitalista, sob o enfoque do processo histórico, converge na direção da manutenção das estruturas de reprodução das relações sociais de produção e das estruturas de legitimação. Essa conduta resulta do seu entendimento da formação histórica dos Estados Nacionais. DUARTE coloca que o "Estado no seu papel para a manutenção da reprodução do sistema age sobre o espaço total, abolindo as reivindicações regionais. Utiliza a ideologia..." como instrumento "...para dissolver regiões (...) Alguns, à primeira vista, são estabelecidos para agir no desenvolvimento social-econômico em Ação Regional e Planejamento Regional. Outros, como integração nacional, servem para a interiorização do capital" OLIVEIRA (1980:26). Pode-se observar que muitas das empresas, antes oriundas de capitais e com mercados locais, são hoje empresas de porte nacional. Isto não é um acontecimento banal. A migração das decisões de uma empresa (capital) regional para uma metrópole nacional significa a necessária ampliação de seu mercado. Essa mudança quantitativa tanto resulta de mudanças qualitativas como provoca novas mudanças quantitativas e qualitativas : as novas e macrorrelações trazem o significado de que aquela empresa tenha rompido alguns obstáculos à integração daquele setor a um mercado mais amplo. O simples fato de que quanto mais centrado estiver o comando decisório tanto maior será o controle e o raio de sua ação que, em termos concretos, significa a manutenção e incorporação de novos mercados.

Vamos aqui em busca de alguns elementos teóricos - que nos permitam entendimentos em torno de uma questão mais imediata da economia urbana que é a urbanização capitalista - as relações entre o Estado e o Urbano no âmbito das estratégias das

Cidades Médias no Estado de São Paulo.



No início da industrialização brasileira, como não havia uma divisão técnica e social do trabalho significativa no campo, a "indústria no Brasil ou seria urbana, ou teria poucas condições de vingar. Esse é na verdade o maior determinante do fato de que a nossa industrialização vai gerar taxas de urbanização muito acima do próprio crescimento da força de trabalho empregada nas atividades indústrias" OLIVEIRA (1982:42).

Mas nem mesmo a economia urbana, como um todo, dava lugar para uma divisão técnica e social do trabalho, uma vez que as diversas atividades realizadas no interior de uma indústria também estavam funcionalmente integradas. As separações existentes ainda não traziam um conteúdo de divisão do trabalho.

Essas condições serão aos poucos criadas à medida que as novas relações entre o Estado e o Urbano se dão com a transferência do eixo da acumulação do setor agroexportador para o setor industrial. Para isto o Estado usou de mecanismos coercitivos de naturezas tributárias e fiscais para sua concretização. F.de OLIVEIRA coloca como sendo o marco da centralização da gestão do Estado brasileiro, a Revolução Burguesa de 30, retirando de certos Estados a capacidade de legislar sobre alguns aspectos da atividade econômica, atingindo com isto as oligarquias agrárias. Com isto, estava-se revelando a "capacidade da burguesia industrial emergente de ter um espaço econômico nacional unificado, sem o que a circulação de mercadorias realmente se veria embotada e, portanto, todo o processo de acumulação teria, digamos assim, um fôlego curto..." (1982).

A questão primordial na relação entre o Estado e o Urbano no Brasil, para o referido autor, resumia-se na regulamentação da força-de-trabalho, nos seguintes termos: "cada capitalista individualmente iria se encontrar com uma pergunta para a qual não tinha resposta: qual o preço da força de trabalho que eu vou contratar para empregar nas minhas atividades ?" (1982).

Considerando que a instalação de empresas industriais internacionais trazia, no bojo da produção de bens de consumo duráveis, novas bases organizacionais (atividades de serviços), é possível, a partir disto, entender a formação de uma classe média fluindo dessas do interior do crescimento da economia nacional enquanto força-de-trabalho. Essa classe média emergente veio a repercutir na organização urbana de forma significativa.

Verificou-se um crescimento extrordinário do setor dênominado de terciário, ou seja aquele que é a "expressão das funções de circulação de mercadorias, como publicidade, transporte, quanto das funções ligadas a circulação do capital, o enorme crescimento do sistema bancário por exemplo(...)Esse terciário, que num primeiro momento da industrialização cresceu horizontalmente, devido a falta de aparelhamento das cidades e devido ao próprio processo autárquico da industrialização, agora se revela de outra forma: através da criação de uma série de empresas ligadas a esses processos de circulação das mercadorias do capital e que são a séde por excelência das chamadas classes médias, transformando, portanto, de uma forma muito radical, a estrutura de classes da sociedade brasileira, dando um enorme poder e pêso político a essas classes médias, um enorme peso, eu diria antes social que político, das classes médias na sociedade brasileira (...) Do ponto de vista do urbano, das relações entre o Estado e o Urbano, essas novas classes médias criaram demandas dentro das cidades. E o Estado hoje, do ponto de vista de sua relação com o urbano, entre outros aspectos importantes, saliento, é em grande maioria determinado pela demanda das classes médias dentro das cidades".(1982).

Essa chamada para a classe média deve-se ao fato da mesma ter sido inserida nas preocupações do Programa Cidades Médias a qual estava embutida na Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado de São Paulo em 1976.

O amadurecimento da *Política Urbana e Regional de 1976*, ao nosso ver, deveu-se à evolução de outras *políticas* que anteriormente já assinalavam para que as questões dos arranjos espaciais fossem direta ou indiretamente comandadas pela ótica do consumo coletivo.

As regulações das Finanças Públicas Municipais têm impactos diretos sobre as gestões urbanas. E por ser o urbano o nosso objeto, vejamos a seguir duas das políticas com antecedentes dos mais significativos em termos de propósitos de gestões espaciais urbanas.

Em 1976, seis anos após criadas as Regiões Administrativas no Estado de São Paulo, implantou-se a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional com duplo objetivo: recuperar a qualidade de vida na região metropolitana de São Paulo e seu entorno e diminuir as diferenças de oportunidades e de desenvolvimento entre as diversas regiões do Estado de São Paulo. Dentre todo aquele conjunto de política espacial que o governo paulista apresentou para o território paulista, basicamente como um conjunto integrado - totalidade sistêmica - de oito programas como segue:

1-Programa das Cidades Médias;
2-Programa Macro-Eixo Rio-São Paulo;
3-Política de Desconcentração e Descentralização Industrial.
4-Programa das Cidades Pequenas;
5-Programa das Estâncias Hidro-minerais, Climáticas, Baneárias e Áreas de Interesse Turístico;
6-Programa do Pontal do Paranapanema;
7-Programa Estadual de Habitação e
8-Programa do Sistema Estadual de Mão-de-Obra (SEMO).

Destes programas, dos quais destacamos apenas dois, o primeiro e o sexto, cuja implantação dos mesmos na região em estudo, foram mais significativas, principalmente o Programa das

Cidades Médias.

As postulações da *Planificação e dos Pólos de Desenvolvimento* já pressupunham a importância da presença do Estado como indutor do setor privado. O Estado deveria assumir um papel relevante na gerência da atividade econômica na medida que orienta os investimentos públicos para este ou aquele setor da economia. Pondo em evidência que o capital privado por si mesmo não é capaz de organizar a sua espacialidade, quer dizer as infra-estruturas, principalmente as sociais, para SOJA (1983:42) o Estado é a instância política que atua de modo a tornar acumulação privada mais eficaz,e para isto ele atua na *produção do espaço territorial.*

Esta é uma tomada que "parte de uma visão macropolítica do Estado e da espacialidade para a explicação do papel do Estado no planejamento e nas políticas espaciais sob a perspectiva da empresa capitalista. Nesta escala o o problema gerador é o mesmo: a inabilidade do capital privado, sozinho, para assegurar sua reprodução no espaço, na forma material" LIPIETZ (1985).

Os governantes têm enfocado a crise urbana no Estado de São Paulo como resultante de um crescimento não planejado que incorporou movimentos populacionais contínuos tanto de cidades pequenas como médias e, principalmente, das zonas rurais. Diante disto cinco gerações de governos no Estado de São Paulo, a partir dos anos setenta, postularam que era preciso administrar o *caos* urbano na Região Metropolitana de S.Paulo, tentando seguir, com algumas variantes, uma política para reorganizar o espaço paulista mediante uma desconcentração dos investimentos em infra-estruturas urbanas na capital de modo a promovê-la no

interior do Estado.

Segundo setores acadêmicos, os projetos governamentais de organização do espaço urbano paulista não passavam de uma forma de fazer com que o processo de favelização se revertesse da capital como se fosse uma *arrebentação* no interior paulista. Essa política atuava com "um esquema de reprodução da estrutura de trabalho e da estrutura social das áreas metropolitanas para impô-las às cidades-pilôtos do interior do Estado de São Paulo (...) reproduzindo as mesmas condições de inserção no mercado de trabalho e de remuneração, as condições de vida se repetirão os mesmos desiquilíbrios atualmente existentes na área metropolitana" E.BLAY (1978).

Enquanto estratégia, o Programa Cidades Médias, deveria atuar na descentralização da economia como forma promover a desconcentração da população da área metropolitana, com isto trazia em seu bojo uma clara *preocupação com a classe média urbana*. Para essas classes de rendas mais elevadas é que deveriam ser dirigidas as implantações de infra-estruturas urbanas. No diagnóstico do governo havia um entendimento de que essa classe realizaria "importante papel no processo de decisão quanto à desconcentração das atividades econômicas, sendo muito exigente em termos de qualidade de equipamentos e serviços urbanos, bem como de oportunidades culturais, recreativas e esportivas" S.PAULO (1976).

Os efeitos concretos mais imediatos do Programa Cidades Médias têm recaído sobre os arranjos dos espaços internos às cidades, face às alocacões infra-estruturais mínimas necessárias para que as mesmas criassem ou pelo menos pudessem ampliar o seu aparato terciário voltado para aquela faixa de

renda que já nos referimos. Como tal, o terciário é o mais polarizador dos setores da economia urbana, um centro urbano com uma concentração em torno de 25.5% da população urbana regional, somada a polarização interregional e interestadual expressiva, Presidente Prudente assumiria em 1970 mais um papel, o de polarizador formal, com a descentralização das decisões governamentais.

Esta discussão é necessária, tanto como uma forma de avivarmos os enfoques teóricos e conceituais estreitos à políticas espaciais gestadas no seio do Estado, como também de assinalar a nossa conduta teórico-metodológica frente à problemática espacial sob a gestão dos aparelhos burocráticos. Portanto, o que aqui tratamos está estreitamente ligado com aquilo que discutiremos mais adiante.

PRESIDENTE PRUDENTE, UM OBJTETO DO PROGRAMA "CIDADES DE PORTE MÉDIO" ENQUANTO GESTÃO DE TERRITORIO

No início do processo da formação da divisão social do trabalho da economia paulista, o terciário que emergia para fora da fábrica, já que essa natureza de atividade ainda estava localizada no interior das unidades industriais, não deu conta de formar, juntamente com os setores públicos estaduais, uma classe média urbana capaz de contribuir para com a socialização desse espaço urbano, mesmo com pressão em torno de equipamentos de consumo coletivos necessários às reproduções tanto do capital, quanto de si mesma enquanto força-de-trabalho urbano. Para isto foi preciso, segundo GEIGER, que uma modernização administrativa a nível federal se difundisse pelo país com o objetivo de "solucionar" os conflitos de classes em todos os níveis. Para tanto, o Governo Central removeu as "autonomias" Estaduais e Municipais e "montou um sistema tecno-burocrático articulado nos três níveis geográficos de modo que, além de lhe assegurar o controle do território, pudesse executar, por delegação, a difusão das modernizações, principalmente através das capitais estaduais" [s.d:p.8].

Na base da formação de uma classe média foi com surgimento da tecno-burocrático[1] que a mesma começou a de definir no meio urbano e vinculando-a, ideologicamente, com a

---

1.A tecno-burocracia é tomada como uma classe social constituida em geral por técnicos, que uma vez instalada na burocracia estatal, acaba por ser revestida de algum poder decisório. Com isto, tanto diagnóstico como propostas de soluções sobre uma realidade qualquer fogem ao caráter participativo.

classe dominante. Aqui fica mais claro de compreender a urbanização capitalista como um processo global que movimenta dialeticamente as estruturas sociais e a reprodução do capital.

Para nós, à altura dessas reflexões, fica difícil negar que não tenham havido coerências objetivadas nas origens das centralizações das gestões Estado e do território no Brasil atual; o que não sugere que lhe estejamos subtraindo suas contradições internas (política e ideológica). No nosso entender, *Centralização e descentralização do poder decisório guardam elementos também antagônicos tomando-se o regime federativo. A centralização da gestão do território se deu pelas próprias necessidades de orientar novas formas de arranjos espaciais mediante gestões "descentralizadas", que na verdade eram direcionadas sob seu controle.*

A partir destes marcos, vamos tentar estabelecer as possíveis articulações mais diretas decorrentes das reflexões anteriormente desenvolvidas, visto emergir algumas convergências daqueles nossos pressupostos com o escôpo teórico-metodológico em torno das questões ligados aos seus objetivos e da execução do planejamento estatal centralizado.

Antes, porém, é preciso aqui fazer um ligeiro corte no tempo. Um pouco antes do estabelecimento da atual política espacial, já havia um modêlo de política urbana implícita em curso da qual já falamos, implantada pelo governo central, em moldes autoritários intermediados por uma política tributária vinculada a um Orçamento-Programa que os municípios deveriam cumprir. A *política estratégica foi de um tratamento "igualitário" das questões urbanas, quando estas eram na verdade desiguais, principalmente no conjunto nacional, para não dizer*

do interior do espaço que estamos analisando, que apresenta diversas formas de diferenciações e desigualdades.

Para o Estado de São Paulo que medidas econômicas e estratégicas poderiam destruir os entraves[1] a expansão da economia? A princípio, a ideologia desenvolvimentista de Juscelino Kubstichek era explicitada pela industrialização brasileira, como instrumento de modernização do país o qual deveria passar, necessariamente, pela expansão do mercado nacional, sob a articulação das economias urbanas, ou seja pelos sistemas de cidades, mais precisamente o terciário no comando das duas grandes metrópoles nacionais. Nesse processo de modernização da economia, o terciário, deveria ser capaz de realizar com eficiência a difusão das inovações em todos os níveis de sistemas de cidades e, com isto , acabaria por ser um alvo privilegiado das políticas urbanas.

As *Políticas Espaciais* centradas no urbano têm suas raízes num espectro teórico-conceitual, isto é, em torno de Centralidade, Desenvolvimento e da Polarização. As bases conceituais de suportes a política econômica e, em especial, do *desenvolvimento urbano e regional* convergiram na direção da descentralização industrial a partir dos anos 70, que pressupunha levar na sua esteira soluções tanto das "deseconomias de aglomeração" bem como quanto aos ganhos de "economias de escalas" resultantes da desconcentração da pressão populacional metropolitana em termos de consumos coletivos. Aqui o urbano foi

---

1.Estão incluídas: a grande mobilidade da população do interior para a regiões centrais do Estado, deseconomias de aglomeração associada a não disponibilidade de espaço para expansão industrial, etc..

o receptáculo mais imediato dos desdobramentos das estratégias acima referidas.

Foi do interior de vários órgãos como o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisas Econômicas (IPEA) e outros, que as formulações teórico-metodológicas vinculadas às políticas urbanas alcançaram maiores ressonâncias no governo central que estava se instalando. Aqui há um problema que requer algumas reflexões, é o que se refere à natureza das constituições desses órgãos. Enquanto órgãos públicos, não estariam os mesmos sensibilizando o governo central, mas ao contrário, estavam sendo dirigidos mesmo durante o governo anterior ao regime militar em 1964. Incorporado a isto, havia uma caracaterística que diferenciava os objetivos das pesquisas desses órgão comparadas com o que ocorria no seio acadêmico. A pesquisa aplicada, ao contrário da pesquisa básica, pressupunha um direcionamento, uma vinculação mais direta.

A idéia básica que até hoje fundamenta toda política urbana brasileira advém de uma reformulação - pela moderna escola liberal - do conceito de região polarizada, elaborada por F. PERROUX e J. BOUDEVILLE. Era a partir de estabelecimentos de pólos, através de investimentos públicos em determinados centros urbanos que se poderia articular mercados para o capital privado e promover um equilíbio na rêde urbana, o que significava, em última análise, facilidades de distribuição e consumo.

Influências de G. MYRDAL repercutiram nas concepções em torno dos fracassos da industrialização "espontânea" e dos custos sociais decorrentes da excessiva concentração setorial e

espacial da economia nos países do terceiro mundo, em especial sobre a economia política brasileira, à medida que a mesma requeria a presença do Estado sob diversos prismas combinados: aliviar os custos sociais decorrentes da expansão do setor privado; como mediador dos antagonismos de classes; promotor de política de planejamento regional para um desenvolvimento global centrado na atividade industrial, portanto o urbano como pólo da homogeneização das relações de produção.

Em meio à 'práxis' das atitudes políticas, o governo viria a depender muito do quadro histórico no qual estivesse inserido. Os reflexos da escola Economia e Humanismo chega ao Brasil, na década de 50, trazendo por meio do Padre LEBRET inovações metodológicas que vão se completar com os movimentos progressistas no interior da Igreja Católica. As suas preocupações com os problemas econômicos urbanos, embora não como questão política, vão inaugurar uma modalidade de canal de negociação entre os setores políticos e a burocracia estatal. O governador Carvalho Pinto, enquanto populista, não dispensou populismo e serviu-se dele também como instrumento de pressão contra o legislativo para viabilizar seus projetos, conforme SAMPAIO (1981).

As heranças mais significativas deixadas, não apenas pelo Padre LEBRET, como também pelo Plano de Metas, foram as sementes de uma concepção de planejamento setorizado e indicativo. Na base da concepção do Orçamento-Programa, fôsse ele mais abrangente ou não, já estava configurado um todo orgânico, sistêmico. Pelo mesmo caminho percorreram as concepções e execuções dos Programas e Projetos, com base em conceitos setoriais.

Servindo apenas como uma marco nesta discussão, extraímos como referências as seguintes citações de Espaço & Debates (1981), Cândido Malta CAMPOS faz algumas observações acerca do aparelho de governo que aqui nos interessa: "...É um erro a gente dizer que os planos foram feitos por tecnocratas distanciados da sociedade civil. Eu acho que os planos foram feitos em conjunto com uma parcela pequena da sociedade civil, parcela essa representada por empreiteiras (são da sociedade civil), interesses do capital, dos vários tipos de capital, que são da sociedade civil. Esses foram ouvidos (...) porque o Estado está estruturalmente organizado com a presença deles. Quer dizer, a escolha de secretários municipais, ministros federais, presidentes de companhias é feita em conjunto. Voce sabe, cada secretaria é determinada área de poder. Então você tem, por exemplo, a Secretaria de Planejamento, para falar no caso aqui do Estado de São Paulo: é sabido que os seus secretários eram escolhidos pela Federação das Indústrias(...). Veja, todos os sistemas de poder, grupos de poder, se apropriam da máquina de Estado ou da sociedade setorialmente, e se manifestam setorialmente. Então o planejamento setorial sempre foi muito bem-sucedido neste país".

Embora a nossa concordância com isto seja parcial, a questão principal de suas indagações está correta: de um lado, numa economia capitalista a concepção das realidades não são as de totalidade; de outro, as classes que se revezam no poder emergem de origens sociais que se manifestaram fortemente setorizados, pelos interesses que procuram representar. O corolário destes antecedentes desaguaram na formação de ministérios, secretarias, departamentos, seções, todos de caráter setorial. A nível de atividades os seus desdobramentos atingiram

os órgãos burocráticos que, em geral, foram aqueles que mais promoveram diagnósticos e análises de viabilidade econômica.

A Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (SEP) implantou, efetivamente em 1970, os Escritórios Regionais de Planejamento (ERPLAN's), nas cidades sédes das REGIOES ADMINISTRATIVAS, de modo a poder promover articulações intra-governamentais em termos de *Ações e Programas*, ou seja, de coordenar as ações regionais dos demais órgãos daquelas administrações descentralizadas.

Somente em 1976, a SEP pode finalizar um documento contendo um *"conjunto de atitudes e ações, política e técnicas, que consubstanciavam intervenções orientadas no sentido de promover uma organização territorial mais adequada, a fim de possibilitar o desenvolvimento e maximizar o bem estar da população. Definiu-se como organização territorial a distribuição espacial da população, dos recursos e das atividades num dado momento"*. Prossegue no detalhamento, *"...Pode também ser entendida como: a) o conjunto de aglomerações de atividades humanas caracterizado por uma localização relativa, tamanho e posição funcional; b) a rêde de serviços de movimentos para as pessoas, os produtos e as informações que conectem essas aglomerações; e c) a distribuição e o padrão de densidade das atividades que utilizam o espaço. Por outro lado, no que se refere as intervenções, cumpre ressaltar a importância da integração entre as diversas intervenções públicas e as dos demais agentes envolvidos. Nessa integração, desempenha papel de destaque a compatibilização dos objetivos colimados por vários segmentos e níveis de decisão do setor público com objetivos perseguidos pelos demais agentes"* SÃO PAULO/SEP (1976)

Estas considerações ainda nos remetem a outra questão ligada à concretização espacial por nós analisadas nesses vinte anos. Trata-se de um instrumento de ação política espacial e setorial com origem no governo central, e cuja adoção foi compulsória pelos governos estaduais que, por sua vez, implicou numa adoção também compulsória pelos governos municipais.

Se o objetivo maior deste Sistema de Ações estava centrado na descentralização das decisões, cabe perguntar qual foi a sua vinculação com o governo central? Com base no que se conhece sobre a natureza do governo central quanto à gestão do Estado e do território, a estratégia proposta pela SEP parecia corresponder a uma negação à gestão federal, mais não o verdadeiro, em razão da gestão do Estado estar se consolidando de modo centralizado. Na verdade, as questões aqui levantadas não poderiam ultrapassar de reflexões apenas. Não se trata de contradições no âmbito dos objetivos entre o Federal e o Estadual, mas sim de formas mais elaboradas ou mesmo refinadas de centralização, filtrada pelo conceito de *descentralização*, e que o nível estadual definiu com uma estratégia de acentuar a Divisão Espacial do Trabalho no Estado de São Paulo. Essas questões deveram-se ao quadro empírico em que se deram as articulações entre os vários níveis de decisões políticas na Região Administrativa de Presidente Prudente com o advento da *Política de Desenvolvimento Urbano e Regional*.

O Sistema de Ação Regional (SAR), como o próprio nome já denota, propunha que "As decisões tomadas no sistema de Ação Regional são o produto da interação entre as decisões tomadas, de um lado, pelos vários segmentos da comunidade - indivíduos, famílias, empresas e instituições em geral - e, por outro, pelo

setor público que traduz a sua apreciação valorativa da realidade urbana e regional em decisões políticas explícitas. Deve-se considerar, contudo, que o interesse público nem sempre coincide com os interesses que mobilizam as decisões adotadas pela pluraridade de agentes que interagem no meio social. A intervenção governamental justifica-se, pois, pela constatação de que os mecanismos decisórios vigentes - refletidos, no plano econômico, pelo mercado - embora geralmente úteis e necessários, são insuficientes para promover uma convergência de ações e aspirações gerais da comunidade. Essa intervenção tem, portanto, o sentido da satisfação dos interesses e aspirações gerais da comunidade. Essa intervenção, portanto, é no sentido de prevenir e corrigir as inadequações de desempenho apresentadas pelo Sistema Urbano Regional" SÃO PAULO/SEP(1988).

Esse sistema de Ação Regional (SAR) pressupunha ter à sua disposição um leque de recursos que lhe permitisse "conduzir e induzir, racional e organizadamente, o padrão das transformações da distribuição espacial da população, das atividades e dos recursos no sentido de maximizar o bem-estar social..."(idem). O SAR requeria recursos de naturezas Política, Institucional, Informativas, Operacionais, Instrumentais e Técnicos. No primeiro, deviam enquadrar-se vários níveis das instâncias decisórias: executivo, legislativo e judiciário (federal, estadual e municipal), e vários grupos de pressão que representassem interesses da população, de empresários; no segundo, aqueles aparatos institucionais, como a legislação que dava ao SAR poderes funcionais, e os Conselhos de Desenvolvimento Regional (CDRs), ou quaisquer outros grupos regionais setoriais ou públicos que traduzissem permanentemente as aspirações e propostas regionais e as representassem junto aos interlocutores

do governo (ERPLAN's). O terceiro recurso, consitiria no suporte estatistico como base para diagnósticos, tomadas de decisões e controle e avaliação sobre o Sistema Urbano Regional (SUR). Um suporte estatistico se fazia necessário em em especial quanto às Contas Regionais de modo a "dispor de dados, a nível regional, tais como os referentes a renda interna, formação de capital, transações com o exterior, operações do Governo Federal, fluxos inter e intra-regionais de mercadorias. O quarto recurso compunha-se de todo um apoio Administrativo (aparelho burocrático do governo estadual e o regionalizado) : logístico, financeiro e humano; um quinto conjunto de recursos: aqueles que formavam um elenco indispensável para concretizar os objetivos finais do SAR: instrumentos fiscais, tributários, créditos subsidiados, e os combinados: promoção (aportes financeiro e de informações), organização (institucionais) e creditícios (regulando os financeiros) e, por fim, os recursos técnicos, traduzidos pelo apoio da Ciência Regional (regionalização, modelos de organização - territorial, etc.)"(idem).

Em face disto, durante o governo Paulo Egydio Martins foi se reforçando um novo rumo a uma instrumentalização estatistica com o Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) empresa pública vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento, como um suporte de levantamento e tratamento de dados de forma a atender as gestões espaciais regionalizadas (Regiões Administrativas). Portanto, para o planejamento dirigido, os governos em São Paulo nomeados procuraram reorganizar institucionalmente o sistema estatistico de modo que as recuperações de dados estatísticos atendessem aos novos propósitos, os territórios como objetos de políticas espaciais dirigidas.

O governo estadual foi ampliando o seu aparato de apoio. A Terra Foto S.A. se transformou em instrumento de Ação e Planejamento objetivando a elaborar um sistema cartográfico de apoio ao programa de Uso do Solo Urbano, mais precisamente para o setor imobiliário privado e, secundariamente, para as prefeituras municipais, de modo as mesmas pudessem dispor de Cadastro Técnico Municipais - como um instrumento de obtenção de informação mais eficiente sobre as disponibilidades de suas fontes tributáveis, principalmente de propósito imobiliário.

Retomando o conteúdo do documento acima, "...No que se refere aos Modelos de Organização Territorial cumpre distinguir entre o preditivo e o prescritivo. O preditivo consiste em uma representação do Sistema Urbano Regional que identifica as variáveis mais significativas e revela, dentro de um quadro dinâmico, as relações de causalidade que condicionam suas interações no espaço. Permite, pois, a projeção das atividades e das relações que as conectam, sobre o espaço para o horizonte temporal pertinente. Além disso, o modelo preditivo presta-se à simulação do comportamento do Sistema Urbano, segundo diferentes hipóteses sobre alterações em suas variáveis e assinala os impactos esperados em consequências de decisões específicas. Serve, portanto, para a avaliação e seleção de estratégias alternativas. O modelo de Organização Territorial prescritivo, por seu turno, indica os estados desejados do Sistema Urbano Regional e, ao incorporar decisões de cunho político, constitui-se em referência normativa fundamental para o Planejamento. As intervenções do Sistema de Ação Regional sobre a realidade serão, pois, regidas pelo Modelo de Organização Territorial prescritivo e com base nele avaliadas. A

regionalização, produto do espaço em unidades territoriais, constitui-se em recurso técnico de grande importância para o Sistema de Ação Regional, sendo utilizada com base principalmente para o desempenho de duas importantes funções : a análise e a intervenção" (idem).

Diante do exposto, ficava evidente o aparato teórico-metodológico que deveria sustentar o Sistema de Ação Regional (SAR) pela Secretaria de Economia e Planejamento (SEP). A partir desse referencial, tentaremos algumas reflexões centradas na enorme distância que separava os ideais dos apoios logísticos - recursos físicos e humanos utilizados pela SEP, na montagem do SAR, bem como das realidades decorrentes da Economia política brasileira, das condições em que se formaram as classes dominantes locais e das ideologias que estas reproduziram no território paulista, como uma das formas de suas próprias reproduções.

O Estado de São Paulo, de 1970 a 1985, compunha-se de 11 Regiões Administrativas[1], institucionais, voltadas para a gestão espacial descentralizada pelo governo paulista.

Em cada uma de suas sédes e sub-sédes, foram implantados órgãos públicos cujos níveis decisórios[2] correspondiam em Presidente Prudente ao regional e sub-regional

---

1.Essas divisões espaciais formais correspondem à "Região Programa", ou seja,região como "conteúdo de um Plano" de PERROUX.

2.Para expressar, grosso modo, os níveis decisórios contidos no SAR, vamos assim ordenar em ordem decrescente os níveis decisórios: 1o escalão aquele exercido pelas Secretarias de Estado; no 2o as Coordenadorias e 3o as Divisões e Escritórios Regionais.

(3º e 4º escalações decisórios), enquanto que, pelo tamanho funcional pré-existente dos mesmos, Presidente Venceslau, Adamantina, Dracena e Osvaldo Cruz receberam a implantação de órgãos cujas gestões deveriam abranger funções decisórias apenas sub-regionais (a nível do 4º do escalão), mediante implantações parciais de determinadas gestões burocráticas estaduais.

Como a própria SEP previa, as delimitações dessas regiões formais, embora correspondendo, grosso modo, a divisões desiguais mas combinadas de trabalho - elas não podiam ser concebidas como uma conotação regional, enquanto formações sociais, mas sim enquanto uma classificação funcional. Mas desse modo é que as cidades centrais poderiam funcionar, para poder imprimir as direções setoriais induzidas, direcionadas para arranjos espaciais necessários à reprodução concreta das espacialidades necessárias a uma economia capitalista.

Voltemos as nossas análises a partir de um leque de dificuldades, as quais julgamos necessárias e prioritárias àquelas arroladas nos documentos avaliatórios da SEP. Isto porque entendemos que o seu instrumental teórico-metodológico utilizado foi de um tratamento da totalidade sistêmica, e que, por isso mesmo, não levou em conta as contradições internas a essa totalidade e, nem mesmo, tratou de outras questões de ordem institucional que estavam inseridas no bojo do processo de centralização das Gestões do Estado e do Território Nacional. A "Região Administrativa de Presidente Prudente", enquanto espaço de intervenção ("região programa") vai resultar em uma incorporação de duas microrregiões homogêneas (Nova Alta Paulista e Alta Sorocabana de Presidente Prudente). Outras dez regiões haviam sido institucionalizadas na categoria de Regiões

Administrativas, objetivando-se reverter a rêde urbana paulista, polarizada radialmente pela capital paulista. A estratégia de dessa redefinição deu-se através das formalização das regiões "programas" a partir de cidades classificadas na categoria de Centros Regionais, como polarizadoras e indutoras de efeitos multiplicadores - via serviços - com a descentralização de *serviços de decisões* estatal e de implantação de infra-estruturas física (sistema viário regional de modo a promover e reforçar as polarizações regional e sub-regionais pré-existentes, bem como as malhas urbanas) e social (equipamentos de consumo coletivo regional - saúde, saneamento, educação).

A montagem do aparato estatal naquele espaço formal, acabou mesmo por obedecer a instalação de órgãos como as Divisões Regionais de Ensino, Agrícola, da Fazenda, do Trabalho e da Promoção Social, da Saúde e suas respectivas Delegacias, essas foram instaladas na maioria das Sub-sédes de Região. Quanto ao escalão hierárquico menor, apresentavam-se os Escritórios Regionais (Planejanento, Interior, Cultura, Turismo e Lazer) e, por fim, os órgão que fugiam à hierarquia regional estabelecida como as que se deram com as Diretorias (Departamento de Aguas e Energia Elétrica- DAEE; Companhia de Tecnologia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - CETESB; Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP. Essas ainda atuam sobre realidades que não se enquadram nos limites territoriais de natureza estatística, como por exemplo o controle sobre bacias hidrográficas (saneamento, energia e controle da poluição).

Quando a própria Secretaria de Economia e Planejamento do governo paulista (SEP) avaliou o Sistema de Ação Regional (SAR) em 1978, verificou a existência de um fôsso operacional

considerável entre a organização espacial que havia idealizado e a realidade com a qual se deparou poucos anos depois, já que o Sistema de Ação Regional surgiu como condição necessária para o apoio logístico (suporte administrativo) de modo a poder colocar eficazmente em prática a sua Política de Desenvolvimento Urbano e Regional no território paulista. As gestões dos órgão regionalizados em Presidente Prudente e região têm realizado inúmeras avaliações até mesmo conjuntas.

De todas as políticas do governo central de subsídios a implantação de grandes projetos para macro-arranjos espaciais no Nordeste, Norte, Sudeste, parece ter sido no Estado de São Paulo que elas não tiveram resultados espaciais tão visíveis quanto foram substantivos, principalmente quando as gestões setoriais foram realizadas de formas superpostas entre os dois níveis de governos (Estadual e Federal), como aconteceram na Baixada Santista, São José dos Campos e Campinas.

Há evidências da acentuação de divisões espaciais do trabalho entre as regiões administrativas acima referidas causadas por direcionamentos estatais. Especializações essas no âmbito das indústrias de bens de capital no ramo sucro-alcooleiro, e ainda de outras culturas resultantes da modernização agrícola paulista; indústrias eletro-eletrônicas (informática, telecomunicações); institutos de pesquisas e UNICAMP (Ribeirão Preto e Campinas); no Vale do Paraíba, petroquímica e indústria de ponta voltadas para pesquisas espaciais (indústria aeronáutica) e militar (indústria bélica). Por fim no litoral, as funções, portuária, petroquímica, siderurgia e turismo.

Nessa superposição houve sincronismos de ações entre os governos estadual e central, onde o último tinha por objetivo maior um arranjo global do espaço brasileiro, apoiado numa industrialização centrada na metrópole paulista de modo que se pudesse polarizar o espaço nacional enquanto mercado. Portanto, há uma coerência interna nessa superposição de ações estatais concretas sobre o Estado de São Paulo. Diante disto, o que se desenhou, por parte do governo de São Paulo, em termos de política urbana foi intervir para acelerar um processo ordenado, combinado de divisão espacial do trabalho no território paulista. Repetir-se-ia aí a ideologia da eficiência econômica: a "descentralização concentrada".

As nossas reflexões parecem encontrar respostas concretas, quando nos deparamos com um volume significativo de recursos a fundo perdido proveniente do Banco Mundial para investimentos em "cidades de porte-médio", entre outras razões, como uma forma de estancamento de massivas migrações rurais-urbanas. O que o Banco Mundial tinha por objetivo, não apenas em relação ao urbano, via intermediação do CNDU (Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano), principamente em criar um mínimo de infra-estrutura econômica e social que permitisse ao capital privado (em verdade a qualquer porte, fôsse nacional ou não) para que cada um dos setores da economia pudesse se reproduzir de forma mais ampla, sem maiores entraves.

Aqui nos defrontamos novamente com a questão do papel do Estado num país capitalista, que não é apenas o de intermediar repasses mas também de construir e valorizar espaços (criar espacialidades) que o setor privado não consegue realizar por sua conta e para sua própria reprodução: os equipamentos de consumo coletivo são uma parcela apenas dessas modalidades. A

presença do Banco Mundial como fonte de recursos financeiros, em especial aqueles destinados *a fundo perdido*, bem como o CNDU como intermediador de repasses, ficaram evidentes duas realidades concretas que, sintetizadas, recaem cada vez mais sobre as "autonomias financeiras" municipais: a primeira, dado ao caráter da mundialização da economia, a qual afeta a própria da autonomia da gestão central, a segunda, como resultado inclusive da primeira, que o CNDU traduziu também como uma política espacial para o Brasil.

De outra forma, ao avaliar a questão da moradia popular em Presidente Prudente, sobre "Conjuntos Integrados" ASARY, A.Y e USSAMI, Y. (1981), levantaram uma série de críticas sobre o Banco Nacional da Habitação pela péssima qualidade das moradias e pela forma como essas foram concebidas tanto do ponto de vista social como do arranjo da malha urbana.

Da perspectiva da sua construção conceitual os "conjuntos integrados", deviam atender às condições mínimas para a reprodução das relações de produção nos centros urbanos de maior demanda por equipamentos coletivos. A medida que parte da sociedade, diante desses tipos de aglomerados humanos, constrói sua moradia a custo social relativamente baixo, ela vai estendendo a periferia da malha urbana, enquanto que preenchimento dos espaços vazios vai ficando por conta dos desdobramentos dos movimentos sociais, que realizam uma função preponderante no processo em que se insere a especulação imobiliária.

Muito embora tenhamos verificado um número diminuto de movimentos sociais urbanos nas cidades da região de Presidente Prudente, nota-se que não há uma tradição, principalmente

daqueles relativos a pressões por por novos equipamentos urbanos, com isto dificultando a sua integração com o restante da malha urbana. *Nestes termos eles estariam mantendo a qualidade de vida urbana nas mesmas condições sociais que dantes e nenhuma transformação mais significativa pôde ocorrer, pois a especulação imobiliária estava aí incorporada, alijando-os mais ainda do acesso a novos espaços no interior das cidades.* Essas colocações podem soar como polêmicas. Mas é preciso observar que os movimentos sociais urbanos nas cidades da região de Presidente Prudente, quando ocorreram, jamais tiveram a mesma expressão que movimentos sociais que têm verificado entre trabalhadores rurais, principalmente os constituídos entre os posseiros.

Embora as construções habitacionais de baixa renda tenham sido iniciadas pela esfera menor dos poderes públicos, ou seja pelos prefeitos, logo seguido pelo governo central, essas já faziam parte da gênese das políticas espaciais que fundamentaram a criação do Banco Nacional da Habitação (Agosto de 1964), enquanto que as companhias habitacionais tanto a nível municipal como estadual surgiram posteriormente. Com isto entendemos que as iniciativas de ações sociais e espaciais locais não estavam isoladas do conjunto nacional, e Presidente Prudente como centro regional não poderia escapar às questões urbanas mais amplas, como a carência de moradia que se repete por todo o Brasil. As construções habitacionais foram estendidas à maioria dos núcleos urbanos brasileiros como instrumento de política espacial para o território nacional.

Com base nos documentos da SEP e nos levantamentos junto à classe política e órgãos burocráticos regionais, vamos nos ater um pouco mais nas considerações sobre as dificuldades

concretas enfrentadas pela política de Desenvolvimento Urbano e Regional na região Administrativa de Presidente Prudente.

A estratégia de redefinir a rêde urbana paulista através da formalização de "regiões programas" pela via da polarização indutora dos serviços públicos descentralizados, esbarrou em vários obstáculos políticos, ideológicos, administrativos em termos de gestão da economia estadual, e, fundamentalmente do Estado.

Ambas as Microrreregiões Homogêneas, a Alta Sorocabana de Presidente Prudente e Nova Alta Paulista, embora tragam um conteúdos seus estatísticos, as relações sociais, no seio de cada uma dessas, sugerem pela natureza de suas reivindicações, conteúdo de uma formação social filtrados pelos seus estatutos políticos, econômicos. As Regiões Administrativas não poderiam trazer certa homogeneidade mesmo que estatística - inclusive de formas de relações de produção, pois essa forma de organização espacial jamais poderia traduzir igualitariamente todos os interesses das classes sociais dominantes locais em torno de um signo espacial que sintetizassem as suas concepções sobre um território, a Região Administrativa de Presidente Prudente.

Aqui voltamos a um outro conflito posto em questão: Por que as Associações de municípios existentes tem suas bases territoriais, no mais das vezes, coincidindo com aqueles espaços formais: Associação dos municípios da Alta Sorocabana (UMAS), Associação dos municípios da Nova Alta Paulista (AMNAP) e, ainda, numa situação "sui-generis", a Associação dos municípios do Pontal do Paranapanema (UNIPONTAL) ? Essas associações têm se rivalizado no interior da 10a Região Administrativa de Presidente Prudente. Mesmo que isto se trate de uma forma de acentuar as

diferênciações acabou , isto sim, por reforçar o caráter da polarização já radial existente, justo contra qual também se investiu a Política Urbana em São Paulo. A rivalização interna mais significativa (NAP E A.S.P.Prudente) invoca uma trajetória histórica contra uma gestão do espaço centrada na hierarquia de poder. De poder porque a regionalização administrativa com séde da instância decisória "maior" em Presidente Prudente podia se fazer articulações setoriais mais amplas que repercutisse espacialmente de forma mais significativa. As classes política e empresarial na NAP rejeitaram sistematicamente a regionalização formal sediada em Presidente Prudente.

Acreditamos que as atuais Regiões de Governo, mais do que quaisquer interesses, foram criadas com a concorrência de diversos fatores quantitativos e qualitativos econômicos e, principalmante, por política partidária. O atual quadro territorial institucionalizado como *Regiões de Governo* retalhou a regionalização anterior por razões apontadas acima. Nesse caso, estaria ou não em andamento o processo de divisão espacial do trabalho, compartimentando ainda mais a homogeneização das relações de produção?

Todo um aparato tecno-burocrático estatal que somava um número considerável de orgãos públicos descentralizados, sofreu críticas, umas fundamentadas, outras apaixonadas. As descentralizações de determinad ; órgãos foram muito criticadas não somente por não obedecerem entre si uma uniformidade interna (o mesmo território) que permitisse a uma atuação conjunta, mas também por uma desvinculação funcional e histórica. Aqui, tomando a região de Araçatuba como origem dos assentamentos municipais da Nova Alta Paulista e Marília como centro de sua consolidação econômica, por si só já justificaria

tal postura de retalhamento da regionalização formal entre as classes dirigentes de as ambas Microrregiões Homogêneas (NAP e ASPP).

A expressão *desequilíbrios espaciais* remete a Edward SOJA (1983) que, ao trabalhar a questão da espacialidade, emite o conceito de Desenvolvimento Geograficamente Desigual (DGD), cujo teor nos interessa ligeiramente. Este insiste no fato de que não é movimento do capital que produz ou que se materializa contraditoriamente tanto nas diferênciações quanto nas equalizações espaciais. A diferenciação deve ser entendida como "...uma criação e reprodução sistemática das desigualdades geográficas na combinação de elementos definidos (...) (produtividade, salários, lucros, transformação das relações de produção não-capitalista, etc..)". A equalização deve ser traduzida por uma homogeneização "espacial ampliada das relações de produção.(...) Tendência e contra-tendência combinam-se para produzir padrões do desenvolvimento geograficamente desigual (estruturados hierarquicamente), das escalas locais para as globais. Esta padronização resultante da desigualdade estruturada (expressa de forma sintética pela divisão entre centros dominantes e periféricos dependentes) - é a manifestação concreta da expansão do desenvolvimento capitalista no espaço". Essas colocações têm alguma contribuição para o resgate que estamos efetuando sobre a das arestas políticas entre gestões municipais e a natureza da Região Administrativa de Presidente Prudente.

Onde estão as bases dessas divergências internas à Região Administrativa de Presidente Prudente? Essas questões vêm à tona quando tocamos sobre a estrutura agrária referente à

Nova Alta Paulista. Neste caso, sempre é posto em destaque o conceito de *região de predomínio de pequenas propriedades e policultoras*, comparativamente com a realidade agrária vigente na Alta Sorocabana de Presidente Prudente. Para o desfecho deste trabalho, é extremamente importante verificar o papel que as classes políticas - de um lado, aquela representativa dos interesses das classes dominantes da NAP (ligadas a agricultura policultora); de outro, a que representa os interesses das classes dominantes na ASPP (pecuaristas e pequenos industriais ligados a produtos alimentares derivados da pecuária - frigoríficos, laticínios, etc.). Esse papel desempenhado junto as instâncias decisórias dos aparelhos executivos de governos (Federal, Estadual e Regional) resume-se, vis-à-vis, em se trabalhar com a pressão dos argumentos das especificidades comparativas. Em outros termos, da contraposição das dessemelhanças concretas existentes entre os setores agropecuários da NAP e da ASPP.

Quanto aos antagonismos no interior da Região Programa em análise, temos que os obstáculos impostos às concretizações de uma política urbana homogeinizadora do território paulista - criando embaraços à fluidez das ações (obras, equipamentos, serviços públicos em benefícios mais imediatos para a região) pelos órgãos das administrações descentralizadas (federal, estadual), como daqueles níveis burocráticos mais centralizados - podem ser decorrentes de formações sociais.

Estes antagonismos somente são postos em evidéncia, apenas pelos meios de comunicação de massa, quando das definições das prioridades de investimentos: através de repasses financeiros para infra-estruturas físicas e sociais; ou

investimentos das administrações diretas e indiretas do governo estadual.

Aqui o conceito de vocação regional, mesmo que de origem positivista, deve aqui ser tomado de uma maneira bem diversa do usual. Este deve corresponder ao que se denomina infra-estrutura econômica e social, que rebate sobre às políticas locais - transitórias, mas ainda determinantes na economia regional. A infra-estrutura regional existente foi herdada de processo histórico macrorregional, no qual todo o oeste paulista esteve inserido, em especial o seu Sudoeste. Mas é preciso lembrar que na sua formação de sua singularidade estiveram presentes também determinantes internas que influiram na construção de suas especificidades. Sem as tais determinações locais fica difícil compreendermos as lutas políticas intestinas à política de desenvolvimento regional no Estado de São Paulo.

Ainda sobre questões de políticas espaciais, "...é interessante assinalar que várias tentativas de políticas explícitas favoreceram sistematicamente a descentralização, a interiorização ou a redução dos fluxos migratórios. Em contraste, as política implícitas fortaleceram, de maneira invariável, a tendência à centralização e à concentração. Em termos gerais, embora as políticas explícitas tenham sido significativas na abertura de novas áreas e na sua integração com aquelas de ocupação mais antiga, a direção das políticas regionais urbanas e de migração, de fato, favoreceram a concentração", prossegue na sua argumentação, "De acordo com o ponto de vista deste artigo, a melhor explicação para a predominância de política implícitas seria de que aquelas explícitas de redistribuição da população tentadas no Brasil nunca tiveram suficiente sustentação política,

social ou econômica. Nenhum grupo de pressão teria proveito com política de migração interna, de planejamento urbano ou de colonização (através do assentamento de pequenos agricultores). A política regional contava com alguns sustentáculos fortes - as elites de poder na áreas menos desenvolvidas - mas a sua preocupação maior era a de atrair recursos subsidiados que poderiam manipular em seu proprio benefício" MARTINE (1988).

Muito embora o autor acima faça referências mais às políticas macrorregionais, numa escala menor - 10a Região Administrativa de Presidente Prudente - no que toca às lutas de interesses internas entre as suas classes políticas em busca de recursos subsidiados, também é verdadeira, além do que o texto acima também põe à luz indicações sobre a totalidade em que estão inseridas tanto as questões urbanas quanto as rurais no Brasil, e ainda abre uma reflexão em torno das formas mascaradas de como se apresentam os conceitos *implícito e explícito* embutidos nas políticas espaciais. O volume de recursos subsidiados e/ou a Fundo Perdido (a exemplo do Projeto CURA, com recursos provenientes do Banco Mundial, articulados pelo CNDU, não ultrapassaram de aplicações em pavimentações das vias públicas das malhas urbanas do centros de médio porte e intermediárias, como aconteceram em Presidente Prudente (como os anéis viários, vias de acessos, galerias de águas pluviais, retificações e canalizações de canais fluviais urbanos(o Córrego do Veado, por exemplo), saneamento (construções de adutoras no Rio do Peixe, e melhorias na adutora do Rio Santo Anastácio que abastece Presidente Prudente e a Companhia Industrial Cica), mais recentemente estes investimentos *foram estendidos às administrações de Dracena, Adamantina, Osvaldo Cruz e Presidente Venceslau.*

Aqui, para nós, vão ficando claro os objetivos da política de desenvolvimento urbano, que em verdade significou uma forma reforçar uma sistema de cidades ao mesmo tempo que determina as condições de inserção da economia regional ao conjunto estadual.

A modernização mais significativa que se poderia esperar, ou seja, uma vinculação mais expressa entre a pecuária de corte regional e produção mais completa de derivados da carne não vem ocorrendo na região de Presidente Prudente. Há obstáculos em curso que têm impedido a progreção do processo de divisão espacial do trabalho no interior paulista.

Curiosamente, alguns ramos industriais recentemente instalados no interior paulista vinculados ao setor agrícola, mesmo em regiões de predomínio da pecuária (Pres.Prudente e Araçatuba), têm provocado um avanço na modernização de produtos como o tomate e a cana-de-açúcar. Na área de ação da Divisão Regional Agrícola de Presidente Prudente, deve-se acrescentar o peso de alguns produtos agrícolas que dão respostas mais rápidas à modernização industrial. Na produção estadual (safra 80-81) foram registradas as seguintes participações: amendoim (32%), tomate (18%), café (15%) e algodão (11%). A indústria de tomate foi aí introduzida na primeira metade dos anos 70 e, em fins de 1990, já apresenta uma participação considerável no Estado.

A produção industrial em termos que envolva processamentos mais amplos, tanto de derivados de produtos agrícolas como para os de origem animal não obedecem a uma política espacial como a que estamos examinando. Os produtos agrícolas que mais receberam apoio do setor estatal e privado, em termos de transferências de pesquisas tecnológicas, informações e

subsídios foram, via de regra, aqueles subordinados às políticas agrícolas voltadas para os mercados externos. Tais produtos estão geograficamente concentrados como acontece com o soja e a laranja. É certo que as pesquisas ligadas a melhoramento genético e sanitário foram estendidos ao setor animal, disto se beneficiando a produtividade da pecuária regional, apenas.

Entendemos que a modernização na economia rural, de um modo mais amplo, deve ser colocada como uma modalidade de incorporação de mercados (produção-consumo) em termos da economia paulista, mais especificamente. A modernização e inserção do Extremo Sudoeste Paulista interessava ao conjunto da economia estadual, uma vez que ela reforçava o processo de *desconcentração centrada* do setor industrial para fora da região metropolitana, portanto como uma expressão concreta da divisão espacial do trababalho no território paulista.

Presidente Prudente, enquanto região objeto de política urbana (PROGRAMA CIDADES MÉDIAS) não poderia responder com o mesmo desempenho a todas as estratégias da reversão da polarização da capital paulista, assim como numa poderia ser inclusa nesses termos. É preciso colocar que a sua formação econômica regional engendrou uma estrutura industrial que, pelo menos a médio prazo, não permitia e nem permite estabelecer uma integração intra-setorial nos mesmos níveis que às referidas anteriormente. As políticas mais próximas de seu perfil econômico, ou sejam os estímulos a Distritos Industriais, ensaiadas pela Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, resultaram em implantações parciais, como são os casos de Presidente Prudente, Presidente Epitácio e Regente Feijó. É preciso ressaltar que Regente Feijó, distante 20 km de

Presidente Prudente, vem estreitando uma "satelitização" em relação com a última. Parte dos estabelecimentos industriais instalados em Regente Feijó é expansão ou "transferência" de empresas que ainda mantêm atividades em Presidente Prudente, principalmente a decisória.

No documento "Áreas Planejadas para Localização Industrial" elaborada pela Secretaria do Interior, em 1980, quanto levantou a situação de 117 municípios que possuiam e/ou tinham interesses interesses em implantar distritos industriais, ao elaborar algumas recomendações para algumas das atividades industriais mais de acordo com as potencialidades econômicas locais, cometeu-se alguns enganos, ao substituir a indicação de Presidente Epitácio por Regente Feijó para atividades beneficiadoras de derivados da pecuária de corte (couros e peles, por exemplo). Fatos como este podem tornar inócuas enquanto aparato informativo, na medida em que esse tipo de documento é disposto amplamente, aos meios empresariais externos à região, como parecer técnico avalizado pelo Estado, portanto oficial, aos qual e se supõe de valor indicativo considerável para investimento setorial.

Talvez a indicação mais significativa, para a avaliação rápida dos efeitos mais imediatos da Política Urbana que estamos tratando, esteja na expansão do setor da Construção Civil, a qual pode ser tomada[1] com um sinal dos efeitos mais imediatos da política urbana em curso no interior paulista, a qual pode ser levantada por meio de diversos relatórios elaborados pela Coordenadoria de Ação Regional (CAR) registros de investimentos consideráveis de recursos

---

1.Levando em consideração o momento da ação da política urbana e espaços específicos objetos da mesma.

financeiros públicos em projetos de engenharia civil (como já foi dito sobre os sistemas viários, saúde e saneamento, habitação popular, etc.). As respostas do setor da Construção Civil regional não ficariam no âmbito das obras públicas mas, também na expansão das edificações habitacionais privadas indiretamente decorrentes da política urbana paulista.

Em Presidente Prudente (tab.1,fig.2) os setores da Construção Civil e da Metalurgia responderam com crescimentos apenas em termos de operários empregados, ao mesmo tempo que o

TABELA 1
NUMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS NO MUNICIPIO PRES.PRUDENTE
POR RAMOS DE ATIVIDADES
1973 E 1981

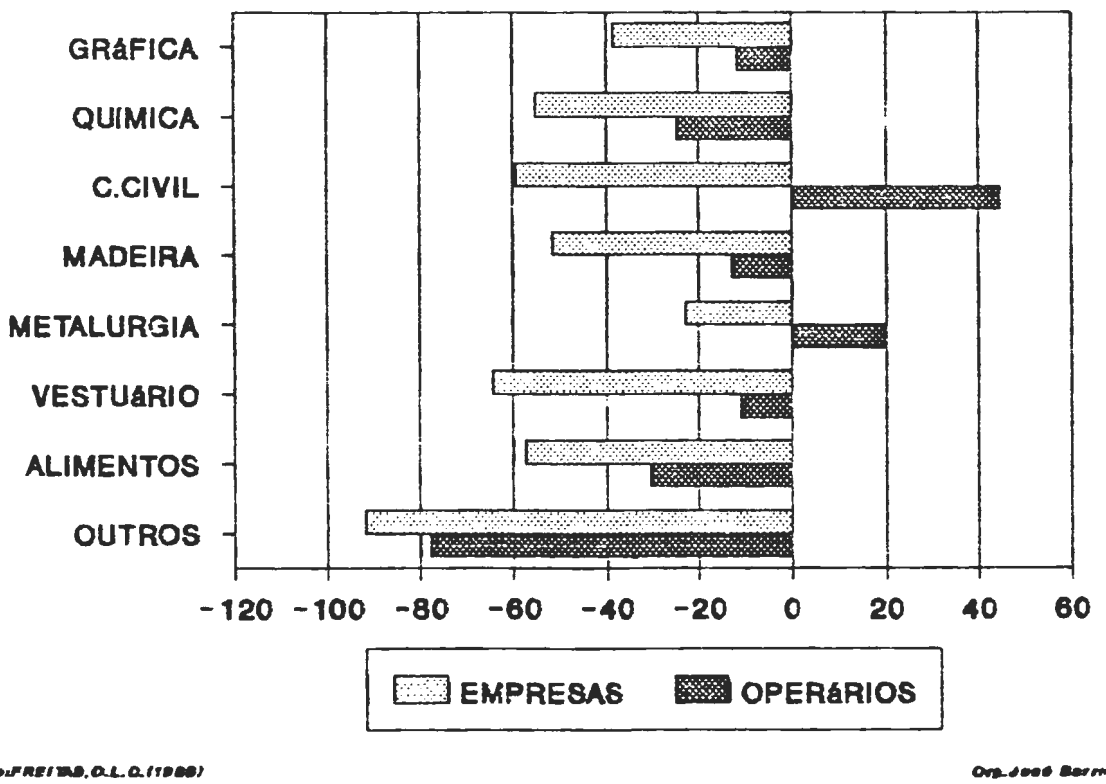
	EMPRESAS			OPERARIOS		
RAMOS	1973	1981	%	1973	1981	%
GRAFICA	13	8	-38.46	164	145	-11.59
QUIMICA	20	9	-55.00	571	430	-24.69
C.CIVIL	27	11	-59.26	159	230	44.65
MADEIRA	33	16	-51.52	257	224	-12.84
METALURGIA	35	27	-22.86	510	610	19.61
VESTUARIO	45	16	-64.44	410	365	-10.98
ALIMENTOS	47	20	-57.45	2874	1997	-30.51
OUTRAS	12	1	-91.67	27	6	-77.78
TOTAIS	59	21	-64.41	2901	2003	-30.95

Freitas O.L.C."Capital e força-de-trabalho no setor secundário em Presidente Prudente". Caderno Prudentino de Geografia n.8 1986.

número dessas empresas sofreu diminuição. As empresas com disponibilidades ou pelo menos com capacidade de mobilização de um volume maior de recursos financeiros e estruturadas em termos jurídicos e de recursos humanos, foram as que podiam se habilitar às concorrências públicas. Nesse processo, é provável que a redução do número de algumas médias empresas do setor tenha sido uma consequência da ampliação de outras.

Como já foi dito anteriormente, nos últimos cinco anos é que cidades como Adamantina, Dracena, Osvaldo Cruz e Presidente Venceslau foram incorporadas na política urbana. Não estamos fazendo uma associação simples entre as mobilizações concretas de recursos financeiros e humanos afetando diretamente o crescimento absoluto da população urbana em Presidente Prudente. Há que se considerar toda uma herança histórica por trás de seu comportamento demográfico atual.

FIG. 2
INDÚSTRIAS POR RAMOS EM PRESIDENTE PRUDENTE (1973-1981)
EVOLUÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E OPERÁRIOS (Percentuais)



Fonte: FREITAS, O.L.C. (1988)

Org. José Borzacchiello

As recentes extensões dessa política urbana ao

centros referidos muito se deve também à pressão de suas classes políticas. O distanciamento do tamanho funcional de Presidente Prudente sobre os demais centros locais tem, como contrapartida, exigido por parte do tesouro Estadual uma disponibilidade maior de recursos para atender as novas demandas cada vez maiores, próprias dos centros de maior polarização, sobre os quais são mais imediatos os impactos da difusão das inovações[1]. Com isto, os recursos provenientes de fontes públicas acabam por ser, na maioria dos casos, direcionados para os centros urbanos de maior pressão populacional, obrigando prefeitos e vereadores a estabelecerem, na luta política interpartidária, composições e barganhas como instrumentos de gestão de seu território.

---

1. As difusões das inovações não se restrigem aos recursos da mídia, os quais escapam às barreiras geográficas. Para que possam ser concretizadas, as inovações requerem centros regionais com aparatos terciários relativamente sofisticados e com uma área de influência que atinja um volume considerável de consumidores com relativo poder de compra.

DO ESPAÇO DO HERDADO...

AO ESPAÇO OBJETO DA GESTAO DO TERRITORIO

Colonização e Formações Político-Territoriais

Os desdobramentos espaciais, com a destruição das economias "autárquicas", como a mineração por exemplo, iniciaram-se a partir da intensificação da dependência cada vez maior de articulações intersetoriais.

As articulações intersetoriais tinham desdobramentos econômicos com rebatimentos em novas reorganizações territoriais a nível de Brasil. Foi um processo que, tomado no bojo da mineração, estendeu-se à economia cafeeira, quando então começaram a se impor algumas fusões de capitais comerciais e industriais paulistas.

O processo de incorporação do interior paulista, em termos da economia do Centro-Sul, iniciou-se num processo no qual a atividade mineradora (em Minas Gerais) fez emergir novas articulações econômicas macrorregionais (Leste e Sul). Essas transformações econômicas implicaram, portanto, em reorganizações territoriais em termos de novas produções e de novos mercados acabando por repercutir na reorganização do próprio interior paulista.

Para nós, a valorização do Oeste Paulista correspondeu ao tratamento dado por MULLER (1960) sobre as condições da ocupação, quando diz que "...A primeira valorização da região Oeste Paulista - feita através do pastoreio, por criadores mineiros..." e acentua que aqueles "...agiram como os

primeiros pioneiros da região, facilitando caminho aos agricultores que os seguiram: os *núcleos por eles fundados serviram de base à irradiação do povoamento*"(o destaque é nosso).

No início deste século, não havia no extremo sudoeste quaisquer infra-estruturas urbanas que pudessem apoiar um povoamento que não fôsse de natureza dispersa. Indiana foi o primeiro povoado a surgir em 1907. Um número reduzido de núcleos urbanos de pequenos tamanhos como aquele acima poderia apenas atuar como suporte à pecuária de engorda e para embarque de gado para abate na capital paulista. O primeiro apoiamento "urbano" regional surge com Indiana, anterior a Presidente Prudente, diante de uma área de engorda e venda de gado bovino para o mercado paulistano, restringindo-se a pequenas e rápidas hospedagens, instalações ou currais para animais em trânsito e ainda fornecimento de alimentos, remédios e materiais de montarias.

As condições necessárias à colonização a partir de 1920, deveriam ficar, basicamente, por conta de uma urbanização que fosse crescente enquanto apoio à colonização inicial com base na economia cafeeira, lembrando que o comércio varejista de Presidente Prudente já se estabelecia como uma base de apoio aos cafeicultores até mesmo situados em Santo Anastácio no início de seu povoamento, como nos contam pioneiros daquele município. Isto dá uma dimensão do desenvolvimento inicial das suas funções urbanas no apoiamento às atividades agropecuárias e, por conseguinte, também nas próprias formações territoriais seguintes.

Núcleos urbanos como Presidente Venceslau e Santo

Anastácio, após o desmembramento da base territorial de Presidente Prudente em 1925, tiveram de se ampliar para atender as necessidades crescentes de consumo, de trocas, considerando aí os beneficiamentos agropecuários que aí foram se instalando (quadro 1,mapa 2). Nestes termos, a formação do território paulista estava inserida num processo mais amplo de integrações econômicas, ou seja, de produção e reprodução de novos espaços em termos de fundamentos ou arcabouços de uma divisão espacial do trabalho - isto é, caminhava na esteira de determinadas especializações urbanas extra-regionais e locais, principalmente quanto às intermediações promovidas pela cafeicultura.

Sempre existiram preocupações a níveis mais gerais sobre as funções vitais do desenvolvimento das economias urbanas, não apenas por suas naturezas incorporadoras de mercados locais ou regionais, mas também pelos seus vetores internos à cidade, isto é, para o interior da malha urbana, concretizadas mediante diversos tipos de investimentos públicos urbanos.

Assim, a expansão da economia cafeeira condicionava-se à ampliação dos setores da economia urbana regional. Eram cada vez mais crescentes as necessidades por mercadorias e, por conseguinte, de serviços públicos e privados que pudessem facilitar que os fluxos de pessoas de acordo com a dinâmica da economia do Extremo Sudoeste Paulista. Nessa conjuntura, a Estrada de Ferro Sorocabana foi uma dessas expressões concretas, pelo menos inicialmente.

A partir do início do século XX, a capital paulista já começava a incorporar crescimentos demográficos, impondo-se como um expressivo mercado consumidor de produtos

alimentares, como agrícolas e pecuários. Diante das determinações impostas por esse mercado urbano emergente, foram se definindo algumas divisões espaciais do trabalho no interior paulista de modo, além das necessidades do mercado externo, cada vez mais exigentes, para atendê-las. Nota-se que a economia agrária brasileira do século XIX já esboçava vinculações urbanas muito fortes, como a economia canavieira no Rio de Janeiro (séde política e econômica, esta última, principalmente, ligada a interesses açucareiros), enquanto que, no Estado de São Paulo, a capital paulista era a séde dos negócios dos "barões do café". Portanto, a instalação da cafeicultura no interior do Estado de São Paulo, enquanto incorporação de áreas ao mercado paulista, exigiu a presença de centros comerciais de serviços como apoio. As novas relações sociais em processo fizeram emergir centros urbanos mesmo antes que das que as fazendas fossem ocupadas com café.

Assim sendo, no processo de definições espaciais da economia paulista, a região de Presidente Prudente seria o produto de uma incorporação, um espaço construído por determinações mais amplas, assumindo também um papel no abastecimento de um mercado maior, com isto o seu núcleo principal foi emergindo como centro de coleta (rural-urbano) e de distribuição (urbano-rural e urbano-urbano) cada vez mais vigoroso e abrangente, desdobrando-se o nível hierárquico de comércios e serviços, com absorções de algumas vantagens aglomerativas para si nas trocas locais, pelo menos.

A expansão da economia urbana local não se resumia apenas ao café, embora o mesmo fosse dominante. A modernização progressiva foi sendo imposta no setor agropecuário por

exigências de mercados, obrigando a constantes reaparelhamentos urbanos para que essa modernização fosse possível, concentrando-se assim nos centros onde já se estabeleciam outras funções polarizadoras. Essas modernizações eram tanto relativas à produtividade da terra e do trabalho, quanto à melhoria da qualidade sanitária (pecuária, por exemplo).

A própria estrutura agrária, sobre a qual a foi se estruturando a cafeicultura na década de 20, formada por um número considerável de glebas rurais impunha ainda mais a presença urbana. Acresce-se a isto o mercado emergente de terras formado por economias acumuladas entre os colonos nas antigas fazendas de café da região de Campinas. Essa determinante da ocupação regional teve, segundo ABREU (1972), uma contribuição para o surgimento de dois "fenômenos regionais: primeiro, que a posse da terra não se desse unicamente pelo latifúndio e, segundo, pelo papel que essas pequenas propriedades tiveram na urbanização regional, à medida que esses embriões urbanos iam constituindo suas economias urbanas no âmbito das relações cidade-campo: negócios com o café e mais tarde com o algodão e amendoim, máquinas de beneficiamento de café e cereais, médicos, armazéns e escritórios de diversas companhias, em especial as imobiliárias, incumbidas dos loteamentos rurais e urbanos". Acresce-se aqui as seguintes considerações em torno dessa urbanização regional: "A ação urbanizadora do café alcançou sua plenitude no momento em que ganhou os espigões do Planalto Ocidental Paulistano no final do século passado e primeira metade do atual. Então o que ocorria anteriormente, a fazenda precedendo a cidade, foi invertido. A cidade seria na maioria das vezes o trampolim para a ocupação da zona rural. E continuará depois a fornecer-lhe as condições para o desempenho

de suas funções vitais" ABREU (1972).

Aqui cabe a observação de que a diversificação agrícola, embora bastante lenta, foi estendendo a rede urbana capilar, iniciada com o café, em razão dos níveis de papéis funcionais que as cidades emergentes prestavam: assistência técnica, financeira, variedades de beneficiamento e de armazenamento, transportes, não apenas em função do produtos em si mesmos, mas também em termos de consumo coletivo em função das demandas originadas nas próprias transformações sociais no campo e nas cidades.

O fato de que "...núcleos urbanos, criados para servirem de suporte às populações do campo, crescem e surge logo a necessidade de se organizar a área em termos político-administrativo e assim emergem os novos municípios". ALEGRE (1972). Tomando as observações acima, o processo de urbanização vigoroso nas frentes pioneiras reproduzia a própria dinâmica político-administrativa traduzida pelos desmembramentos territoriais como se pode perceber pelos mapas na figura 4 e quadro 1. Estes indicativos nos remetem à questão das relações políticas complexas na vida regional em torno dos territórios da Nova Alta Paulista e Alta Sorocabana de Presidente Prudente, por sinal convertidos em arenas da sociedade política regional.

Presidente Prudente, como núcleo traduzia, desde a sua instalação, algumas pré-condições no processo de ocupação do extremo oeste paulista, enquanto centro de organização de um território, que correspondia em 1921 a 15000km^2, preparando-se

para funções de gerenciamentos imobiliários[1] urbanos e rurais, concentrando assim aquelas condições necessárias a uma relativa ampliação da concetração terciária também com capitais financeiros voltados a negócios fundiários.

O desenvolvimento da economia agrícola regional estava exigindo empreendimentos imobiliários que tivessem consequências espaciais importantes, fossem loteamentos rurais ou urbanos. Eram as condições capitalistas para propagação e consolidação do povoamento e colonização agrícola regional. Diversos grupos de interesse foram se formando vinculados à base econômica regional, inserida na qual estava em curso o desenvolvimento politico-administrativo na Alta Sorocabana de Presidente Prudente[2].

No início da coloniazação da década de 20, o poder político regional, pode-se dizer, estava concentrado em razão do do seu poder econômico reduzido da maioria dos seus imigrantes. Além do que, os assentamentos rurais estavam se realizando sob diversos graus dependências, principalmente entre os imigrantes e estrangeiros o nacionais, dependências que decorriam também dos gerenciamentos necessários aos encaminhamentos e assentamentos dos diversos grupos de agricultores.

1.Para um aprofundamento sobre as atividades imobiliárias em Presidente Prudente, consultar ABREU,D.S.(1975) e SPOSITO,M.E.B.(1983).

2.Para um aprofundamento sobre questões políticas sobre posses das terras bem como de assentamentos de populações rurais e investimentos públicos no Pontal do Paranapanema, consultar os VASQUES(1973), LEITE,J.F.(1981) e ANTONIO.A.F.(1990).

A terra como mercadoria começava aí a sustentar mais efetivamente os interesses políticos e eleitoreiros. Com a efetivação do assentamentos rurais é que a distribuição da renda, melhor, a renda média da população começou a se elevar. As novas relações de trabalho foram aí acompanhadas de uma politização geral crescente, como resposta, à emergência de uma nova classe política local, cujos desdobramentos foram os assentamentos político-administrativos.

Os grupos de pressão locais vão se cristalizando à medida em que a classe política é capaz de sintetizar as determinações locais que definiam os próprios atributos do território de suas reproduções de tais ou quais classes sociais[1].

No Extremo Sudoeste Paulista, os seus colonizadores tiveram também de recorrer às imigrações da Europa central, fossem elas provenientes do campo ou das cidades (artesãos europeus, operários e pequenos empresários). Muitos dos imigrantes, após a instalação incial nas zonas rurais locais, acabaram por emigrar mais tarde para os centros urbanos locais vizinhos às colônias bem como para outros centros urbanos de portes maiores, mesmo assim, esses imigrantes mantiveram algumas vinculações com as atividades agrícolas, mais precisamente em termos de renda familiar.

Com o fechamento do mercado externo para o café, reflexos da 1ª Guerra Mundial, diversos fazendeiros estabelecidos nas zonas de Campinas e Itu faliram. Muitos venderam suas terras, provocando um fracionamento das mesmas, o que mais tarde contribuiria para que aí fossem introduzidas

---

1.Não se trata de menção às determinantes naturais.

culturas diversificadas exigidas pelo mercado paulistano. Principalmente diante da razão acima, os ex-colonos, aqueles que haviam acumulado capitais através dos salários fixos, e outros rendimentos variáveis e ainda dinheiro provenientes de pequenas criações e das culturas consorciadas com o café, tais como feijão, arroz, milho, excedentes drenados para o mercado externo durante a 1a Guerra Mundial, viram se obrigados migrar de modo dirigido também para a Alta Sorocabana de Presidente Prudente.

Os pequenos capitais que os mesmos traziam tiveram papéis decisivos no conjunto da constituição da economia regional, principalmente urbana, à medida que as novas atividades agrícolas deveriam se dar em um novo ambiente de relações sociais de produção, cujas relações cidade-campo se configuravam como formas indispensáveis à incorporação do Extremo Sudoeste Paulista à economia de mercado, em outros termos, *a transformação daquele espaço enquanto frente expansão*.

Algumas condicionantes históricas mais internas tiveram importâncias na eficácia do quadro econômico regional. Uma dessas fica por conta da dinâmica das relações exercidas pelos agentes imobiliários com a participação dos próprios imigrantes já radicados há algum tempo, quer servindo-se não somente como intérpretes, mas também agenciadores, segundo ABREU (1972).

Nessa mesma década, a de 20, praticamente 4 anos após instalação de Presidente Prudente como município, desencadeiam-se os primeiros desmembramentos, fazendo surgir tres novos municípios, Santo Anastácio e Quatá (ambos em 1925) e Presidente Venceslau (1926). Tomando esse período de avanço da

ocupação regional, isto nos remete para o caráter da colonização agrícola e seus desdobramentos agrários com reflexos diretos sobre a economia urbana regional. Colônias formadas por japoneses e portugueses (Presidente Venceslau), espanhóis (Santo Anastácio) progrediram com o opoiamento dos aparelhos urbanos locais, como os acima citados. Sob determinadas condições sociais, econômicas e, principalmente, políticas, algumas colônias não chegaram a concretizar uma organização política atrelada à comunidade externa à colônia, isoladas acabaram por se ressentir de crises, até mesmo as meramente conjunturais desde o início de suas instalações. Em Presidente Venceslau com a colônia alemã (Schwaben Colönie) iniciada em 1925, a crise acabou com a "desorganização da mesma, resultando em retornos de cerca de 20 a 30% desses ao país de origem, e um processo de encadeamento emigratório internamente para os centros urbanos maiores como a capital paulista" ANTONIO (1981).

Estratégias protecionistas governamentais, como as de restricões ao comércio do café acabaram por favorecer também a penetração lenta, porém progressiva, da policultura na região (algodão, amendoim, mamona). A expansão dos mercados de consumo internos e externos de derivados foi pressionando a produção destes vegetais. Mas foram as crises dos mercados externos que mais fortemente repercutiram em termos de políticas efetivas de valorização do algodão, ampliando-se assim um mercado produtor em potencial, às exportações para a Alemanha, Itália e Japão após 1931. O abastecimento interno de fibras têxteis (como de costume nos países subdesenvolvidos) vinha à reboque da expansão dos mercados externos. Emerge internamente um mercado consumidor em potencial de tecidos diante de uma agressiva assistência

técnica e de financiamentos aos pequenos cotonicultores pelas firmas estrangeiras, com desdobramentos nos estímulos ao crescimento da indústria têxtil no país entre 1938-1948. O município de Sorocaba foi o beneficiário da industrialização ligada ao ramo têxtil, enquanto que a produção de fibras acabou por ficar reservada ao extremo oeste paulista. As cidades da região de Presidente Prudente, em número reduzido, apenas ficavam apenas com frações do processo industrial têxtil que lhes foram reservada[1] como o beneficiamento do algodão: separação dos caróços das fibras e alguma produção parcial de óleos vegetais.

No bojo da evolução da economia regional, vamos dizer paulista, até os anos 40, a Alta Sorocabana já se encontrava nos limites da dominância da lavoura cafeeira, por razões já conhecidas, principalmente quanto à redução da sua produtividade e competitividade, tanto por questões naturais (geadas, baixa fertilidade) como por redução da disponibilidade financeira pelos produtores, política governamental. Nesse conjunto tanto mais estrutural que conjuntural, a urbanização regional acelerou-se subordinada às novas relações de produção apresentadas com a policultura, principalmente com a cultura algodoeira, que se estabelecia com um volume de mão-de-obra relativamente superior a ocorrida com o café.

As mudanças na economia agrícola regional foram se processando sob dois eixos de comandos, além do mercado internacional (café), novas exigências se aceleram por conta do

---

1.Reservadas no sentido de determinantes da divisão técnica e espacial do trabalho.

mercado interno (carne, algodão, amendoim e arroz, feijão, batatas, couros, etc..). Nesse processo, a urbanização regional intensificou-se com reaparelhamentos mínimos para atender as modificações das relações sociais de produção rebatidas pela estrutura agrária local (redução das grandes e médias fazendas de café, e mesmo de pecuária) e de conteúdos de natureza ainda mais complementares com outras lavouras comerciais ou de excedentes (arroz, feijão, milho, batata inglesa, mandioca).

Ao longo dos anos 30 e 40 a industrialização no interior paulista estava se desenvolvendo de uma forma dispersa, conforme CANO "...para a indústria, as terras do 'Oeste' trouxeram uma colaboração que, se do ponto de vista do produto agregado não é tão importante, do ponto de vista da estruração espacial da indústria no Estado é bastante significativa. No estágio das forças produtivas que então caracterizava o Estado, a abertura das terras do oeste, ocupadas por uma agricultura diversificada, multiplicou as possibilidades de inversão de excedentes na transformação de produtos agrícolas, ampliando a produção agroindustrial. Assim, capitais nacionais e estrangeiros - Matarazzo, SANBRA, Anderson Clayton e outras - implantaram fábricas por todo o interior, produzindo beneficiamento de algodão, óleo de do seu caroço, fibras têxteis,beneficiamento de arroz, de milho etc.". Nesse processo de estruturação espacial da indústria engendrou-se um"...aumento no estoque do capital industrial paulista que, a seguir, face às transformações técnicas e do mercado, foi se voltando para oportunidades outras de inversão industrial, crescentemente concentradas na região do entôrno da capital paulista. Mais uma vez, beneficiaram-se com isto as regiões mais velhas, como Campinas, Sorocaba e Ribeirão Preto, que se aproveitaram das oportunidades de transformação

industrial proporcionadas pelas atividades agrícolas e do dinamismo econômico que se irradiava da indústria metropolitana paulista. Consolidaram-se grupos como: Dedini, Romi, Votorantim, Nardini e outros" CANO (1988).

No Extremo Sudoeste Paulista a economia cafeeira dependia de aparelhamentos urbanos cada vez mais apurados que lhe suprisse não apenas enquanto centros de distribuição de insumos, mas também de coleta e outros serviços variados. Ao longo dos anos 30, Presidente Prudente já começava a se ressentir de pressões relativas a serviços de saúde e saneamento decorrentes, principalmente, da qualidade e quantidade do abastecimento de água exigidas. Estes eram os sintomas de uma cidade que crescia a um ritmo maior que as finanças públicas poderiam aparelhá-la em termos da sua socialização enquanto espaço urbano, lugar do consumo coletivo. Essas dificuldades mesmo iniciais estavam ligadas ao tamanho funcional que este centro já definia a âmbito regional. Segundo ABREU (1972) nessa época foi aí instalada uma Inspetoria Sanitária. O padrão deste serviço público era requerido por centros com áreas de influências geográfica considerável em termos de demandas.

Por outro lado, tomando o território da atual Nova Alta Paulista (23 municípios), este estava inteiramente incorporado à Alta Noroeste de Araçatuba - de Osvaldo Cruz ao Rio Paraná fazia parte do município de Andradina. Apenas os municípios de Parapuã e Rinópolis, conforme mostra o Mapa 2, ainda permaneciam ligados ao município de Birigui, pertencente por sua vez à região da Alta Noroeste de Birigui. Com ocupação efetiva na Nova Alta Paulista, a partir de 1940, foram emergindo lideranças políticas formadas por sitiantes, os quais foram os

responsáveis mais imediatos pela criação do município de Lucélia em 1944, provocando desmembramentos de terras de Valparaíso cuja população total era em 1940 de 41981 habitantes, 80,7% na zona rural.

Prosseguindo, a partir do município de Lucélia houve uma explosão emancipacionista que se fazia sob o domínio da economia cafeeira, quando se instala em 1954 o município de Panorama, no limite com o Estado de Mato Grosso. Tais desdobramentos relativamente rápidos estavam traduzindo os ritmos com que as classes sociais emergiam bem como das suas capacidades de aglutinar interesses econômicos mediante manifestações políticas em torno de um território comum[1] (entre as classes dominantes locais) para, a partir daí, produzirem conceitos ou atributos espaciais em torno dos quais se poderia prover condições necessárias à reprodução das suas condições de vida material.

Na microrregião homogênea da Alta Sorocabana, a maioria de seus municípios foram criados entre 1921 e 1964, quase 50% surgiu até 1950. Essa realidade se contrapõe com a Alta Paulista, cujas instalações municipais (entre 1944 e 1959) foram contemporâneas à penetração ferroviária e rodoviária. As razões da ritmo da urbanização desta deveu-se ao caráter também da modernidade em que se estava apoiada a colonização local, uma das as últimas regiões em processo de povoamento em território paulista.

1.Território comum no sentido de grupos de interesse (proprietários rurais e/ou urbanos) que, diante dos limites para a reprodução dos seus meios de produção, acabaram por reproduzirem símbolos com os quais podiam mobilizar fontes de recursos estatais, permitindo lhes a continuidade da acumulação.

Com isto estamos tentando dizer que, no conjunto da colonização regional, a qual atingiu o seu auge nos anos 60, ou seja o seu limite final enquanto *frente pioneira*, marcou-se aí uma fase em que as articulações políticas foram profundamente ditadas no seio das classes sociais dominantes que emergiram da economia cafeeira, não apenas na Nova Alta Paulista, mas também na Alta Sorocabana de Presidente Prudente.

Ainda em termos de Oeste Paulista, a década de 30 foi marcada pela intensificação do povoamento na Alta Noroeste e Alta Paulista de Marília. O município de Araçatuba instalado em 1913, como desmembramento de Penápolis, deu origem a dois novos municípios, Guararapes e Valparaíso, ambos em 1937. Ainda nessa década, na Alta Sorocabana de Presidente Prudente, quatro novos municípios emergiram com o desmembramento de Presidente Prudente: a) Regente Feijó (1935), que posteriormente se desdobra em Martinópolis (1939); b) Rancharia e Presidente Bernardes, ambos em 1935. Aqui a frente pioneira continuva funcionando como um processo formador de classes políticas locais, com consequências diretas nos desmembramentos territoriais em termos político-administrativos. Estamos tentando resgatar alguns fundamentos da formação de lideranças políticas locais sob a premissa do desempenho econômico já no interior do processo de colonização do Extremo Sudoeste Paulitas. Pode-se observar que a irradiação do movimento municipalista desdobrou-se territorialmente de dentro para fora (anelar), isto é, formando uma carapaça urbana em torno de Presidente Prudente, onde se estava assentando a burguesia ligada ao comércio, principalmente ao setor imobiliário. Mesmo após a fase mais intensa dos negócios imobiliários locais e a nível regional, a vinculação dessas mesmas atividades manteve-se atrelada muito de perto ao

papel funcional de Presidente Prudente pelo desdobramentos de suas áreas de mercado, ampliando ainda mais a sua centralidade.

Indiana, enquanto Patrimônio rural já em 1905, apenas emergiria como município com a presença das lavouras de café e algodão em 1948, com o desmembramento de Regente Feijó. Naquele primeiro momento, ainda surgiram Iepê e Álvares Machado (todos em 1944) e Alfredo Marcondes e Pirapozinho em 1948, desvinculando-se de Presidente Prudente.

Com alguns dos suportes à colonização relativamente já estabelecidos na porção o extremo sudoeste pelo núcleo de Presidente Venceslau, permitia-se uma ocupação mais efetiva desse trecho do território. Com isto, foi se possibilitando aí a emergência de poderes políticos em Presidente Epitácio e Piquerobi em 1948, aos quais se impuseram novas divisões político-administrativas.

Considerando que o sistema viário inicial na Nova Alta Paulista guardava algumas diretrizes de modo a se implantar estradas vicinais ligando núcleos pré-urbanos (*patrimônios*) às propriedades rurais, essas vias tiveram um papel significativo na construção da especificidade local. Diante de tal condição, foi nesta engendrando um sistema de cidades no bojo de novas relações sociais as quais, por sua vez, implicaram em novas formas mais profundas de relações cidade-campo, principalmente quanto ao estreitamento entre pequenos centros de coleta e de distribuição diante de um sistema de uso da terra sob uma estrutura agrária com dominância das pequenas propriedades rurais. Nessas condições estava se estabelecendo uma rede urbana de certa forma menos concentrada que aquela que estava se processando na Alta Sorocabana de P.Prudente.

Por um bom tempo, até que as penetrações rodoviárias permitissem um maior acesso radial, as relações entre as cidades na Alta Sorocabana de Presidente Prudente foram realizadas por via férrea e acessos de rodagem muito precários. Com reduzidas repercussões transversais os quais, de certa forma, impediam o desenvolvimento de outros subsistemas de cidades, reforçando ainda mais os direcionamentos dos fluxos das demandas para uns poucos centros como Presidente Venceslau, Santo Anastácio, Presidente Epitácio e Martinópolis, de modo que o eixo principal de comunicações permanecia subordinado à Estrada-de-Ferro Sorocabana e às poucas rodovias paralelas a mesma. Em que pese essas limitações, Pirapozinho, pela sua localização fora do eixo rodo-ferroviário principal, estava começando a construir a sua área de influência, mais acelerada ainda após a instalação do ramal ferroviário de Dourados.

Tentaremos, grosso modo, estabelecer dois momentos distintos relativos às manifestações do processo urbano regional: a) o das condições em que urbanização regional esteve subordinada à *economia cafeeira*, a qual estabelecia as condições para o início de um arcabouço urbano e regional e paulista (envolvendo incorporações de áreas da frente de expansão como áreas de mercados (frentes pioneiras) estabelecidas mediante novas relações sociais de produção, as quais também faziam parte das articulações cidade-campo em novas bases, forjando necessariamente uma rede urbana que se apoiava inicialmente em bases ferroviárias até por volta de 1940; b) pelas novas implicações sociais que se inseririam no interior da *economia algodoeira*. Na Alta Sorocabana de Presidente Prudente, a cultura do algodão não apenas ajudou a acentuar a concentração

do sistema de cidades locais, como também esboçou pequenas reorganizações das malhas urbanas, instalações industriais, pelo menos em temos de beneficiamentos derivados deste produto, e principalmente através de estradas de rodagens de acessos urbanos. Essas mobilizações infra-estruturais decorriam parte de um processo de transformação das relações sociais com desdobramentos em novas relações cidade-campo sobre aquelas iniciadas anteriormente com o café.

Além destas manifestações, temos que a economia algodoeira, embora de alta mobilização dos fatores de produção (capital e trabalho), emergia na Alta Sorocabana diante de uma progressiva concentração fundiária, pois é preciso considerar que as relações de produção estabelecidas durante a economia cafeeira prosseguiriam se modernizando, do ponto de vista da reprodução do capital agrário, a qual foi inserindo uma massa de trabalhadores cada vez mais desprovidos dos meios de produção, a terra. Embora um pouco cedo, a relação povoamento rural e urbanização, sob o peso mais significativo da primeira (café), começa a inverter-se no período contemporâneo com a economia algodoeira, ganhando importância a dinâmica da urbanização em si mesma, quer dizer, para dentro do espaço urbano, portanto já nem tanto como puro apoio à colonização, pelos menos não nos mesmos moldes da fase inicial, na década de 20.

Assim as progressivas expansões do algodão e da pecuária traziam uma apuração maior das novas relações de produção capitalistas no campo, com reflexos diretos nas economias e nos sistemas de cidades da região. As economias urbanas de umas poucas cidades foram se tornando cada vez mais complexas, entrelaçando assalariados nos fluxos crescentes das migrações campo-cidade, fazendo com que as gestões urbanas

sofressem dois conjuntos básicos de pressões: 1º,relativo às finanças públicas que dependiam fundamentalmente do desempenho das economias locais, que podiam ser ampliadas ou reduzidas dependendo aí da produtividade da terra ou do trabalho; 2º, em parte decorrente da primeira, havia um enorme descompasso entre as pressões sociais cada vez mais intensas sobre os equipamentos de consumo coletivos disponíveis nos centros urbanos. Mas em verdade, essas pressões resultavam de um processo geral de modernização das relações de produção capitalista que incluiam o urbano também como receptáculo de seus impactos.

As pequenas redes urbanas (sub-regionais) de apoio ressentir-se-iam mais tarde da acentuação do processo de desequilíbrio no conjunto da urbanização regional. Isso se deveu em função do conteúdo inicial (quantitativo e qualitativo) dos aparelhos urbanos como suportes à coleta, distribuição (atacado), e beneficiamentos de madeira, café, algodão, amendoim, arroz, etc.. Desse modo, a Nova Alta Paulista assistia a transformações na sua economia com a penetração do café, como um prolongamento da região de Marília. Desmembrando-se de Guararapes em 1944, Osvaldo Cruz, quatro anos após, desmembra-se para dar origem ao município de Sagres (1948). Ainda em 1944, Parapuã e Rinópolis emancipam-se de Tupã.

Nesse período, tanto na Nova Alta Paulista como na Alta Sorocabana de Presidente Prudente, o processo de fragmentação territorial-administrativo dava origem a nucleações urbanas, ou seja, estabelecimentos de cidades em torno de centros urbanos com terciário melhor equipado, como Presidente Prudente, Lucélia, Presidente Venceslau e Osvaldo Cruz, cujos aparelhos comerciais que nesses desempenhavam algumas

atividades imobiliárias vinculadas à colonização. Tais incidências espaciais, do nosso ponto de vista, traduziam-se também pelo processo de concentração dos domínios fundiários sediados nas cidades, promovidas, principalmente, pela economia cafeeira na Nova Alta Paulista e Alta Sorocabana de Presidente Prudente.

É preciso aqui observar, que nem todos os assentamentos municipais, nos últimos anos daquela década, tiveram o mesmo comportamento. O município de Lucélia, instalado em 1944, e de maior extensão territorial da Nova Alta Paulista, desmembrou-se no ano de 1948 em 6 novos municípios. Por sinal estes novos territórios foram os que assistiram, com maior intensidade, a emergência da atividade cafeeira: como Adamantina, Dracena, Tupi Paulista, Junqueirópolis, Tupi Paulista e ainda Flórida Paulista. Para a Nova Alta Paulista, a ferrovia nesse momento parece ter ficado em segundo plano como meio de transporte. A rodovia já era uma realidade aí quando da instalação dos municípios acima citados.

Vazios demográficos e concentrações de povoamentos já coexistiam na região como um todo. A ocorrência da expressividade do crescimento populacional 1940-1950 (tabela 2) verificado em Presidente Epitácio, Pirapozinho, Rancharia, Presidente Venceslau, Santo Anastácio e Martinópolis, nos permite abstrair a dinâmica da formação dos seus centros urbanos nessa fase da colonização regional. Contudo a relevância funcional de Presidente Prudente nessa mesma época da intensa colonização do Extremo Sudoeste Paulista, este não teve um crescimento populacional correspondente, ficando aquém da média regional, provavelmente em razão do deslocamento da colonização regional.

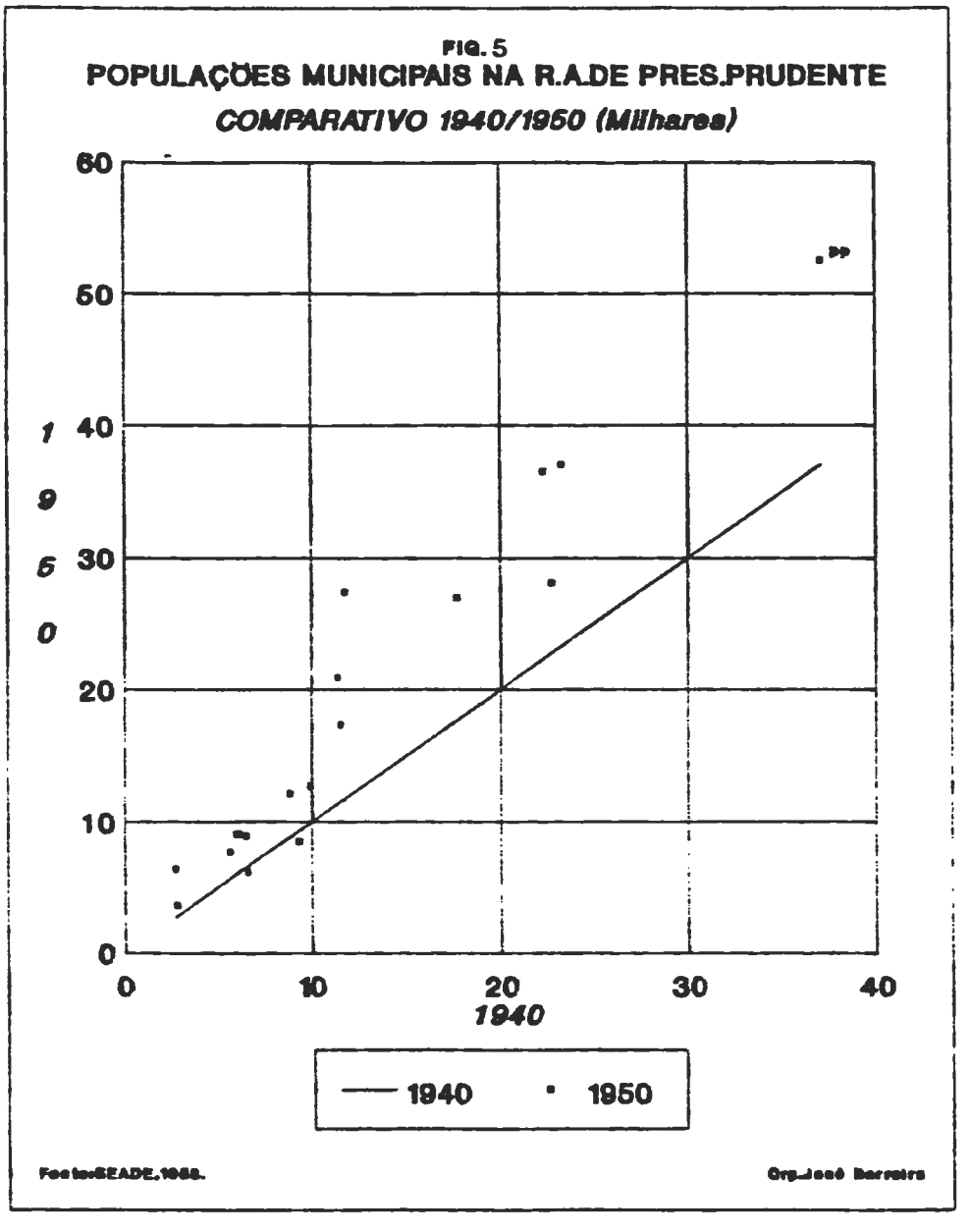
TABELA 2
POPULAÇÃO TOTAL POR MUNICIPIO
TAXA DE CRESCIMENTO DECENAL (1950/40)

Municípios	1940	1950	▲%
Santa Mercedes	-	898	-
Panorama	-	1013	-
Paulicéia	-	1516	-
Ouro Verde	-	3567	-
Irapuru	-	4449	-
Flora Rica	-	4470	-
Sagres	-	5789	-
Monte Castelo	-	5834	-
Salmourão	-	6255	-
S.Expedito	-	7172	-
Junqueirópolis	-	7426	-
Narandiba	-	7814	-
Mariápolis	-	9661	-
Tupi Paulista	-	11817	-
Caiabu	-	11972	-
Dracena	-	12113	-
Parapuã	-	12804	-
Pacaembu	-	14977	-
Osvaldo Cruz	-	14978	-
Rinópolis	-	16631	-
Flórida Paulista	-	19327	-
Adamantina	-	25562	-
Lucélia	-	29900	-
Anhumas	9300	8443	-9.22
Indiana	6653	6107	-8.21
Pres.Bernardes	22687	28046	23.62
Regente Feijó	9903	12672	27.96
Caiuá	2780	3574	28.56
J.Ramalho	5640	7699	36.51
Alfredo Marcondes	6500	8882	36.65
Iepê	8846	12157	37.43
Pres.Prudente	37090	52460	41.44
Taciba	6151	9087	47.73
Piquerobi	6008	9009	49.95
Alvares Machado	11529	17316	50.20
Pres.Venceslau	17689	26932	52.25
Martinópolis	23245	37032	59.31
Santo Anastácio	22282	36489	63.76
Pirapozinho	11387	20852	83.12
Rancharia	11751	27355	132.79
Pres.Epitácio	2699	6384	136.53
REGIÃO[1]	222140	566441	154.99

Fonte:SEADE. Região de Presidente Prudente: vinte anos de alta evasão populacional.Por Luis P.O. S.Paulo, 1983.

1.A tabela 2 não mostra diretamente média regional, pois a mesma totaliza a população de todos municípios existentes em 1950, muitos dos quais ainda não existiam em 1940.

A transformação político-administrativa na Nova Alta Paulista, na década de 40, caminhou paralelamente com o



rescimento demográfico como indicaram a tabela 2 e a figura 5. Com exceção de Adamantina, os índices de crescimentos demográficos mais expressivos correspondiam aos municípios que estavam sendo instalados. É preciso observar que nessa fase da colonização os portes populacional e crescimento não apresentavam uma correspondência direta, uma proporcionalidade. A acentuação do crescimento das populações

TABELA 3
POPULAÇÃO TOTAL POR MUNICIPIO
TAXA DE CRESCIMENTO DECENAL (1960/50)

Municípios	1950	1960	▲%
S.J.do Pau d'Alho	-	4400	-
Nova Guataporanga	-	4507	-
Sandovalina	-	4650	-
Marabá Paulista	-	5023	-
Tarabai	-	5169	-
Inúbia Paulista	-	6095	-
Estrela do Norte	-	6227	-
Teodoro Sampaio	-	8451	-
M.Paranapenama	-	22306	-
J.Ramalho	7699	3636	-52.77
Santo Anastácio	36489	21302	-41.62
Narandiba	7814	5345	-31.60
Martinópolis	37032	25778	-30.39
Piquerobi	9009	6496	-27.89
Caiabu	11972	8645	-27.79
S.Expedito	7172	5352	-25.38
Taciba	9087	7007	-22.89
Pirapozinho	20852	16293	-21.86
Anhumas	8443	6623	-21.56
Rancharia	27355	21496	-21.42
Lucélia	29900	23552	-21.23
Pres.Venceslau	26932	21323	-20.83
Alfredo Marcondes	8882	7638	-14.01
Salmourão	6255	5705	-8.79
Regente Feijó	12672	11732	-7.42
Indiana	6107	5986	-1.98
Parapuã	12804	13501	5.44
Pres.Bernardes	28046	30823	9.90
Alvares Machado	17316	19173	10.72
Caiuá	3574	4189	17.21
Mariápolis	9661	11350	17.48
Flórida Paulista	19327	24523	26.88
Iepê	12157	15508	27.56
Pacaembu	14977	19748	31.86
Adamantina	25562	33818	32.30
Pres.Prudente	52460	71270	35.86
Sagres	5789	8256	42.62
Rinópolis	16631	24196	45.49
Tupi Paulista	11817	18120	53.34
Flora Rica	4470	7007	56.76
Monte Castelo	5834	9499	62.82
Osvaldo Cruz	14978	26441	76.53
Paulicéia	1516	3447	127.37
Ouro Verde	3567	9274	159.99
Dracena	12113	32537	168.61
Pres.Epitácio	6384	18371	187.77
Junqueirópolis	7426	26894	262.16
Irapuru	4449	16693	275.21
Panorama	1013	5974	489.73
Santa Mercedes	898	6359	608.13
REGIÃO	566441	727708	28.47

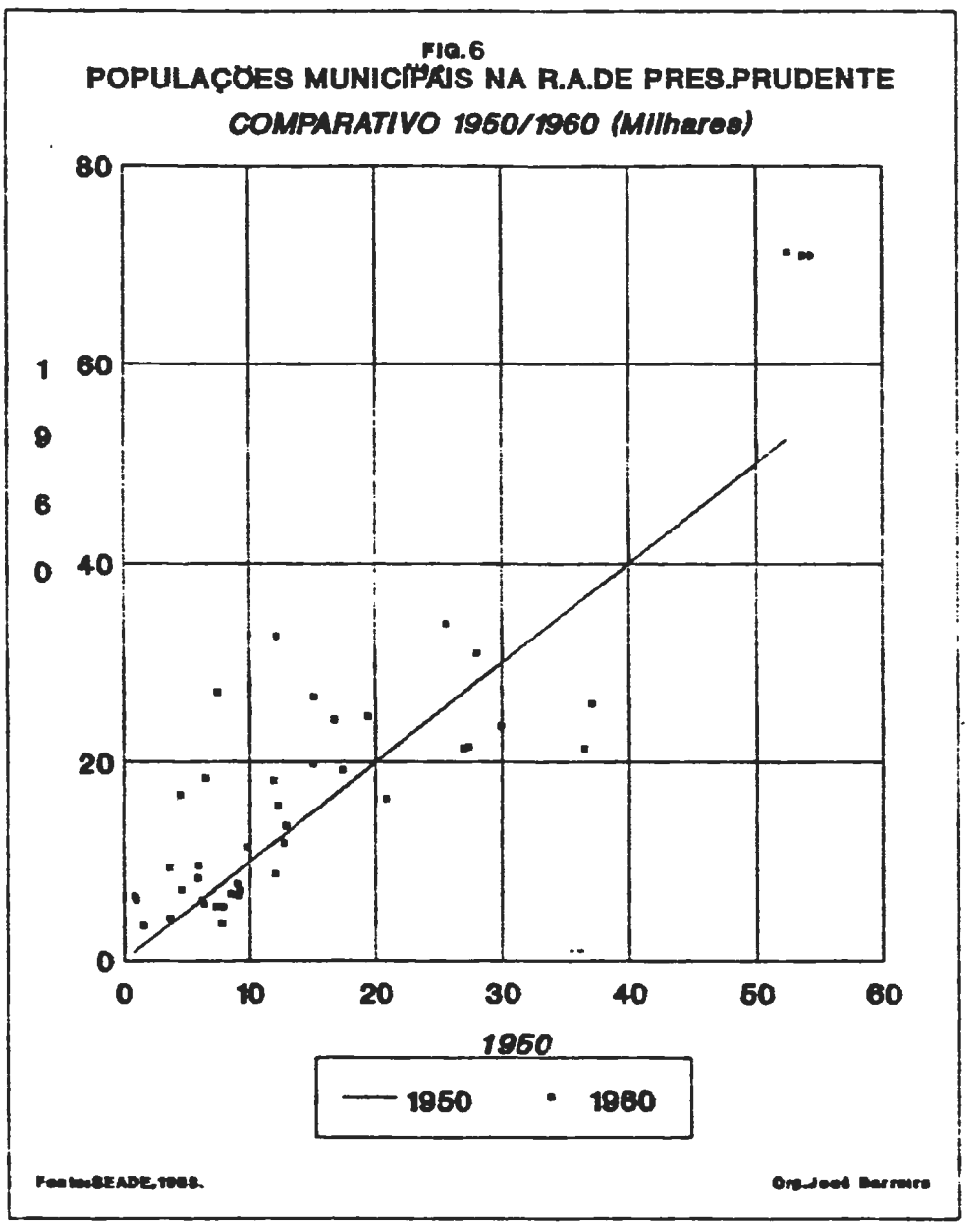
Fonte: Idem.

atingiu indistintamente quase todos, o que desfaz, pelo menos para o esse período da economia regional, a idéia de que os municípios mais populosos tendiam a acréscimos mais acentuados que os de menor população, principalmente em se tratando de uma fase em que ainda estavam se processando demembramentos territoriais. Em 1959, Adamantina desmembrou-se para formar o município de Mariápolis.

Em verdade, nesta fase os municípios estavam surgindo sob novos impulsos econômicos, com a concentração da renda se manifestando também na concentração do poder político regional. Com as relações sociais de produção em transformação mediante novos modelos de produção exigidos para a área ainda enquanto Frente Pioneira, principalmente na Alta Sorocabana de Presidente Prudente, as cidades foram assumindo tamanhos funcionais díspares na organização espacial da economia regional. Do ponto de vista do urbano, enquanto aparelho de apoio ao setor agropecuário, o desenvolvimento da maioria de suas cidades, após 1954, já estava sob o comando da pecuária de engorda que avançava sobre as terras antes destinadas à produção agrícola, portanto sob o signo da concentração fundiária.

No final de déca de 1950, a Nova Alta Paulista estava se consolidando, tanto em termos de assentamento político-territorial como espaço econômico integrado ao mercado paulista. Examinando um pouco mais os comportamentos demográficos ocorridos nos momentos em que se deram as instalações municipais nas décadas anteriores, é possível inferir que tanto as formações municipais, como a estruturação das economias urbanas locais em emergências, no período que antecedeu a década de 60, as mesmas traduziam expressões econômicas muito mais locais que aqueles que surgiram logo

após, embora em números reduzidos. A base econômica regional, no processo de progressivo de sua incorporação ao mercado paulista, já começava a ressentir os efeitos da drenagem do excedentes das rendas (dinheiro) do capital agrário, repercutindo lentamente na formação de liderança política local.



Dessa maneira suscitava-se uma forma de política que vai alijando progressivamente a maioria da população da tomada

de decisão, premiando diversas modalidades de paternalismo eleboradas no seio das classes dominantes locais e, principalmente, extra-regional. As instalações municipais atuais caminhavam mais na direção de interesses políticos e da penetração de capitais monopolistas que por emergências econômicas dos capitais locais.

A expansão da pecuária regional foi progressivamente impondo alteração na estrutura fundiária, no sentido da sua concentração. O aumento das receitas agropecuárias na Alta Sorocabana de Presidente Prudente assumia uma tendência para o crescimento relativo desse produto pecuário por exemplo, ao mesmo tempo que uma ampliação na base policultora[1]. Isto acabou por repercutir nas finanças públicas indiretamente nas finanças municipais e, concretamente, sobre o aparelhamento urbano de consumo coletivo por parte dos setore públicos locais, retardando ainda mais socialização dos espaços urbanos.

Tanto MAMIGONIAN como GARMS, já haviam observado sobre os arranjos da economia regional com desfecho no urbano, no sentido das relações econômicas no âmbito cidade-campo locais, regionais e inter-regionais ligados ao setor rural e com um peso cada vez mais expressivo nas receitas do setor agropecuário regional. A pecuária de engorda de gado bovino regional do Extremo Sudoeste Paulista, mesmo que marginalmente, contribuia qualitativamente ao processo de urbanização regional, na qual essa atividade correspondia a uma natureza de relações de produção que incorporava uma força-de-trabalho cada vez menos numerosa, ao mesmo tempo que acentuava a drenagem de rendas que

---

1.No capítulo Autonomias Locais Destruídas retomaremos a análise das receitas de forma mais abrangente.

vinha se realizando em direção à economia urbana de Presidente Prudente bem como para outros centros urbanos da região, voltados para investimentos imobiliários, como loteamentos e construções de casas e prédios comerciais.

Como definições de algumas especializações em torno de derivações ligadas à pecuária, MAMIGONIAN põe em evidência que "o crescimento dos centros urbanos internos (...) e as contínuas exportações de carne, desde a 1a Guerra Mundial, provocaram grande crescimento da pecuária de engorda, ampliaram seu espaço geográfico, distanciaram e dispersaram as zonas de engorda. Nas décadas de 1940 e 50, foram transformadas em pastagens extensas áreas de matas do oeste de São Paulo" incluindo a Alta Sorocabana; prossegue enfatizando sobre a "...dispersão espacial dos frigoríficos junto às áreas de engorda, redução, de suas dimensões e crescentes especialização" MAMIGONIAN (1976).

A instalação dos frigoríficos em alguns centros urbanos da Alta Sorocabana decorria mediante um conjunto razões: "1) coletam o gado gordo a curtas distâncias (100km) resultando em redução dos custos do frete do boi; 2) menor perda de pêso dos animais; 3) redução do tempo entre a compra do gado, abate e venda da carne; 4) salários mais baixos" GARMS (1981).

Com o beneficiamento de madeira e, café e algodão assim como o comércio de distribuição de produtos industrializados (utensílios domésticos, roupas, calçados, equipamentos e ferramentas agrícolas utilizadas abundantemente nas frentes pioneiras) e ainda vendas externas de produtos agropecuários regionais, as cidades do extremo sudoeste paulista contribuiram para o crescimento expressivo por conta das

lavouras comerciais. Por si só a natureza dessas atividades agrícolas teve papel fundamental na urbanização das frentes pioneiras, observadas em 1950 por MONBEIG (1984).

A Emergência de Presidente Prudente Enquanto Centro Terciário, Objeto e Instrumento de Gestão do Sudoeste Paulista.

Em meados dos anos 60, os desmembramentos municipais no Extremo Sudoeste Paulista foram finalizados, coincidindo portanto com o período de transformação mais enérgica nas relações sociais de produção que dava fundamento à frente pioneira. Aqui é preciso observar que desde a década de 40, mesmo que em valores absolutos a população regional tenha se avolumado, não houve uma mesma correspondência em termos relativos. As taxas de crescimento populacional vêm sendo reduzida na região como um todo. Por exemplo, no período 40-50 (tab.2), apenas 2 municípios tiveram suas populações reduzidas (Anhumas e Indiana) sem que houvessem quaisquer alterações territoriais. No período 50-60 já havia uma manifestação desse comportamento de perda populacional, excluídos os desmembramentos territoriais (muitas vezes reponsáveis pela redução da popupalção absoluta). As últimas instalações municipais na região ocorreram em 1964: Estrela do Norte e Narandiba com desmembramentos de Pirapozinho; Presidente Epitácio e Marabá Paulista desmembraram parte de seus territórios na formação de Teodoro Sampaio. Mesmo assim, em Presidente Epitácio ocorreu' acréscimos em relação ao perído anterior. No conjunto, essa década apresentou o menor índice de variação populacional regional, uma queda de -2.81%.

TABELA 4
POPULAÇÃO TOTAL POR MUNICIPIO
TAXA DE CRESCIMENTO DECENAL (1970/80)

Municípios	1960	1970	▲%
Sagres	8256	4083	-50.55
Nova Guataporanga	4507	2379	-47.22
Estrela do Norte	6227	3322	-46.65
Rinópolis	24196	14420	-40.40
Flora Rica	7007	4561	-34.91
Sandovalina	4650	3090	-33.55
Mariápolis	11350	7543	-33.54
Monte Castelo	9499	6376	-32.88
Tarabai	5169	3599	-30.37
Irapuru	16693	12058	-27.77
Flórida Paulista	24523	17741	-27.66
Narandiba	5345	4008	-25.01
J.Ramalho	3636	2797	-23.07
Santa Mercedes	6359	4903	-22.90
S.Expedito	5352	4148	-22.50
Caiabu	8645	7012	-18.89
Iepê	15508	12586	-18.84
Piquerobi	6496	5357	-17.53
Parapuã	13501	11198	-17.06
Pres.Bernardes	30823	25590	-16.98
Ouro Verde	9274	7706	-16.91
Junqueirópolis	26894	22638	-15.83
Anhumas	6623	5609	-15.31
S.J.do Pau d´Alho	4400	3733	-15.16
Inúbia Paulista	6095	5238	-14.06
Indiana	5986	5156	-13.87
Tupi Paulista	18120	15720	-13.25
Salmourão	5705	4954	-13.16
Lucélia	23552	20472	-13.08
Pacaembu	19748	17211	-12.85
Regente Feijó	11732	10366	-11.64
Osvaldo Cruz	26441	23377	-11.59
Martinópolis	25778	23072	-10.50
Alfredo Marcondes	7638	6867	-10.09
Alvares Machado	19173	17305	-9.74
Adamantina	33818	31798	-5.97
Pirapozinho	16293	15922	-2.28
Paulicéia	3447	3385	-1.80
M.Paranapenama	22306	21909	-1.78
Taciba	7007	7101	1.34
Rancharia	21496	22041	2.54
Dracena	32537	35347	8.64
Panorama	5974	6568	9.94
Santo Anastácio	21302	25332	18.92
Pres.Venceslau	21323	25976	21.82
Caiuá	4189	5271	25.83
Marabá Paulista	5023	7041	40.18
Pres.Epitácio	18371	26428	43.86
Pres.Prudente	71270	105707	48.32
Teodoro Sampaio	8451	26114	209.00
REGIÃO	727708	712135	-2.14

Fonte:Idem.

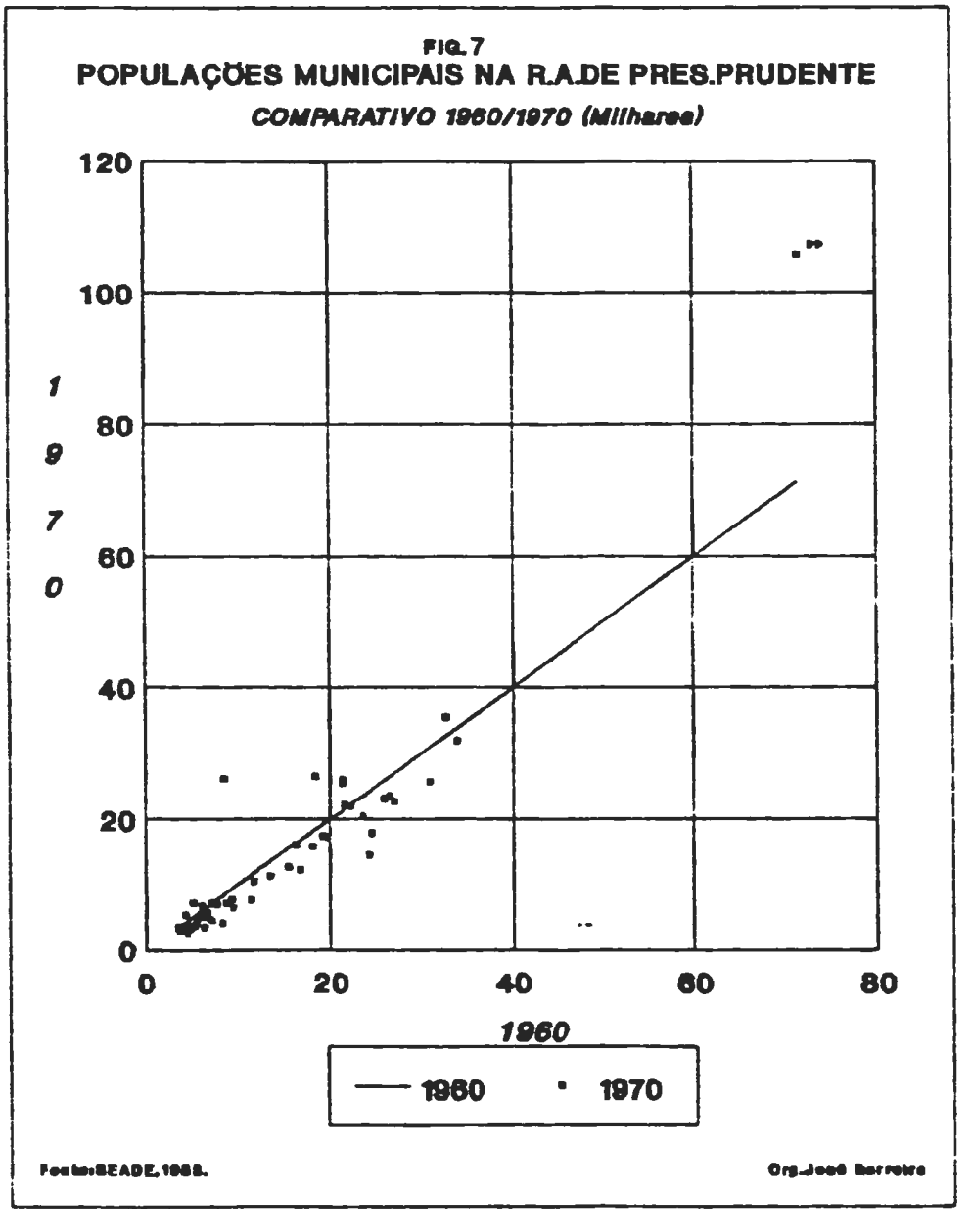
Numa mesma linha de observação, mesmo antes de 1963, as determinações da expansão geral do capitalismo já vinham imprimindo modificações nas relações de trabalho no campo. A implantação do Estatudo do Trabalhador Rural (ETR), apenas acelerou um processo emigratório em massa de trabalhadores rurais para os centros urbanos locais, tornando a presença do homem no campo apenas sazonal.

O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) foi a coroação das necessidades capitalistas com resultados imediatos sobre a urbanização que vem se acelerando nos últimos 30 anos no Brasil. Emergiu disto uma realidade aguda: todas aquelas questões de deficiências crônicas de moradias e empregos já existentes nas cidades locais juntam-se às pressões que o campo acabou por transferí-las para o urbano. As pressões sobre os equipamentos de consumo coletivo foram se transformando cada vez mais em bases das atenções das políticas públicas, tais como saúde, saneamento, educação e etc.. O campo não tinha condições para atender uma legislação trabalhista de padrão semelhante ao trabalho urbano, coisa que foi imposta à mão-de-obra rural.

O grau de modernidade que pode envolver a economia regional acelerou, principalmente, entre muitos fazendeiros as tendências absenteístas, à medida que o desenvolvimento da economia (não só agrícola, mas em geral) lhes impunham novas necessidades, obrigando-os a requisitar serviços e equipamentos urbanos fora dos municípios que sediavam suas atividades. Segundo MAMIGONIAN (1973), esse comportamento já estava se acentuando a partir de 1940.

Diversos requisitos do setor agropecuário ativavam um movimento circular à medida que a economia urbana refletia a

demanda local, ampliando as demandas. Em função disto as malhas urbanas dos centros de médio porte como P.Venceslau, Santo Anastácio, P.Epitácio, Teodoro Sampaio, Pirapozinho, foram as que mais diretamente sentiram os impactos das mudanças nas relações de produção no campo requerendo infra-estruturas urbanas (energia, saneamento, saúde, educação).



Como já dissemos, em meados dos anos 60 todos os municípios na região já haviam sido assentados, mais como

resultados de interesses políticos externos[1] à região, e quando internos, mais sob as influências das classes dominantes ligadas à reprodução da pecuária cada vez mais expressiva. Nesse último período, já se pressentia que havia uma mudança em curso no eixo do domínio político sobre a questão territorial, com presenças cada vez mais marcantes de pecuaristas e comerciantes. Quer dizer, o poder econômico foi migrando e ampliando-se com a modernização da economia regional. Nesse sentido, os capitais voltados para a economia cafeeira e, mesmo a algodoeira, tinham certos limites em termos de composições mais significativas com outros setores regionais, o contrário do que já estava ocorrendo entre criadores de gado.

Contudo, os capitais externos também foram desvinculando algumas de suas identidades de bases territoriais mais restritas, voltando-se em direção às fusões com outros capitais cujos interesses políticos que fossem mais amplos, a nível nacional por exemplo. Mas foi justamente na fase inicial da ocupação regional, quando os capitais agrícolas estavam mais internalizados, mais presos às territorialiadades locais, que ocorreram fundamentalmente o maior número de desdobramentos político-territoriais.

Na década de setenta, com a cessação das emancipações municipais, já começaram a surgir discussões voltadas para as necessidades prementes de se reduzir o número dos municípios em vigor. Essas idéias também, manifestadas na região, derivavam

---

1.Parece-nos que as fusões empresariais locais com capitais externos à região, além de fazerem parte do movimento do próprio capital, deslocaram conjuntamente os interesses ligados às políticas territoriais que antes eram mais atomizados, mais locais, reduzindo-se assim os interesses microrregionais.

da progressiva redução nas receitas financeiras para gerenciar as demandas crescentes por serviços públicos nos municípios menos populosos, diante da baixa produtividade da agricultura na maioria dos municípios de pequeno porte populacional.

Nesse período, o crescimento da população regional já demonstrava uma relativa desaceleração na maioria dos municípios, como mostra a figura 7 e tabela 4. Em que pese a urbanização dos 15 municípios de maior população urbana regional fosse crescente (tab.9) os seus aparelhos urbanos não conseguiam estancar os fluxos emigratórios do campo em direção aos centros maiores. Os movimentos pendulares diários patrimônio-campo-patrimônio de seus trabalhadores podiam indicar o grau de pressão que um ou outro aparelho pré-urbano podia estar suportando. O exemplo de Esperança do Oeste no município de Caiabu era a regra das condições sociais urbanas que se repetiam na região da Alta Sorocabana de Presidente Prudente, principalmente nos municípios de pequeno porte populacional.

BERNARDES (1969) escreve: "todas as vezes que um zona ou região entrou em decadência, fôsse devido ao esgotamento do solo, fôsse devido a quaisquer outras circunstâncias, suas cidades sofreram diretamente as consequências, e o progresso se apagava". Os aparentes reflexos dos acontecimentos que o autor descreve tanto sobre o setor agropecuário como sobre o urbano local, traz uma idéia de causa e efeito.

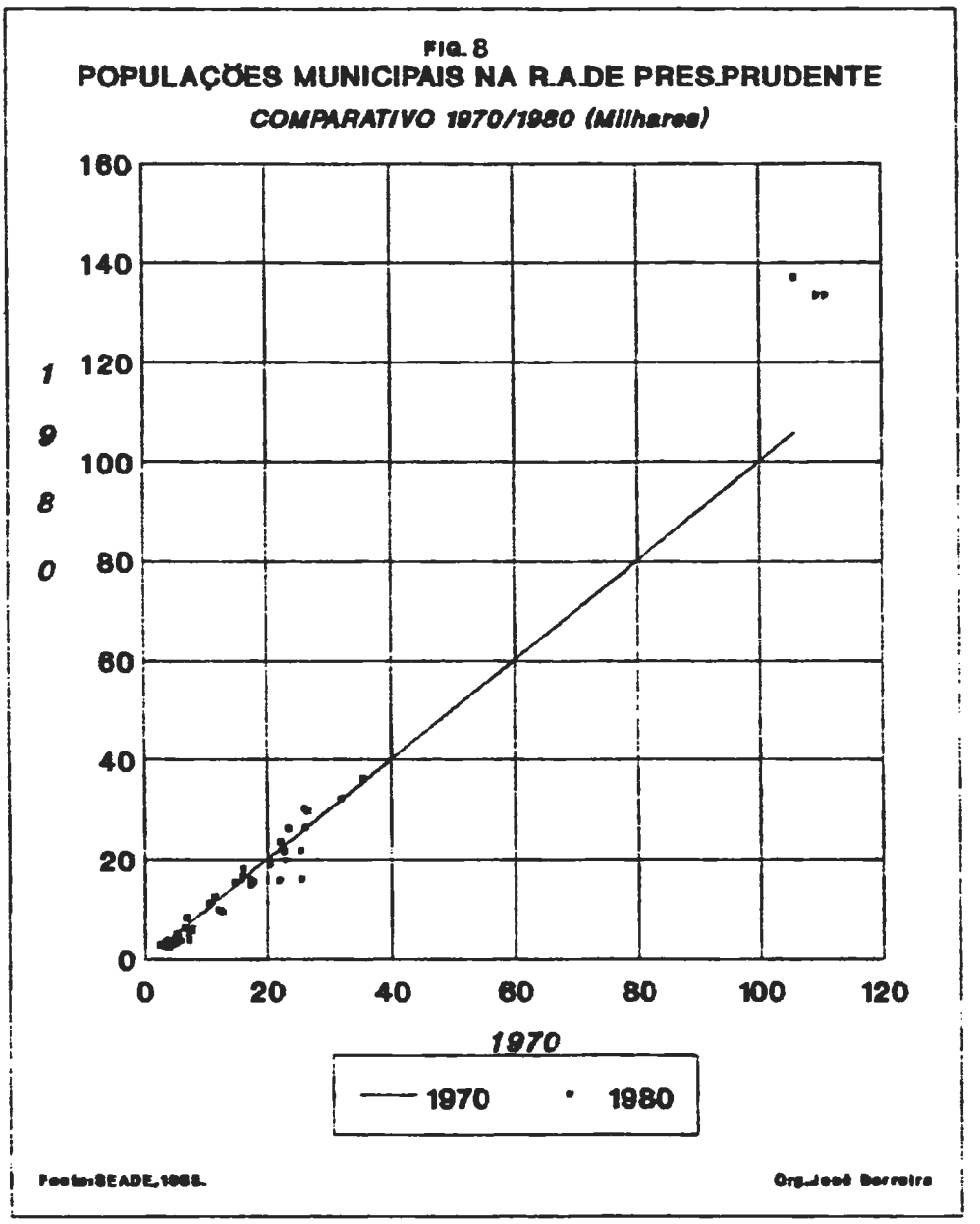
Em verdade nos chama atenção o processo de esvaziamento demográfico da zona rural bem como das pequenas cidades deste extremo sudoeste, muito embora isso não possa ser considerado como uma questão de estagnação pura e simples, e sim de arranjos internos às movimentações da economia capitalista

TABELA 5
POPULAÇÃO TOTAL POR MUNICIPIO
TAXA DE CRESCIMENTO DECENAL (1980/70)

Municípios	1970	1980	%
Caiabu	7012	3692	-47.35
S.Expedito	4148	2260	-45.52
Marabá Paulista	7041	3872	-45.01
Caiuá	5271	2964	-43.77
Flora Rica	4561	2737	-39.99
Anhumas	5609	3413	-39.15
Pres.Bernardes	25590	15777	-38.35
Alfredo Marcondes	6867	4305	-37.31
Taciba	7101	4544	-36.01
Piquerobi	5357	3545	-33.82
Paulicéia	3385	2373	-29.90
M.Paranapenama	21909	15458	-29.44
Mariápolis	7543	5328	-29.36
Sagres	4083	3003	-26.45
Iepê	12586	9357	-25.66
Ouro Verde	7706	5857	-23.99
Sandovalina	3090	2473	-19.97
Irapuru	12058	9750	-19.14
Inúbia Paulista	5238	4294	-18.02
Santa Mercedes	4903	4118	-16.01
Indiana	5156	4361	-15.42
Alvares Machado	17305	14653	-15.33
Martinópolis	23072	19660	-14.79
Flórida Paulista	17741	15156	-14.57
Santo Anastácio	25332	21656	-14.51
Narandiba	4008	3513	-12.35
Pacaembu	17211	15721	-8.66
Lucélia	20472	18710	-8.61
Junqueirópolis	22638	21368	-5.61
Monte Castelo	6376	6111	-4.16
S.J.do Pau d'Alho	3733	3592	-3.78
Salmourão	4954	4771	-3.69
Estrela do Norte	3322	3290	-0.96
Tarabai	3599	3574	-0.69
Adamantina	31798	32044	0.77
Teodoro Sampaio	26114	26334	0.84
Dracena	35347	35971	1.77
J.Ramalho	2797	2854	2.04
Tupi Paulista	15720	16351	4.01
Rinópolis	14420	15159	5.12
Rancharia	22041	23339	5.89
Regente Feijó	10366	11089	6.97
Parapuã	11198	12278	9.64
Osvaldo Cruz	23377	26116	11.72
Pres.Epitácio	26428	29608	12.03
Pirapozinho	15922	17924	12.57
Nova Guataporanga	2379	2720	14.33
Pres.Venceslau	25976	30160	16.11
Panorama	6568	8073	22.91
Pres.Prudente	105707	136846	29.46
REGIÃO	712135	692122	-2.81

Fonte: Idem.

como uma totalidade, com repercussões espaciais (urbanas e rurais). O fato dos impactos da crise atingirem primeiro o campo, além de ter criado uma falsa problemática, engendrou mobilizações alienadas que foram transportadas para várias modalidades de interpretações e de gestões urbanas.



A pecuária continua sendo nada mais do que um empreendimento capitalista qualquer, portanto fruto de determinações econômicas e não espontâneas. As transformações que a mesma vem sofrendo com a incorporação de tecnologias sanitárias

impostas por exigências dos mercados internos e internacionais da carne acabou, embora timidamente, por integrá-la nos segmentos de beneficiamento e da industrialização de carne e couros e, aos poucos, possibilitando a implantação desses equipamentos formados por capitais financeiros externos à região, já nos anos 50. Poucos pecuaristas locais conseguiram manter verticalizações financeiras, como a pecuária-frigorífico, por longo tempo.

Aqui estamos tentando dar uma posição da dimensão do aparelhamento das cidades da região montadas também para atender um leque de atividades agropecuárias. Em termos de articulações setoriais, entre industriais externos e o conjunto de proprietários agrícolas locais ligada às oleaginosas, tomando os produtores enquanto categoria social, ficaram os últimos à margem de uma possível vinculação financeira com os primeiros.

Os capitais industriais que implantados na região de foram se dando de forma incompleta, em termos de processamentos industriais (Sanbra S.A, A.Clayton S.A,IRFM S.A, e outras), face ao caráter monopolista da concentração financeira extra-regional, que restringiam as articulações com os capitais do setor agrícola apenas enquanto compradores e beneficiadores de matérias-primas, impedindo, portanto, quaisquer verticalizações financeiras mais significativas com o setor agropecuário local. As firmas acima citadas e, em operação na região, já haviam estabelecido monopólios de compras de modo disfarçado. Por razões estruturais e mesmo conjunturais, as mesmas não desenvolveram integrações com capitais locais que possibilitassem novos desdobramentos econômicos de modo a poder reduzir tanto o eixo polarizador da capital paulista, como alterar os vetores diagonais fortemente presentes nas matrizes intersetoriais

dominantes nas economias locais.

Apenas para que tenhamos algumas referências sobre a origem da maioria das indústrias locais, são necessárias as seguintes observações de FREITAS, "...as distribuições das origens dos capitais aplicados nas indústrias de Presidente Prudente por ordem decrescente de importância: "a) capital proveniente do campo; b) capital proveniente indiretamente do campo, ou seja, a indústria atual não foi o primeiro investimento quando da saída do campo, porém ao investir na indústria o capital para o negócio era remanescente do campo; c) capital proveniente do comércio, a atividade comercial forneceu o acúmulo necessário para o investimento na indústria (...). Reduzindo em dois grupos teríamos: as indústrias originadas com capital vindo do campo e as provenientes do acúmulo do comércio ou serviços. Entre aquelas de capital proveniente do campo cabe-nos salientar a não frequência de investimentos feitos por grandes fazendeiros e pecuaristas, os quais, ao que parece, preferem investir seu capital em aquisições de terras em estados vizinhos. As indústrias cujo capital provêm do campo são pertencentes a imigrantes ou a seus descendentes diretos, os quais trabalhavam inicialmente na lavoura e depois adquiriram suas próprias terras que, quando vendidas, forneceram o capital necessário ao investimento na cidade. Alguns aplicaram diretamente na compra de indústrias, outros passaram antes pelo comércio; o início era em sociedade com um irmão ou parente próximo. Outras iniciaram suas atividades com pequenas oficinas, seja de reparos de peças, seja de trabalhos em madeiras além de outras, e hoje são consideráveis indústrias metalúrgicas, madeireiras, etc.." FREITAS (1986).

Insistindo ainda na busca de alguns vínculos

empresariais locais e externos, MAMIGONIAN (1973) coloca que "a diminuição da população rural afetou o comércio das pequenas cidades, que também foram prejudicadas com a tendência à concentração dos beneficiamentos de algodão em Presidente Prudente. Entretanto, foi no setor de distribuição comercial e de serviços que a hierarquização urbana foi acentuada fortemente. Presidente Prudente tornou-se o centro do comércio atacadista de vasta área, de comércio varejista variado e de serviços de padrão mais apurado. Firmas paulistanas, graças à crescente concentração financeira, montaram filiais em Presidente Prudente com o objetivo de atingir o mercado consumidor local. A penetração de São Paulo limitou consideravelmente a expansão da burguesia comercial prudentina (por exemplo atacadistas de secos e molhados), que em boa parte passou a investir capitais na engorda de bovinos. Por outro lado, tais filiais concorreram fortemente com o comércio varejista das 'pequenas cidades' como Dracena, Adamantina, Osvaldo Cruz, Presidente Venceslau e Presidente Epitácio".

Voltando ligeiramente à formação da indústria regional, o que se sucedeu com o setor alcooleiro regional, cuja implantação recente já sob os efeitos das estratégias da Política Urbana paulista? As usinas locais tiveram suas origens vinculadas a capitais de vários setores da economia regional, entre comerciantes, pequenos industriais e proprietários de terras, arrendatários/parceiros ligados ou não anteriormente à cultura da cana-de-açúcar. Como uma atividade recente, a cana-de-açúcar regional vem evoluindo de uma produção diminuta voltada para a produção de bebidas alcoólicas para - no início dos anos 80 - atender à produção subsidiada de álcool

carburante. Destas novas composições de capitais vêm surgindo pequenas vinculações intersetoriais. As origem dos capitais locais e suas articulações interessam-nos apenas enquanto desdobramentos urbanos, na medida que os centros urbanos locais vêm como apoiamentos para tais. Nessa fase recente da economia regional, onde as usinas de álcool, na sua maioria, não produto de uma evolução setorial, portanto se uma tradição empresarial, a mesma trouxe novas composições de capitais. As fusões de capitais de vários setores emergiram em novas formas de grupos de interesse, embora não restrito ao alcooleiro, e sim englobando os demais setores. Havia uma nova relação criada entre o setor privado e o Estado, o Pró-Alcool.

Observa-se aqui ainda que os núcleos urbanos, por volta dos anos 40 e 50, com crescimento populacional expressivo, correspondiam justamente aqueles que haviam se estabelecidos como pontos de apoio à colonização. Na década de 60 em diante esses mesmo é que receberiam os maiores impactos das pressões demográficas provenientes da economia cafeeira, algodoeira, pecuária, bem como de outros reflexos do aprofundamento das mudanças nas relações de produção, tanto no interior da pecuária como na economia algodoeira, mesmo numa estrutura fundiária ainda com a dominância das médias propriedades. Os pequenos núcleos urbanos transformaram-se em receptáculos de volumes massivos de contingentes de trabalhadores expulsos do campo, agora tomados como residências de um exército de "reserva rural" (e até mesmo terciário) com um mínimo de equipamentos de consumo coletivo à sua disposição. As pressões das demandas sociais e privadas avolumam-se cada vez mais sobre o aparelho urbano de Presidente Prudente a partir de 1970, o qual passou a exigir novos reaparelhamentos além dos já

existentes.

As gestões administrativas dos municípios de maior porte populacional, principalmente próximos de outros centros urbanos de pequena expressão terciária, têm se sobrecarregadas das necessidades por ampliação e melhoria de seus equipamentos para atender às novas e crescentes demandas locais e regional, fossem essas direcionadas para consumo coletivo ou privado. O tamanho funcional de Presidente Prudente em 1970 detectou um relativo comando terciário, portanto sua posição no topo da hierarquia [1] no sistema de cidade da região. Esta posição é o resultado da acumulação das funções dos equipamentos terciários privados, mas também públicos, os quais não estiveram disponíveis para os demais centros ao nivel regional. A ampliação do aparelhamento terciário (serviços públicos) obedeciam às estratégias de descentralização dos serviços públicos estaduais.

Quando nos refimos à presença dos produtores rurais residindo nas cidades (tab.6), estamos colocando um conjunto de vinculações necessárias e relativas aos gerenciamentos de suas atividades impostas pela modernidade, cujas articulações estão cada vez mais centradas em uns poucos centros urbanos.

A Nova Alta Paulista,do seu conjunto agropecuário, a dominância da agricultura, embora em transformação[2], não escapou à emigração rural. Tais transformações no campo são de ordens

---

1.Elaborada Coordenadoria de Ação Regional, vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo.

2.De qualquer modo, no conjunto do setor agropecuário regional, tanto na Alta Sorocabana de Presidente Prudente como na Nova Alta Paulista, as receitas derivadas da agricultura tem preponderado sobre o pecuário.

mais gerais, próprias do conjunto do desenvolvimento capitalista e não específicas a este ou aquele território, embora resguardadas uma ou outra indeterminação derivada de especificidades locais.

Na tabela abaixo procuramos destacar como a residência do produtor rural em 1980 ainda preponderava no próprio estabelecimento (59.6%), porém com maior nitidez na Nova Alta Paulista que na Alta Sorocabana de Presidente Prudente. O mais importante nesse conjunto de dados, é que os valores

TABELA 6

LOCAL DE RESIDENCIA DO PRODUTOR RURAL EM 1980
POR MICRORREGIÕES HOMOGENEAS
Em %

	NO ESTABELECIMENTO		FORA DO ESTABELECIMENTO					
			URBANA		RURAL		TOTAIS	
MICRORREGIÕES	ESTB.	ÁREA	ESTB.	ÁREA	ESTB.	ÁREA	ESTB.	ÁREA
ALTA S.P.PRUDENTE	52.5	20.5	34.5	75.1	13.0	4.4	47.5	79.5
NOVA ALTA PAULISTA	66.7	32.1	23.1	59.6	10.2	8.3	33.3	67.9
MÉDIA REGIONAL	59.6	26.3	28.8	67.3	11.6	6.3	39.3	71.8

FONTE: FIBGE. CENSO AGROPECUÁRIO DE SÃO PAULO,1980.

inferem que o controle dos estabelecimentos rurais, feito por produtores residentes nas cidades, preponderam aqueles de extratos de área maior. Em outras palavras, a permanência do produtor continuam sendo mais comum entre os estabelecimentos de pequeno porte. Os centros urbanos, como recepctáculos desses produtores rurais, têm sido aqueles situados em níveis de portes intermediários, acima 10 mil habitantes.

Precisamente tais centros é que tiveram um crescimento rápido até 1970 e, a partir daí, mais moderadamente. É preciso considerar que as os seus ritmos foram crescentes a partir de

1950 como mostra a figura 10. Esse comportamento deveu-se também como um reflexo do esgotamento da frente pioneira, cujas relações sociais de produção estavam se processando em novos termos. Em função disto, a emergência de novos municípios, a partir de 1970, não propiciou condições para que todos os centros aqueles urbanos mantivessem taxas de urbanização nos mesmos níveis dos períodos anteriores, com exceção de Teodoro Sampaio, que é um exemplo clássico da concretitude das ações estatais em termos gestão do território.

Para completar a nossa exposição, sobre o arranjo político-administrativo e da rede urbana regional na atual década de 80, é possível que esteja em curso uma relativa reversão do "esvaziamento" populacional, não em termos de uma retomada do povoamento, mas sim acréscimos populacionais isolados. Nesta década, dois novos municípios estão por ser instalados no extremo Pontal do Paranapanema, com o desmembramento territorial de Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha e Rosana. Ambos são bases econômicas e políticas de fazendeiros locais e paulistanos, portanto, palcos de expressões políticas de grupos de interesse internos e externos à região.

Essas inferências têm uma explicação simples. Pode-se dizer que os capitais privados aí instalados foram promovidos pelo Estado, o qual se encarregou de criar condições à sua reprodução (a regularização da terras, por exemplo) e, mais diretamente, a infra-estrutura energética por conta do setor público estadual. Alguns investimentos públicos estaduais começam a gerar polêmicas têm, como presença, as usinas hidroelétricas no Pontal do Parapanema.

A questão de fundamental importância aqui, em termos

de interesses político-territoriais, embora circunscrevendo-se aos limites das lutas por liderança política vinculada à questão territorial no Pontal do Paranapanema, nas duas últimas décadas, restringe-se *às gestões internas entre as classes dominantes locais*, ainda com pequenos resultados concretos em termos de arranjos territoriais. Explicando melhor, de longa data têm havido, por parte dos proprietários de fazendas instaladas no distrito de Euclides da Cunha, manifestados interesses em desmembrá-lo de Teodoro Sampaio, em cuja base territorial localizam-se as fazendas com maior produtividade, traduzido por um expressiva geração de Valor Adicionado, e por conseguinte, do Imposto sobre Circulação Municipal (ICM), o que permitiria uma gestão politica e administrativa importante.

A concretização dos desmembramentos territoriais no Pontal do Paranapanema corresponde ou não a loteamentos promovidos por interesses econômicos interno ou externo à região? Permanecem aqui algumas indagações a esse respeito. Ou as instalações previstas foram decorrentes da "mediação" do Estado nos conflitos internos referidos. ou tais mediações contemplaram muito mais interesses extra-regionais. Estamos levando em conta que o domínio fundiário no Pontal do Paranapanema está, assim como sempre esteve, sob o "controle político e econômico" de empresários que, em grande parte, também são políticos, sediados principalmente na capital paulista, com interesses mais globais do que em meras compartimentações politico-territoriais, senão quando por questão de um ou outro controle social muito específico.

O hiato que separava Presidente Prudente dos demais centros urbanos locais, já no início da colonização, seria

TABELA 7
POPULAÇÃO TOTAL POR MUNICIPIO
TAXA DE CRESCIMENTO DECENAL (1990/80)

Municípios	1980	1990	▲%
Alfredo Marcondes	4305	3404	-21.00
Piquerobi	3545	2888	-18.53
Flora Rica	2737	2249	-17.83
Caiabu	3692	3052	-17.33
Mariápolis	5328	4421	-17.02
Anhumas	3413	2839	-16.82
S.Expedito	2260	1903	-15.80
Taciba	4544	3827	-15.78
Iepê	9357	7918	-15.38
Marabá Paulista	3872	3291	-15.01
Sagres	3003	2581	-14.05
Ouro Verde	5857	5048	-13.81
Rinópolis	15159	13111	-13.51
Pres.Bernardes	15777	13793	-12.58
M.Paranapenama	15458	13570	-12.21
Parapuã	12278	10846	-11.66
Paulicéia	2373	2115	-10.87
Irapuru	9750	8728	-10.48
Inúbia Paulista	4294	3894	-9.32
Santa Mercedes	4118	3899	-5.32
Flórida Paulista	15156	14459	-4.60
Caiuá	2964	2830	-4.52
Indiana	4361	4183	-4.08
Alvares Machado	14653	14187	-3.18
Martinópolis	19660	19380	-1.42
Santo Anastácio	21656	21365	-1.34
Junqueirópolis	21368	21320	-0.22
Monte Castelo	6111	6183	1.18
Pacaembu	15721	16046	2.07
Tupi Paulista	16351	16949	3.66
Lucélia	18710	19414	3.76
Salmourão	4771	5013	5.07
S.J.do Pau d´Alho	3592	3780	5.23
Adamantina	32044	33885	5.75
Narandiba	3513	3753	6.83
Dracena	35971	38528	7.11
Estrela do Norte	3290	3545	7.75
Rancharia	23339	25774	10.43
Sandovalina	..2473	2790	12.82
J.Ramalho	2854	3223	12.93
Nova Guataporanga	2720	3140	15.44
Osvaldo Cruz	26116	30394	16.38
Pres.Venceslau	30160	35117	16.44
Panorama	8073	9667	18.74
Tarabai	3574	4342	21.49
Pirapozinho	17924	22057	23.06
Pres.Epitácio	29608	37143	25.45
Pres.Prudente	136846	177225	29.51
Regente Feijó	11089	14454	30.35
Teodoro Sampaio	26334	37727	43.26
REGIÃO	692122	761250	9.99

Fonte:Idem.

alargado ainda mais. O processo no qual se inseria a concentração funcional no centro acima, continha deteminantes que aceleraram o crescimento da população urbana nos últimos anos, algo que não se repteiu com os pequenos centros.

A frente pioneira começou a dar sinais de esgotamentos mais cedo na Alta Sorocabana de Presidente Prudente do que na Nova Alta Paulista isso refletiu em impactos nos centros urbanos.

Presidente Prudente, que já dispunha de um aparelhamento terciário, cuja centralidade atingia parte do Extremo Sudoeste Paulista, norte do Paraná e sul de Mato Grosso. A partir de 1970 este núcleo[1] urbano vem ampliando o seu tamanho funcional, a despeito dos ritmos de sua urbanização não serem tão expressivamente superiores em relação ao conjunto dos municípios referidos nas figuras 9 e 10. A sua magnitude atual é, portanto, resultado de processo de incorporações econômicas, funcionais, populacionais já desde o início de sua instalação. Esse conjunto descritivo pode ser resumido pela Curva de Lorenz (fig.9) a qual nos permite estabelecer a evolução do perfil de concentração urbana regional.

A distribuição da população urbana regional, a partir de 1940, refletiu a mesma dinâmica irregular do povoamento, tomando-se o território do Extremo Sudoeste como um todo. O

1.No nosso ponto de vista, a cidade de Marília,pelos dados do censos demográficos de 1970 e 1980, não parece representar para a atual Nova Alta Paulista, o mesmo que Pres. Prudente corresponde para a A.Sorocabana, como receptor da perda populacional na Nova Alta Paulista. Para um aprofundamento sobre a N.A.Paulista, examinar o trabalho de FRESCA,T.M.(1990).

crescimento da população urbana nos centros emergentes deu-se com desnível muito acentuado entre si. Presidente Prudente, das sete cidades existentes em toda região naquela data, participava com 41.2% do contingente urbano regional. Essa expressão, que não é apenas quantitativa regionalmente, já traduzia o conteúdo de seu equipamento terciário.

TABELA 8

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA DOS CENTROS POR CLASSES 1940 A 1990

CLASSES DE CIDADES POR ESTRATOS DE POPULAÇÃO	1940				1950				1960			
	Núcleos		Pop.Urbana		Núcleos		Pop.Urbana		Núcleos		Pop.Urbana	
	ás	%ac	abs	%ac	ás	%ac	abs	%ac	ás	%ac	abs	%ac
< 5.000	4	57.4	14.766	33.9	15	60.0	40.098	29.3	29	61.7	47.671	18.1
5.000 - 10.000	2	86.0	10.843	58.8	7	88.0	47.161	63.8	9	80.8	56.007	39.3
10.000 - 25.000	1	100.0	17.927	100.0	2	96.0	21.113	79.3	8	97.8	106.859	79.9
25.000 - 50.000	-	-	-	-	1	100.0	28.352	100.0	-	-	-	-
50.000 -100.000	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100.0	53.827	100.0
>100.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
REGIÃO	7	-	43.356	-	25	-	136.724	-	47	-	264.374	-

CLASSES DE CIDADES POR ESTRATOS DE POPULAÇÃO	1970				1980				1990			
	Núcleos		Pop.Urbana		Núcleos		Pop.Urbana		Núcleos		Pop.Urbana	
	ás	%ac	abs	%ac	ás	%ac	abs	%ac	ás	%ac	abs	%ac
< 5.000	30	60.0	52.685	14.5	26	52.0	43.037	9.1	24	48.0	47.380	8.0
5.000 - 10.000	11	82.0	80.703	36.7	11	74.0	81.219	26.4	11	70.0	81.070	21.7
10.000 - 25.000	7	96.0	112.141	67.6	10	94.0	160.841	60.6	10	90.0	161.969	49.0
25.000 - 50.000	1	98.0	25.128	74.5	2	98.0	55.548	72.4	4	98.0	131.132	71.1
50.000 -100.000	1	100.0	92.711	100.0	-	-	-	-	-	-	-	-
>100.000	-	-	-	-	1	100.0	129.733	100.0	1	100.0	171.150	100.0
REGIÃO	50	-	363.368	-	50	-	470.311	-	50	-	592.701	-

Fonte: SEP/CIR. PLANO REGIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE, 1982, mimeog.

Nesse período, as curvas de Lorenz (fig.9) evidenciam o ímpeto da concentração da população urbana, quando os Indices de Gini saltaram de 0.377 (1950) para 0.536 (1960). Apesar de mais de 50% dos centros urbanos, naquelas duas datas censitárias, se apresentarem na faixa de população abaixo de 5 mil habitantes (tab.8), o grosso da população urbana já se concentrava nas cidades situadas na faixa entre 5-50 mil habitantes. É, portanto, razoável que a redução

relativa do peso de Presidente Prudente, na concentração urbana regional, coexistisse com a elevação daqueles índices. A projeção[1] para 1990 (tab.7) parece indicar o mesmo padrão de concentração para população total, da qual Presidente Prudente é o receptáculo regional maior das demandas por moradias e serviços de saúde e ensino públicos e privados.

O mesmo procedimento de análise complementar pode ser aplicado para o período 1970-90[2]. A concentração que estamos tratando continuou a elevar os Indices de Gini: 0.591 (1970); 0.615 (1980) e 0.624 (1990). Nesses últimos vinte da economia regional, a cidade de Presidente Prudente acelerou e consolidou o arcabouço urbano regional, mais concretamente na Alta Sorocabana de Presidente Prudente.

Excluindo-se a importância do seu terciário, é possível traduzir, grosso modo, a sua significância enquanto centro regional levando-se em conta apenas as participações de sua população no conjunto da população urbana regional, retomadas nesses últimos 20 anos: 23.5%, 27.6% e 28.9%, respectivamente para 1970,1980 e 1990, conforme se pode observar nas tabelas 9 e 9A.

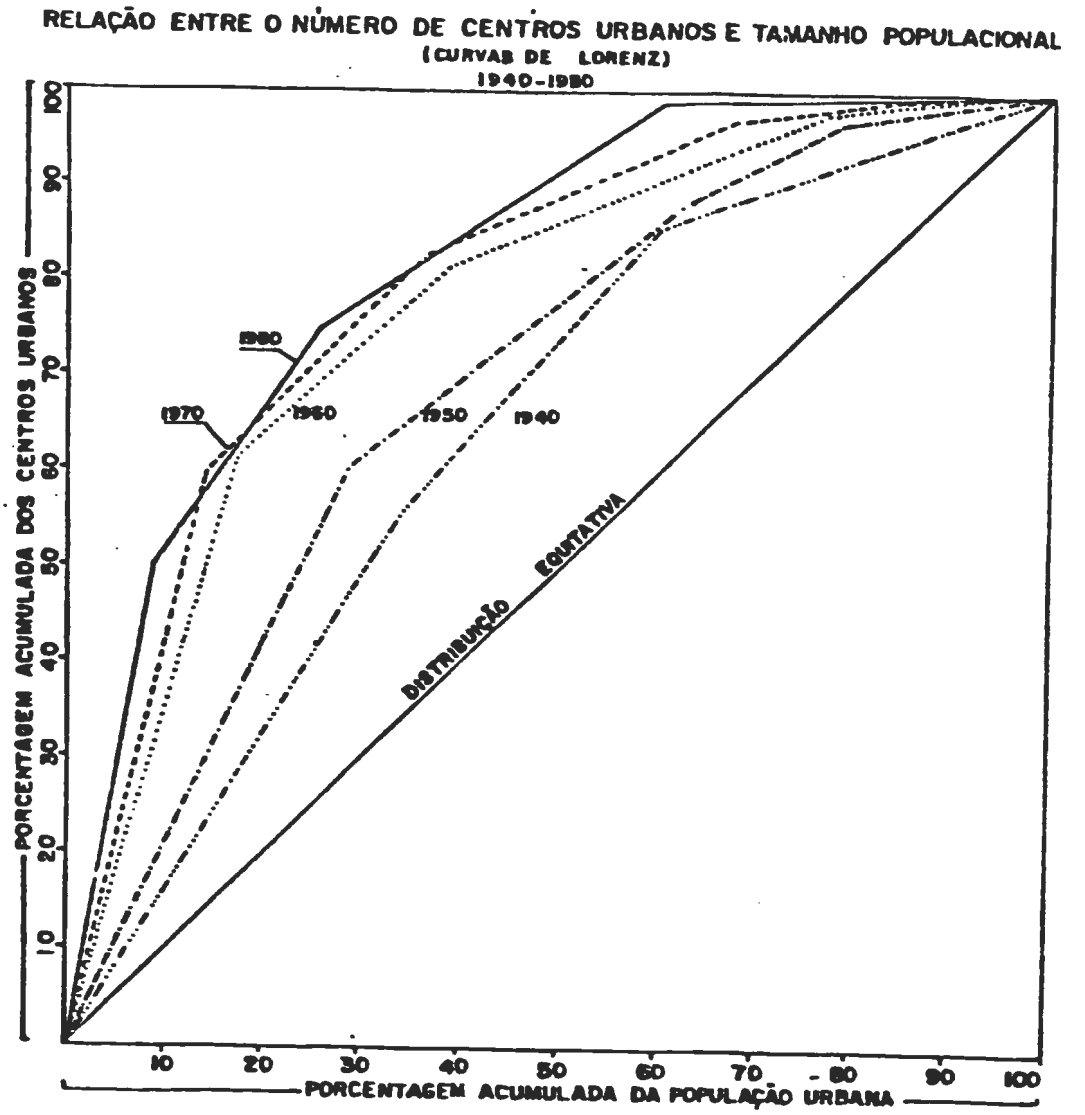
Por razões de ordem conjunturais mais gerais e

1.Conforme o Relatório Síntese, publicado pelo SEADE em 1988, contendo projeções populacionais para o Estado de São Paulo. Este trabalho foi produto de um convênio entre aquele órgão e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP).

2.Não traçamos a curva de Lorenz para 1990 em razão de que os dados para essa data são estimados (tab.7).

internas à colonização regional, nem todos os municípios emergentes conseguiram manter as condições econômicas de seus inícios necessárias para que a economia urbana pudesse ampliar significativamente a centralidade inicial em ritmo crescente. Com a instensificação do capital monopolista, a

FIG. 9



economia urbana das pequenas cidades, mesmo com as presenças das empresas comerciais e algumas indústriais formadas com capitais, foram perdendo a capacidade de ampliar seus mercados não somente

de vendas como também de compras. A exceção fica por conta de uns poucos centros urbanos tanto na Nova Alta Paulista como na Alta Sorocabana de Presidente Prudente.

TABELA 9
POPULAÇAO URBANA DOS CENTROS ACIMA DE 10 MIL HABITANTES
REGIAO DE PRESIDENTE PRUDENTE (1940-1990)

	MUNICIPIOS[1]	1940	1950	1960	1970	1980	1990
RF	Regente Feijó	2117	3048	4671	6208	8043	10050
TP	Tupi Paulista	-	4075	6987	7898	9602	11316
Ju	Junqueirópolis	-	1909	5618	8723	10971	13652
Lu	Lucélia	-	11012	10264	11173	12607	15145
Ma	Martinopólis	2242	5291	6901	9585	12625	15882
SA	S.Anastácio	4007	7190	11488	14793	16317	18519
Pi	Pirapozinho	985	2955	7599	8807	14346	20478
Ra	Rancharia	4235	8464	11389	14486	17940	21965
OC	Osvaldo Cruz	-	7219	15722	13904	17633	22651
TS	T.Sampaio	-	-	-	5317	10757	24582
Ad	Adamantina	-	10101	17957	21951	24235	27550
PE	P.Epitácio	783	2509	10099	17374	23406	32709
DR	Dracena	-	4648	16939	25128	28761	33404
PV	P.Venceslau	4002	8170	13001	18490	26720	33739
PP	P.Prudente	17927	28352	53837	92711	129733	173370
	Total[2]	36298	104943	192472	276548	363696	475012

Fonte:SEADE(1983).

Com mais de um quarto da população urbana regional concetrada em Presidente Prudente, o hiato nessa rede urbana traduz a continuidade de um processo concentrador por conta dos desbramentos da sua economia urbana.

O crescimento populacional que vêm recebendo progressivamente as cidades acima de 10 mil habitantes, tanto quanto nos leva a crer que tais comportamentos, estritamente localizados, correspondam a um processo no qual está inserido o crescente desequilíbrio para o conjunto da maioria dos

---

1.As siglas foram por nós aqui convencionadas apenas como referências para os gráficos.

2.O total refere-se apenas aos 15 centros urbanos.

centros urbanos.

A continuidade da colonização regional na década de 50 trouxe uma contribuição bastante significativa para o povoamento

TABELA 9A

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE URBANIZAÇÃO E DAS PARTICIPAÇÕES DA POPULAÇÃO DAS CIDADES

ACIMA DE 10.000 HABITANTES NO TOTAL URBANO REGIONAL (1940-1990)

	1940		1950		1960		1970		1980		1990*	
MUNICÍPIOS	T.U. %	Sobre a Região	T.U. %	Sobre a Região	T.U. %	Sobre a Região	T.U. %	Sobre a Região	T.U. %	Sobre a Região	T.U. %	Sobre a Região
Alta S.P.Prudente												
PP- PRES.PRUDENTE	23.7	41.2	46.5	20.9	75.54	20.3	87.7	23.5	94.7	27.6	98.5	28.9
PV- PRES.VENCESLAU	54.0	12.8	26.8	6.0	61.0	4.9	71.2	5.1	88.6	5.9	96.1	5.7
PE- PRES.EPITÁCIO	-	1.8	29.3	1.8	55.0	3.8	65.7	4.8	79.0	5.0	88.1	5.1
RA- RANCHARIA	20.6	9.7	30.9	6.2	53.0	4.3	65.7	4.0	76.9	3.8	87.3	3.5
SA- STº ANASTÁCIO	18.6	12.1	19.7	5.3	53.9	4.3	58.4	4.1	75.1	3.5	86.2	2.9
TS- T. SAMPAIO	-	-	-	-	-	-	20.4	1.5	40.8	2.3	70.9	3.0
MA- MARTINÓPOLIS	14.2	7.6	14.3	3.9	26.8	2.6	41.5	2.6	64.2	2.9	88.2	2.5
PI- PIRAPOZINHO	-	-	10.3	2.2	27.3	2.9	58.3	2.4	80.0	3.0	93.4	3.3
RF- REGENTE FEIJÓ	10.1	4.8	9.3	2.2	41.5	1.8	59.7	1.7	72.5	1.7	83.4	1.8
Nova Alta Paulista												
DR- DRACENA	-	-	29.6	3.4	52.1	6.4	71.1	6.9	80.0	6.2	86.8	6.3
AD- ADAMANTINA	-	-	28.7	7.4	53.1	6.8	69.0	6.0	75.7	5.1	81.3	4.6
OC- OSVALDO CRUZ	-	-	26.7	5.3	59.5	5.9	59.5	3.8	67.5	3.8	78.1	3.8
LU- LUCÉLIA	-	-	36.8	8.0	43.6	3.9	54.6	3.1	67.3	2.7	78.4	2.3
JU- JUNQUEIRÓPOLIS	-	-	25.7	1.4	20.9	2.1	38.5	2.4	51.3	2.3	64.0	2.3
TP- TUPI PAULISTA	-	-	23.1	3.0	38.6	2.6	50.2	2.2	58.8	2.0	72.7	1.9
TOTAIS %	-	83.4	-	74.8	-	70.9	-	72.4	-	76.1	-	77.9

FONTE: SEP/CAR. PLANO REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE, 1982. FIBGE.

*SEADE: [illegible]. Projeção da população dos municípios e distritos pertencentes à região II de planejamento da Sabesp, segundo a situação de domicílio urbano e rural, até o ano 2010. São Paulo, 1978.

triplicou saltando de 7 para 25. Aqui é preciso observar

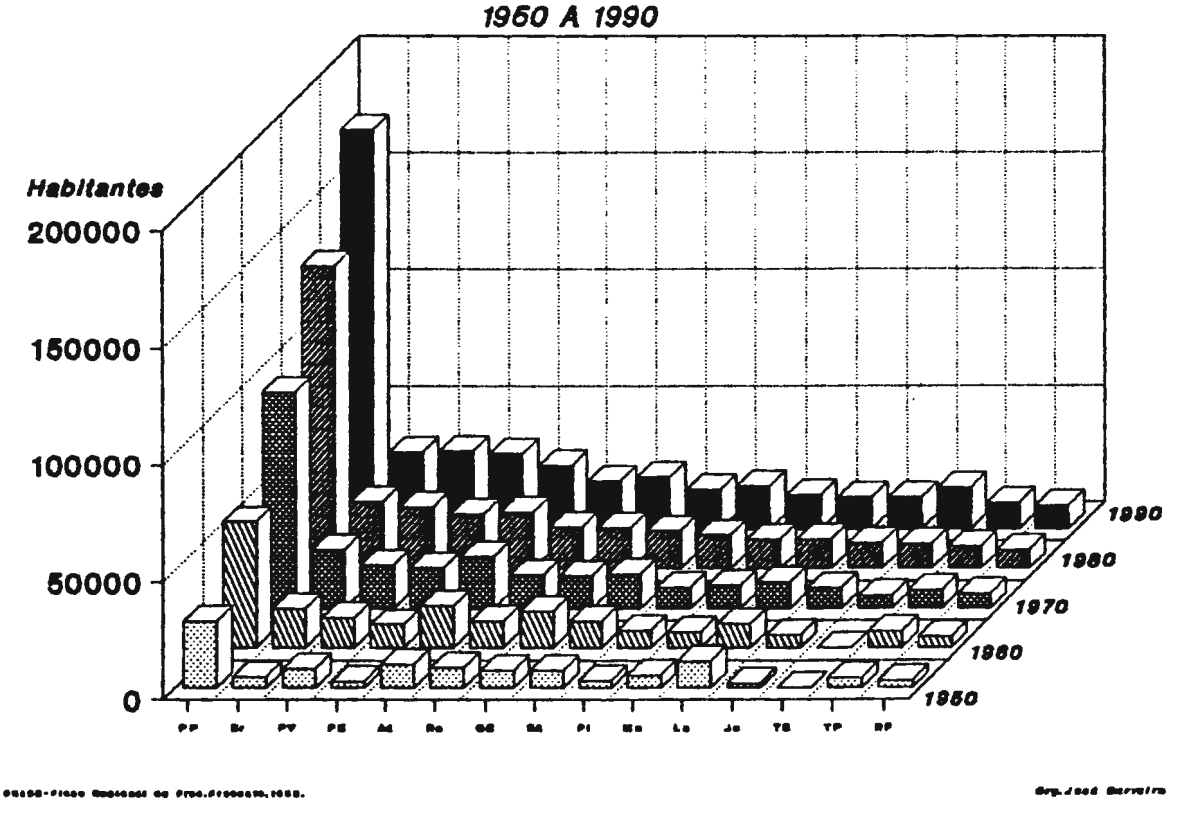
que entre 1950 e 1960 a importância relativa da população urbana de Presidente Prudente no conjunto regional ficou drasticamente reduzida, quando a população do mesmo passou a responder, respectivamente, com 20.7% e 20.3%.

FIG.10

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA DOS

CENTROS ACIMA DE 10 MIL HABITANTES NA R.A.DE PRES.PRUDENTE

1950 A 1990



Contudo, cidades intermediárias como Dracena, Presidente Venceslau, Adamantina, Osvaldo Cruz e outras, não têm reduzido a tendência de concentração da população urbana em Presidente, cujas repercussões no sistema de cidade regional vêm se manifestando através de desequilíbrios para o conjunto da maioria dos centros urbanos dessa rede quanto às ofertas de serviços de nível mais qualificados e, como consequência disto,

o crescimento das demandas sociais em termos de serviços públicos (consumo coletivo). A expressividade funcional de Presidente Prudente na região deve ser, necessariamente, identificada pelo reforço que proveniente do volume de investimentos do setor público federal e estadual, para não dizer daqueles de origens locais incidentes sobre a infra-estrutura urbana.

Tais concretitudes nas economias urbanas locais não escapam ao âmbito da economia agropecuária regional, cujas crises, no mais das vezes, foram em decorrência de um processo global e inerente às contradições internas ao capitalismo, entre as quais se incluem fatores de naturezas sócio-econômicas, políticas e ideológicas mais específicas. Talvez fosse importante não nos esquecermos de alguns vínculos mais estreitos entre as colônias de imigrantes estrangeiros e a formação de algumas cidades locais, quando cada agrupamento de atividades primárias locais traduziam realidades concretas derivadas de situações históricas, sociais e econômicas diversas uma das outras, embora dentro do mesmo movimento do capital.

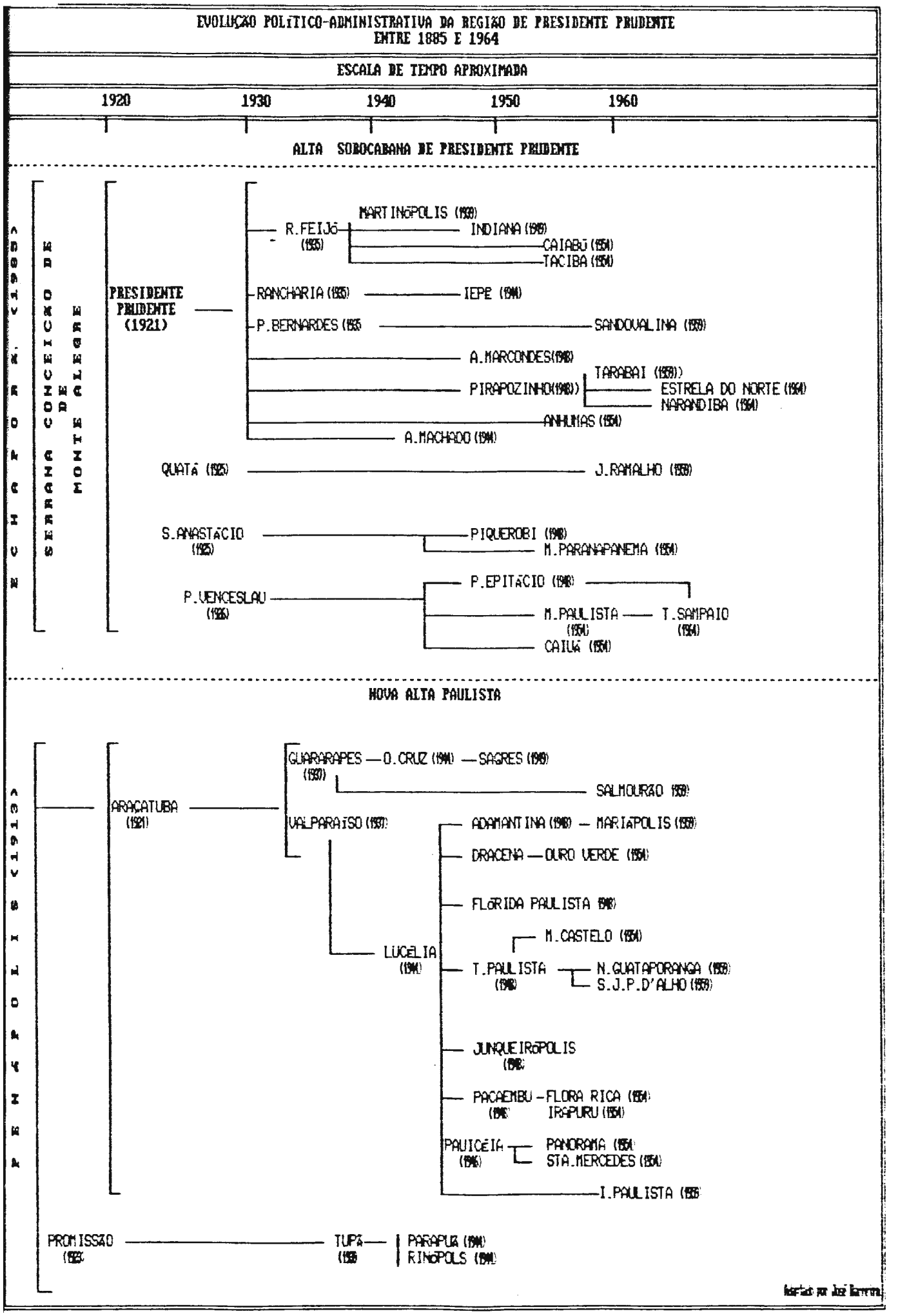
Nas entrelinhas deste capítulo, podemos abstrair tres constatações: 1a, é que a formação dos pequenos sistemas de cidades locais, tanto na Nova Alta Paulista como na Alta Sorocabana de Presidente Prudente, não foram capazes de reter a maioria dos fluxos de capitais e emigratórios do campo para outros centros urbanos; 2a, que os atributos espaciais, formalizados como Nova Alta Paulista e Alta Sorocabana de Presidente Prudente, foram apropriados pelas classes dominantes em cada uma dessas enquanto distintos territórios de reproduções das condições de vida materiais e políticas e 3a, é que, desde

os anos 40, as funcionalidade urbanas tanto na Alta Sorocabana de Presidente Prudente como na Nova Alta Paulista, atuaram fundamentalmente nos eixos das penetrações ferroviárias. Com isto, as integrações transversais que puderam ser desenvolvidas entre a Nova A. Paulista e Alta Sorocabana de Pres.Prudente, ficaram por conta tanto do setor público (funções decisários), como pelo setor terciário privado sem muita expressão (vis-à-vis).

Em síntese, no capítulo *espaço herdado* procuramos resgatar conteúdo que o mesmo traz enquanto suas instâncias econômicas, ideológicas e políticas (um espaço de antagonismos). Esse espaço foi encarado pelo Estado, simultaneamente, como *espaço objeto* e *sujeito de política espacial*. Mais adiante poder-se-á obeservar que o processo de sua incoporpação à economia nacional seguirá pelo caminho das decisões tomadas fora dos seus domínios econômicos e políticos.

Portanto, era de se esperar que as classes dominantes desenvolvessem, numa e noutra Microrregião acima, estatutos políticos necessários à reprodução de seus capitais. O fato mais signficativo de suas lutas está na natureza de suas resistências às gestões formais desses territórios como se fossem apenas uma unidade histórica e econômica, o que de certa forma, a regionalização adminstrativa corresponderia uma homogeneização das relações sociais de produção. Se essa regionalização tinha ou não tais intenções, o que ainda não está claro para nós, o certo é a mesma estava ameaçando base principal do poder político regional, a aglutinação político-territorial.

QUADRO 1



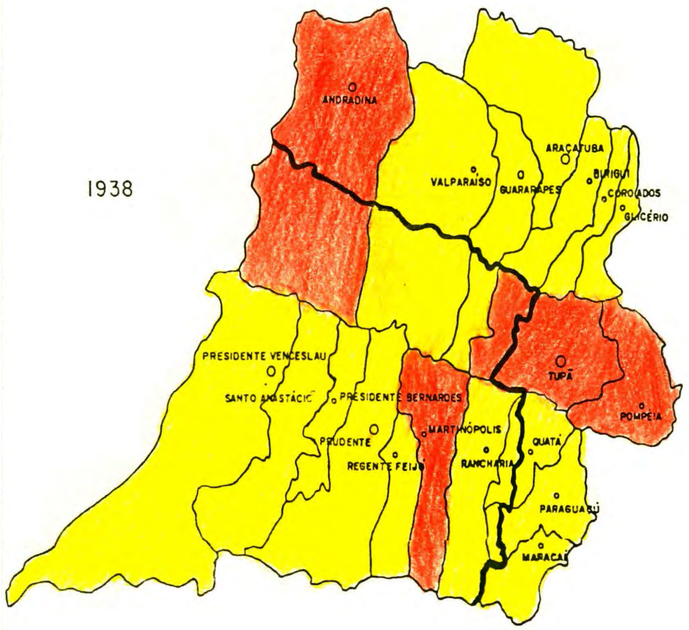
SEP/CAR/ PLANO REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE/ 1982

EVOLUÇÃO TERRITORIAL E ADMINISTRATIVA

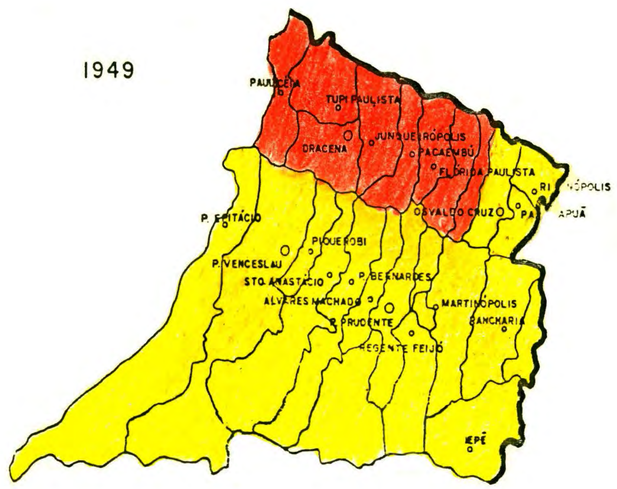
REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP.

1938 - 1964

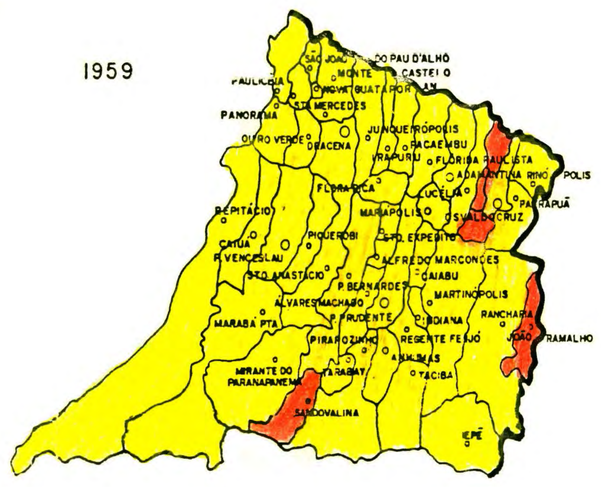
1938



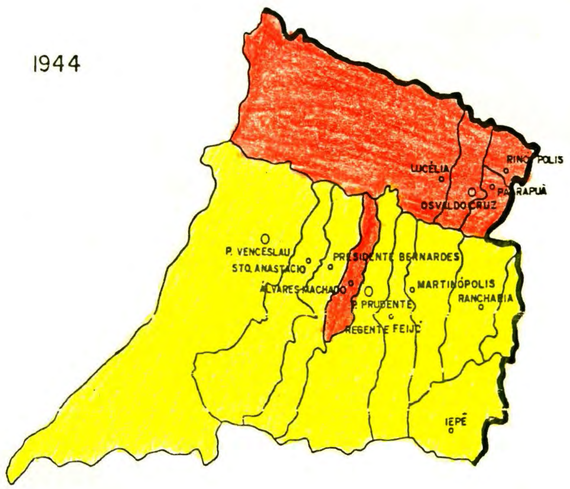
1949



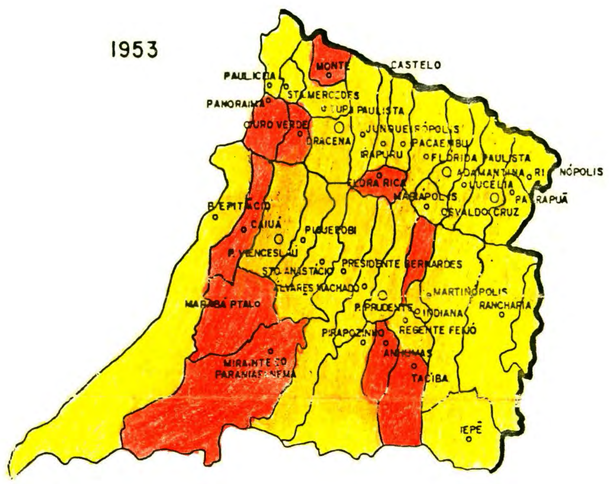
1959



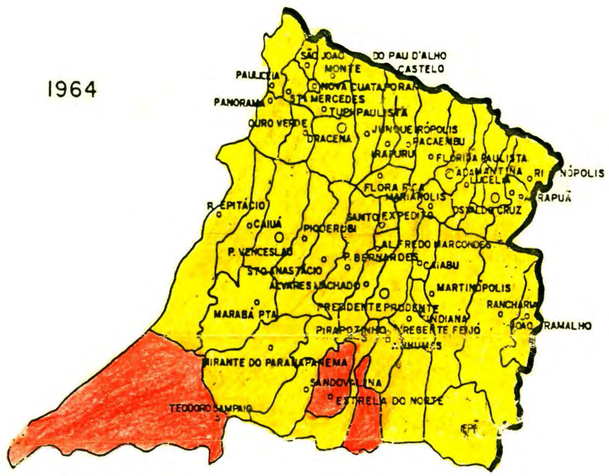
1944



1953



1964



MUNICÍPIOS EXISTENTES

MUNICÍPIOS CRIADOS

0 10 20 30 40 50Km

FONTE: C.A.R.- ATLAS REGIONAL DE PRES. PRUDENTE - SP.

ORG. JOSÉ BARREIRA - 1991

AUTONOMIAS DAS GESTOES LOCAIS DESTRUIDAS: OS IMPACTOS DO SISTEMA TRIBUTARIO NACIONAL SOBRE AS FINANÇAS E GESTOES MUNICIPAIS

Para se analisar certos arranjos espaciais, ou seja, a localização de determinados dispositivos infra-estruturais, principalmente de equipamentos urbanos, parece-nos certo que a Política Tributária, na forma como vamos tratar o tema, pode ser considerada como um instrumento de Política Econômica e também Espacial, e, como tal, um instrumento de gestão do Estado e do Território, principalmente após a reforma ributária de 1967, como será visto mais adiante.

O mecanismo de transferências tributárias aos Estados e municípios (regido pela Constituição Federal até 1988) não é recente e nem de originalidade brasileira. Tal sistema foi, embrionariamente, introduzido no Brasil nas Constituições Federais de 1934 e 37, e de forma mais efetiva pela Constituição de 1946. Nessa época, 80% do produto de arredação do Imposto de Circulação de Mercadorias já eram destinados aos Estados e os demais 20% aos municípios. Em 1936, o ICM municipal chegou a vigorar no Brasil, mas apenas por setenta e cinco dias. Aquele imposto representou a transição entre o Imposto Sobre Vendas e Consignações (IVC), implantado pela Constituição de 1936 e o ICM, em 1967. A partir de 1964, deu-se início a um aprimoramento dos mecanismos de controle através da centralização fiscal em poder do Governo Central, suprimindo, alterando e criando impostos.

O Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC) correspondia a uma série de tributações sobre um produto, a cada vez que o mesmo passasse de uma mão a outra, em geral em todos os processos de intermediações, por exemplo: dos produtores (algodão, amendoim, café) aos atacadistas, destes às agro-indústrias ou aos varejistas, e, por fim, destes ao consumidor. Aquele instrumento institucional teve uma papel importante, para não dizer determinante, na redução de algumas intermediações[1] entre empresas agro-industriais, com destaque para aquelas de beneficiamento. Uma forma de verticalização concretizou-se em alguns ramos agro-industrias e beneficiadores de algodão, café, arroz e amendoim.

A atuação das empresas do setor agro-industrial reduziu o número de intermediações ao mínimo e, por conseguinte, as incidências de tributações. Estes fatores levaram diversas empresas a se instalarem de uma certa forma verticalizada. Boa parte das empresas produtoras de óleos de algodão e amendoim, assim como as de beneficiamento de café, também foram se especializando como exportadoras destes produtos. O documento (anexo 1) a seguir pode dar uma idéia dos impactos de dois Sistemas Tributários sobre o setor agrícola, antes e após 1967, quando Imposto sobre Circulação de Mercadorias foi posto em vigência. O novo sistema de tributações contribuiu signficativamente para um novo arranjo das localizações agro-industriais no interior paulista, especialmente nas regiões onde

---

1.Em verdade trata-se de uma reação do setor privado a esse mecanismo formal. As respostas esse tipo de gestão podem ter acelerado a penetração de formas monopolistas no Brasil, especialmente no ramo agro-industrial.

se concentravam as produções de oleaginosas (amendoim, algodão) e fibras têxteis (algodão).

Contudo, os efeitos tributários acima são diminutos frente aos impactos ou às restrições que incidiriam sobre as gestões municipais, conforme SERRA (1983): a) - Prerrogativa somente da União em criar novos tributos, evitando com isto impostos concorrentes entre as esferas municipal, estadual e federal; b) - retirada dos Estados as prerrogativas de fixar alíquotas sobre ICM e C) - passa à determinação da União o poder de decidir isenções, incentivos fiscais mesmo sobre os impostos estaduais.

É necessário verificar as mudanças ocorridas no Sistema Tributário Nacional entre 1964-67, para que avaliemos o grau do centralismo administrativo federal, o qual vem afetando decisivamente as gestões das especificidades territoriais na região de Presidente Prudente.

No leque de todas as dificuldades que se possa imaginar, seguramente, encontram-se aquelas de ordens institucionais. A institucionalidade aqui se refere a todo aquele aparato superestrutural que se iniciou com Juscelino Kubstichek e com acentuação após 1964: a Centralização das Gestões do Estado e do Território a nível Federal. Essa centralização acabou por ser, necessariamente, autoritária por duas razões bastante simples: primeiro, devido a subordinação de quase tudo em termos de gestão da economia e do território à política econômica federal; segundo, em virtude do necessário controle institucional, abrangendo o conjunto de decretos-leis que lhe permitia (para a Gestão Central) legislar sobre matérias financeiras : a arrecadação dos tributos gerados nos Municípios e

Estados (Impostos sobre a Renda, Impostos sobre Produtos Industrializados, Impostos Sobre Lubrificantes e Derivados de Petróleo, Imposto Territorial Rural). Esses deveriam ser transferidos praticamente das fontes tributáveis (mercadorias) aos cofres da União, para posteriores transferências tanto a outros níveis de governo - denominados Fundos de Participação dos Municípios (FPM) - de acordo com o desempenho da economia de cada uma das unidades geradoras de tributos municipais.

O conteúdo desse tipo de centralismo foi penetrando profundamente nas gestões internas dos municípios, pelos caminhos dos controles das aplicações do FPM viculadas a Programas, Projetos e/ou Atividades urbanas *subordinados às* prioridades e diretrizes federais.

Acresce-se a este um outro nível de centralismo, a gestão Estadual, que passou a controlar tanto as arrecadações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) bem como a influir sobre as condições ou critérios de repasses das cotas oriundas daqueles tributos, de modo proporcional ao comportamento econômico local no conjunto do Estado.

A crucial dificuldade das finanças municipais é que as mesmas dependem, fundamentalmente, do desempenho das economias locais, cujas respostas dependem da política econômica estabelecida pelo governo central.

Para se dimensionar o grau dos recursos financeiros que fica em poder do governo Estadual, basta dizer que é da ordem de 80% para o ICM arrecadado pelo município. Esses 80% são destinados a Programas, Projetos e Atividades setoriais e espaciais priorizados fora dos locais de execução em busca de

QUADRO 2

REFORMA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO 1964/1967

ESFERAS DE COMPETÊNCIAS SOBRE IMPOSTOS

ANTERIOR	*E*	*POSTERIOR*
1-DE COMPETÊNCIAS DA UNIÃO		
a- Importações b- Rendas e Proventos de Quaisquer Naturezas c- Consumo d- Transportes e Comunicações e- Consumo, Produção, Comércio e Distribuição de Derivados de Petróleo f- Minerais g- Selos h- Outros		a- Importações b- Exportações c- Propriedade Territorial Rural d-Rendas e Proventos de Quaisquer Naturezas e- Produtos Industrializados f- Operações Financeiras g- Transportes e Comunicações h- Combustíveis e Lubrificantes i- Energia Elétrica j- Minerais k- Contribuição de Melhorias
2-COMPETÊNCIAS DOS ESTADOS		
a- Transmissão de Bens e Inôveis Causas mortis b- *VENDAS E CONSIGNAÇÕES* c- Exportações d- Selos e- Outros		a- Transmissão de Bens Inôveis b- *CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS* c- Contribuição de Melhorias
3-COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS		
a- Territorial e Predial Urbano b- Transmissão de Bens Inôveis intervivos e sua incorporação no canal das sociedades c- Indústrias e Profissões d- sobre Diversões Públicas		a- Propriedade Predial Urbana b- Serviços de Qualquer Natureza c- Contribuição de Melhorias

FONTE: SERRA,J." O SITEMA TRIBUTÁRIO: DIAGNÓSTICO E REFORMA " IN REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA , VOL.3,Nº 1,JAN/MAR/83, SÃO PAULO, BRASILIENSE, 1983.

uma eficácia a nível territorial mais amplo, numa escala de prioridade decrescente: estadual e municipal. Portanto, todos aqueles projetos locais, custeados com os recursos financeiros provenientes dos 80% arrecadados, deveriam sempre obedecer às priorizações macrorregionais. A gestão da economia e do território são tomadas como um todo orgânico. Daí a nossa insistência em torno de que entre as Políticas de gestão Econômica e as Políticas Territoriais há uma coerência interna fundamental para a sobrevida da primeira. Coerência essa ressaltada pelos esforços do Estado na continuidade das atuais formas de gestão do território.

No seio de um considerável número de profissionais, sejam eles ligadas ao setor público ou privado, estão vivas muitas concepções relativas aos problemas enfrentados pela urbanização brasileira, as quais se assemelham a verdadeiros mitos, como por exemplo: *"crescimento urbano desordenado"*, "inchamento urbano", "favelamentos" e outros.

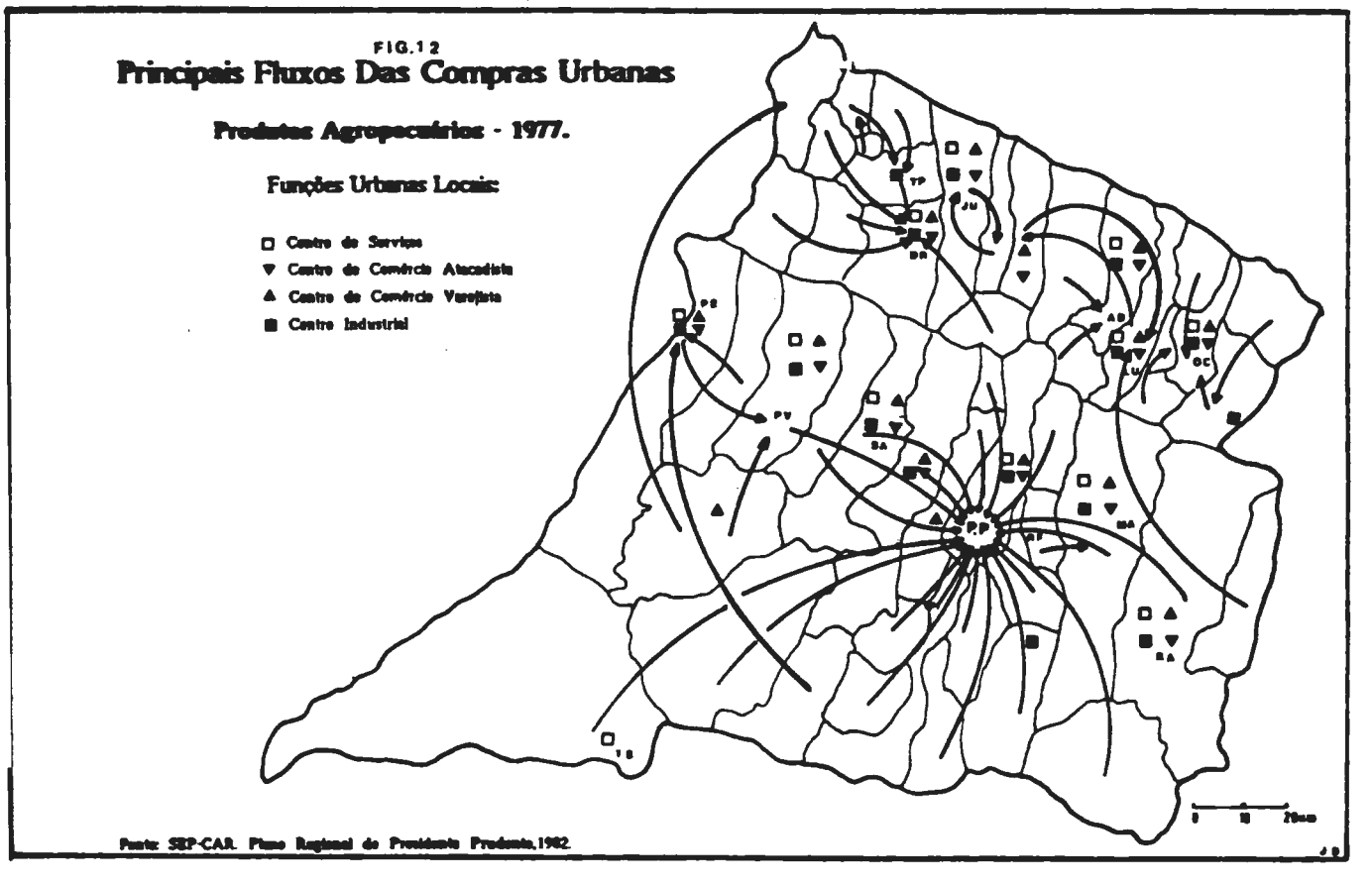
O COMÉRCIO REGIONAL -

A ruptura entre a funcionalidade econômica e funcionalidade formal: Algumas considerações em torno de seus fluxos de mercadorias.

Uma modalidade de *balança comercial* pode ser obtida através de Valores Adicionados, melhor, como resultantes de trocas comerciais realizadas internamente entre o primário e o terciário local e regional. Através desses dados pudemos levantar uma idéia auxiliar do grau das articulações entre as economias urbanas e agropecuárias locais, em função da configuração dos sistemas de cidades locais, os quais estão definindo algumas das funções urbanas locais, como tentaremos

destacar mais adiante.

Do ponto de vista teórico das trocas internas locais, quando o Valor Adicionado da economia urbana de um município *(VAc > VAv)* supera o valor gerado pelo seu setor rural, isto se deve pelas seguintes razões: esse município deve possuir um importante comércio (que pode ser atacadista, varejista ou ambas); indústrias, ou ainda comércio e indústria combinados.



Numa situação inversa, ou seja, quando o Valor Adicionado urbano *(VAc < VAv)* é inferior,ou melhor, quando as compras realizadas para o consumo urbano local é menor que as

vendas do seu setor agropecuário municipal, pode-se estar diante de uma situação em que o município é importante em termos agrícolas ao mesmo tempo que apresenta uma economia urbana de pequena expressão. Os conteúdos de matrizes (quadros 3 e 4), nos permite algumas considerações sobre os atuais sub-sistemas de cidades no Extremo Sudoeste Paulista. A figura 12 torna aquele conteúdo mais claro.

Pode-se verificar no grupo (LL) municípios que, se abastecem como os seus próprios produtos agropecuários. Aqui ocorra um relativo auto-abastecimento, mas com o predomínio da exportação em face do consumo urbano nesses centros ser menor do que sua produção primária municipal, como por outras razões de mercado. Por conta da pequena atração das compras agrícolas, tais centros urbanos apresentam polarização muito pequena no âmbito de produtos agrícolas, apenas.

Há um segundo grupo (LR) que envolve 42% dos municípios da região, nos quais as suas produções agrícolas são colocadas no circuito das vendas para a região. Esse conjunto de dados relativos a 1977, traduz concretamente um setor agropecuário bem mais desenvolvido com relativa capacidade de auto-abastecimento e ainda de exportação para outros municípios. Definindo-se como uma área de fornecimento de produtos agropecuários, o município de Martinópolis é o que possui um maior equipamento industrial e comercial (atacadista, varejista) e ainda alguns serviços mais sofisticados que os demais componentes.

O terceiro grupo (LI) é constituído por municípios de populações reduzidas, onde a produção pecuária é, expressivamente, superior à produção agrícola, o que lhes

QUADRO 3

PRINCIPAIS ORIGENS E DESTINOS DOS PRUDUTOS AGROPECUÁRIOS MUNICIPAIS INTERNOS E EXTERNOS À REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PRESIDENTE PRUDENTE POR CLASSES DE POLARIZAÇÃO NO ÂMBITO DO ESTADO DE S.PAULO - 1977

POLARIZAÇÕES DAS VENDAS

POLARIZAÇÕES DAS COMPRAS	LOCAIS	REGIONAL	INTER-REGIONAL
LOCAIS	**LL** ÁLVARES MACHADO PRES.BERNARDES JUNQUEIRÓPOLIS PACAEMBU *	**LR** ALFREDO MARCONDES ANHUMAS CAIABU MARTINÓPOLIS SANTO EXPEDITO TACIBA TARABAI MARABÁ PAULISTA M. PARANAPENEMA TEODORO SAMPAIO MONTE CASTELO N. GUATAPORANGA OURO VERDE PANORAMA SANTA MERCEDES S.J.PAU D'ALHO FLORA RICA FLÓRIDA PAULISTA MARIÁPOLIS RINÓPOLIS SALMOURÃO	**LI** IEPÊ JOÃO RAMALHO PAULICÉIA
REGIONAL	**RL** **PRESIDENTE PRUDENTE** * PRESIDENTE VENCESLAU * SANTO ANASTÁCIO DRACENA * TUPI PAULISTA * LUCÉLIA * PARAPUÃ *	**RR** ESTRELA DO NORTE INDIANA NARANDIBA PIRAPOZINHO RANCHARIA REGENTE FEIJÓ CAIUÁ PIQUEROBI PRES. EPITÁCIO IRAPURU * INÚBIA PAULISTA	**RI** ADAMANTINA * OSVALDO CRUZ *
INTER-REGIONAL		**IR** SANDOVALINA	Org.José Barretto

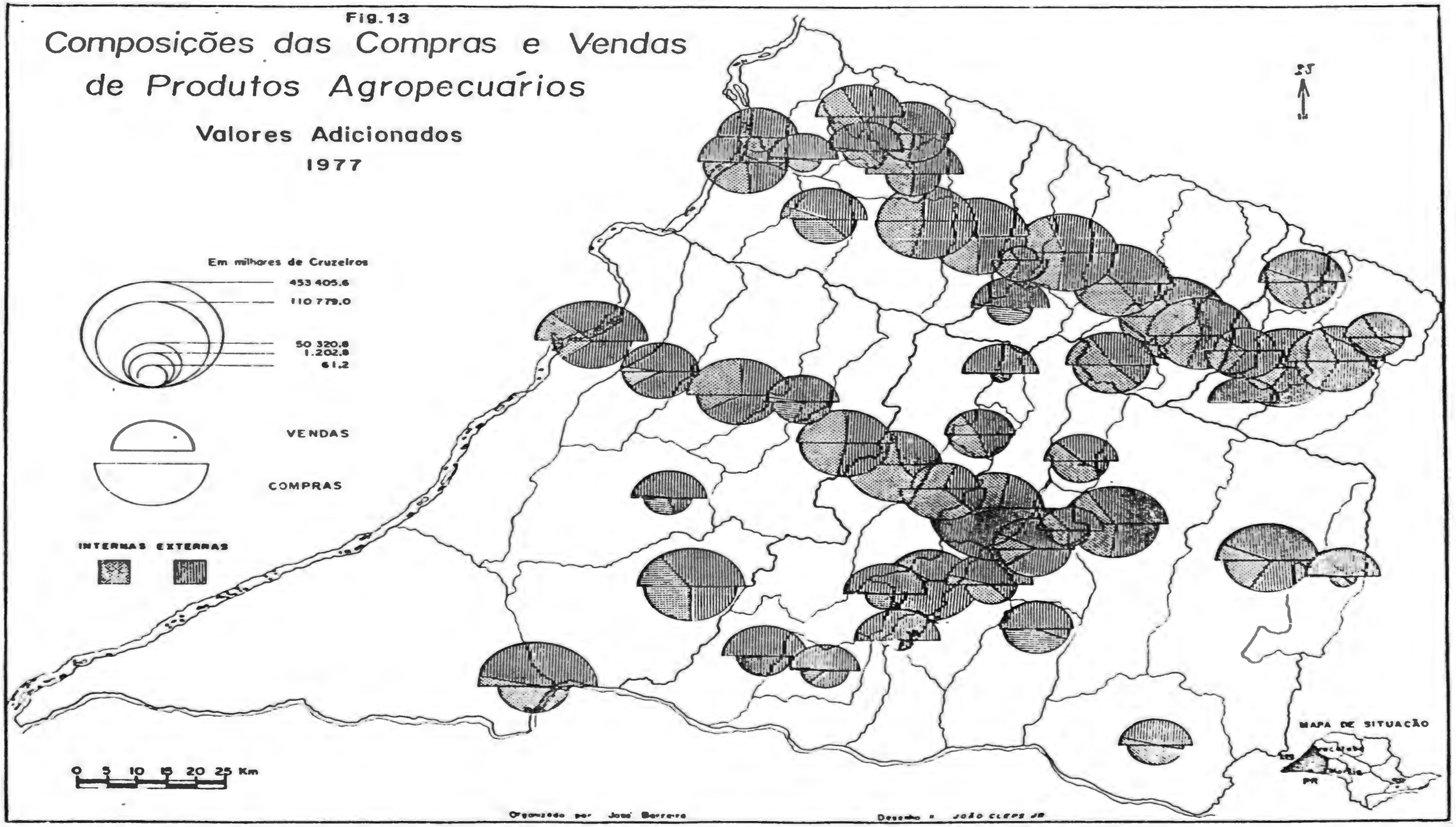
Fonte: SEP/CAR.Plano Regional de Presidente Prudente(v.II),1982.

OBS:1-:A1.B2...C2 APENAS FACILITAM AS REFERENCIAS NO TEXTO.
O MUNICIPIO DE SAGRES FOI EXCLUIDO POR FALTA DE DADOS
(*)- COOPERATIVAS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS.
2- SIGLAS - A PRIMEIRA LETRA REFERE-SE À ORIGEM DA COMPRA E A SEGUNDA AO DESTINO DA VENDA.

Fig.13

Composições das Compras e Vendas de Produtos Agropecuários

Valores Adicionados
1977



determina como expedidores básicos de gado de para corte.

Esses fogem à integração com a rêde urbana regional, como o que vêm ocorrendo com os municípios de João Ramalho,

Iepê (polarizados por Marília) e ainda Paulicéia (sob influência da região de Araçatuba e do Estado de Mato Grosso do Sul). Entre os produtos agrícolas expedidos para outras regiões estão o café e a cana-de-açúcar.

Desse levantamento, pode se extrair um outro conjunto de municípios (dos mais importantes para esta análise) que podem ser agrupados por aqueles que realizaram compras regionais, o grupo (RL). Temos aí os municípios que ainda necessitam recorrer à produção agropecuária regional para abastecer a si mesmos. Neste conjunto, estão apenas 40 % dos centros urbanos acima de 10 mil habitantes. Presidente Prudente, face ao seu porte populacional e equipamentos comerciais (atacadista, varejista), serviços e agro-industrial, define-se, no circuito da produção e do consumo de produtos agropecuários, como um centro de compra regional e vendas internas. Quanto aos demais municípios, suas presenças nesse grupo deve-se muito mais ao volume expedições desempenhadas por suas cooperativas no Estado de São Paulo, como Tupi Paulista, Dracena, Lucélia e Parapuã, com a comercialização do café). Presidente Venceslau e Santo Anastácio inserem-se no circuito pecuário, expedição de carne, preponderantmente.

Pode-se tomar o grupo (RR) como o mais complexo, duplamente polarizado: compras e vendas no âmbito regional: Presidente Epitácio (madeira,gado em pé e carne), Pirapozinho e Rancharia (amendoim, gado e óleos vegetais), cuja distriuição extra-regional está apoiada em seus equipamentos comerciais atacadistas.

Nessa faixa há ainda o grupo (RI) formado por compradores regionais e forncedores interregionais composto por Adamantina e Osvaldo Cruz. Ambos possuem equipamentos industriais

bem como comerciais (atacadista, varejista) com atuação em toda extenção da Nova Alta Paulista, extendendo-se para os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e ainda a Alta Sorocabana de Presidente Prudente[1].

A partir das trocas intermunicipais de produtos agropecuários, podemos abstrair tantas outras indicações que nos levam a compreender como o papel funcional de Presidente Prudente não pode ampliar a sua centralidade sobre a Nova Alta Paulista. Fomos tentados (Quadro 4) a estabecer uma possível linha demarcatória da ruptura[2] existente nas interações microrregionais entre a Nova Alta Paulista com a Alta Sorocabana de Presidente Prudente, mesmo levando em conta que a fonte dos dados acima não nos oferecem, ponto-a-ponto, as origens e os destinos das compras e vendas extra-municipais. Esses pressupostos afloraram nas entrevistas realizadas na Nova Alta Paulista, realizadas a título de complementação, por ser aquela microrregião um dos apoios aos nossos argumentos em termos de crítica à regionalização funcional estabelecida, a Região Administrativa de Presidente Prudente.

Quando se trata de analisar a polarização administrativa e mesmo econômica de Presidente Prudente, são poucos os dados ainda confiáveis para tanto, visto que as polarizações estão cada vez mais mascaradas pela ampliação dos

---

..Continua....

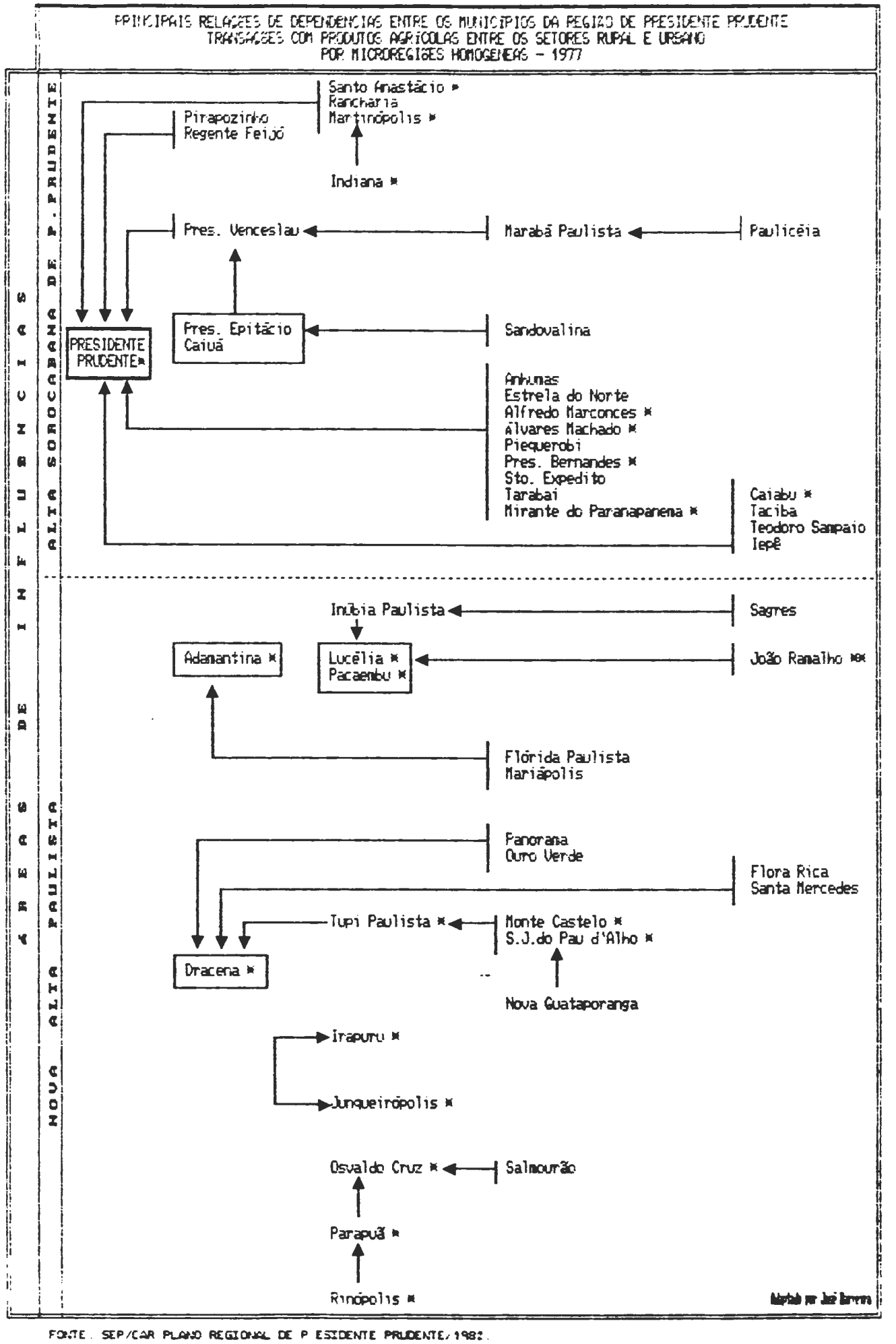
atribuir aos **Valores Adicionados** municipais obtidos através de **Compras e de Vendas** de produtos agropecuários, respectivamente.

1.Essa indicação não consta nem da figura 3 e nem mesmo no mapa n.12. Trata-se apenas de uma informação adicional.

2.Em verdade não se trata nem de ruptura, nem de truncamento de fluxos, considerando que, desde as suas origens, entre essas microrregiões os intercâmbios de produtos nunca

QUADRO 4

PRINCIPAIS RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIAS ENTRE OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE
TRANSAÇÕES COM PRODUTOS AGRÍCOLAS ENTRE OS SETORES RURAL E URBANO
POR MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS - 1977



FONTE: SEP/CAR PLANO REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE/1982.

(*) A PRINCIPAL VENDA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIO É PARA O SETOR URBANO DO PRÓPRIO MUNICÍPIO.
(**) A PRINCIPAL VENDA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIO É PARA OS MUNICÍPIOS EXTRA-REGIONAIS
—— RUPTURA DA POLARIZAÇÃO ENTRE A ASPP E NAP.

limites de mercado da metrópole paulista e de outros centros urbanos como Bauru, Campinas. Na Região Administrativa de Presidente Prudente está ocorrendo aquilo que já vimos há muito tempo alertando, e que os órgãos do governo paulista e em, 1978 já começaram a detectar que todos os *esforços da política de* regionalização paulista dificilmente conseguiria promover uma integração da Nova Alta Paulista com a Alta Sorocabana de Presidente Prudente num mesmo território.

Pela via da polarização formal, centralizando determinadas naturezas de serviços coletivos, Presidente Prudente, como um pólo de poder decisório, tanto a classe política (prefeitos, vereadores) como os empresários urbanos e rurais de ambas as microrregiões (Nova Alta Paulista e Alta Sorocabana de Pres.Prudente) jamais se reconheram quaisquer vinculações históricas, econômicas e políticas entre si. *Esses* antagonismos têm uma base comum que as diferenciam: a suas relações sociais, que podem estar traduzindo para o concreto a existência de duas regiões, em outros termos, a Região Administrativa de Presidente Prudente não traduz uma concretitude econômica e social, semelhantemente ao que ocorre no interior de cada uma das referidas microrregiões.

Os diversos trabalhos já realizados, informações obtidas junto à classe política - a qual apresenta uma capacidade de percepção (feeling) empírica em termos de diagnóstico da problemática emigratória de seu município, realidade que por sinal lhes afetam face às pressões de natureza político-administrativa, estes nos dão uma idéia de como os gestores municipais têm sido impotentes para poder concretizar as estratégias, via estímulos empresariais para reverter o

"esvaziamento" demográfico através de políticas públicas.

A questão é que o esvaziamento populacional, nestes últimos vinte anos (1970 a 1990) nos municípios com população inferior 5 mil habitantes tem sido uma constante. O alcance dos poderes públicos locais é diminuto para conter um processo que é de âmbito nacional. Pode-se dizer que os movimentos emigratórios no Extremo Sudoeste Paulista, em termos de destinos extra-regionais, vêm mantendo praticamente as mesmas direções de seus destinos, na seguinte ordem: predominância em linhas gerais das emigrações tanto das áreas rurais como dos pequenos centros urbanos locais para centros urbanos extra-regionais (Grande São Paulo, Campinas, Sorocaba, Campo Grande no Mato Grosso do Sul); as emigrações rurais de população que ainda mantem vínculo de trabalho com o setor agropecuário aos centros urbanos locais com disponibilidades de equipamentos de consumo coletivo. Com dados obtidos através da nova regionalização administrativa, as denominadas Regiões de Governo, pudemos esquematizar em termos gerais, seguindo o esquema dos fluxos migratórios.

Retomando a questão dos reflexos das finanças públicas municipais como um complemento de política espacial, é preciso examinar algumas variáveis do Sistema Tributário pelos seus reflexos no provimento de recursos financeiros municipais. Para isto há uma passagem obrigatória em torno de consideraç~eos sobre o desempenho assumido a nível regional pelo seu Valor Adicionado[1], em razão do mesmo ser a base do cálculo para a cota-parte - *rateio* - do ICM que os municípios têm por

---

..Continua....

tiveram expressões suficientes que dessem origem a um mercado integrado.

crédito em relação ao governo estadual. Esse rateio é tanto mais integral quanto mais internalizado ou completo for realizado um conjunto de atividades econômicas locais, como a produção e comercialização de gado por exemplo. O comércio de gado bovino que se dá a partir das áreas de criação é capaz de gerar um Valor Adicionado (VA) expressivamente superior aquele obtido em regiões de engorda. Assim, ns áreas de cria e engorda conjunta de gado, ao realizar uma produção mais completa, é que se estariam aumentando o Valor Adicionado desses municípios.

Em contraposição, a pecuária de engorda regional, além de não possibilitar esse procedimento contábil, um volume considerável das receitas (lucros) desse setor tem sido drenado tanto para setores da economia urbana externa aos municípios onde estão instaladas as fazendas de gado, como para setores de cria em outros estados.

Insistindo, esse aspecto nos interessa de perto na medida em que os resultados das tributações sobre esse setor pecuário vai além do Imposto de Renda (um tributo ao governo federal). A este acumula-se a incidência do Imposto Sobre Circulação Municipal devido ao governo estadual. A sua expressividade tributária acaba ficando aquém da sua importância econômica para o município no qual está inserido. Este setor como fonte de recursos financeiros para investimentos públicos pelos poderes locais fica quase que anulado. A isto soma-se a drenagem dos lucros desses empresários rurais, o que faz

---

..Continua....

1.O Valor Adicionado é obtido pela diferença entre saídas e entradas para a indústria e o comércio, enquanto que para a agricultura considera-se apenas o valor das saídas de mercadorias.

centros como locais de seus negócios e moradias.

Como demonstra a figura 14, tomando apenas os municípios de maior concentração da população urbana regional, o predomínio de suas receitas (1980) é de base agropecuária. Presidente Vesceslau, no centro pecuário regional, apresenta uma tendência acelerada para o equilíbrio intersetorial em termos de receitas, ou seja, uma complementaridade entre o pecuário e os setores da economia urbana (indústria, comércio e serviços[1]).

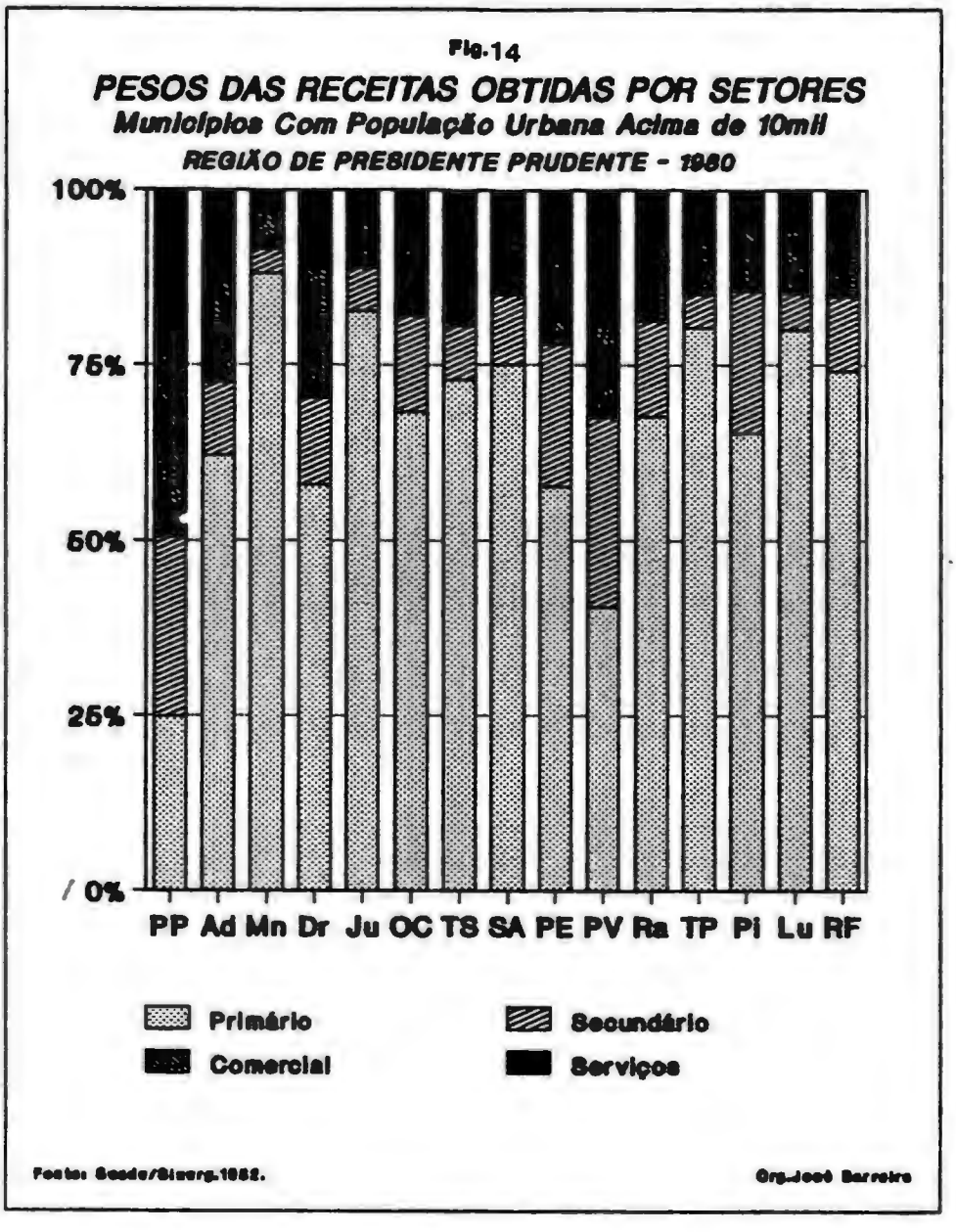
Outras repercussões da questão acima sobre as finanças municipais podem ser examinadas. Vamos tomar apenas o mais significativo, a LIONS S.A., revendedora de tratores-esteiras, montoniveladoras, retro-escavadeiras, retirou suas instalações de Presidente Prudente, devolvendo o gerenciamento desse seu mercado regional na capital paulista. Nada mais natural, tomando-se em consideração que a maioria dos fazendeiros com posses acima de 400 ha estavam cada vez mais centralizando seus negócios na capital do Estado. Portanto, aqui está presente, em termos práticos, parte de um conjunto de mecanismos que têm atuado na redução das fontes locais de tributação, o que reduz ainda mais as autonomias financeiras municipais. Existem outras questões conceituais que ainda dificultam o entendimento das políticas espaciais.

..Continua....

1.O Valor Adicionado é obtido pela diferença entre saídas e entradas para a indústria e o comércio, enquanto que para a agricultura considera-se apenas o valor das saídas de mercadorias.

1.Presidente Venceslau, no início dos anos 70

espaciais.



Entre tantas está o mito conceitual de que os *males* urbanos são resultados da falta de planejamento por parte do poder público. *Outras concepções importantes surgidas no seio* do Estado foram aquelas da racionalidade, eficiência e eficácia. Tais concepções resultaram, em boa parte, das buscas por uma racionalidade de gestões administrativas frente aos recursos financeiros defasados, melhor dizendo, entre os volumes de

recursos financeiros disponíveis às gestões do governo central e as tarefas derivadas dos papéis atinentes ao Estado. Esses últimos conceitos, em 1964, foram largamente introduzidos pelo governo federal no repertório das gestões municipais com uma nova doutrina administrativa, uma forma de culto à racionalização administrativa, acompanhada de um ritual sobre o controle de sanções centrais.

No conjunto, as mudanças institucionais (superestruturais) estabelecidas pelo governo federal em 1964 modificaram profundamente as instituições municipais,vamos dizer assim, no conjunto das instâncias políticas, ideológicas, jurídicas, econômicas. Romperam-se os padrões de relações anteriormente havidas entre a União e os Municípios, relações aquelas que permitiam aos últimos drenagens mais fluentes de recursos financeiros, tanto em termos das parcelas Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) como as do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), composto de parcelas do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). "Enquanto o primeiro beneficia os municípios cuja economia, pelo dinamismo, apresenta maior número de operações tributáveis, o Fundo, distribuído segundo o critério de proporcionalidade em relação ao número de habitantes, é relativamente mais benéfico para os municípios mais pobres, desde que populosos. Nos dois casos a grande diferença é a canalização automática dos recursos para o município, em contraste com a situação anterior, na qual mesmo o recebimento dos recursos constitucionalmente previstos para o município exigia demonstrações de lealdade e vassalagem política e exercício das vassalagens coronelísticas" FELICISSIMO (1977).

Exemplo de um processo de alijamento da participação

política é aquele que envolve a carreira política do sr. Antônio Sandoval Neto. Eleito diversas vezes prefeito por Presidente Prudente, fazendeiro pecuarista, na Alta Sorocabana de Presidente Prudente, banqueiro do jogo do bicho, de perfil personalista, conseguiu estabelecer *articulações políticas num* nível de participação popular complacente *de tal modo que o* desdobramento territorial do município de Presidente Bernardes em 1959 deu origem a um novo município cuja denominação acabou por corresponder à fusão dos vocábulos de*Sandoval* e *Lina*, o atual município de *Sandovalina*,onde se concentra seus bens fundiários.

Não se trata aqui fazer generalizações apenas em torno do caso acima citado. Mas seguramente retratava um processo de redução das lideranças provenientes das classes dominantes locais, decorrentes do desenvolvimento da economia de âmbito mais geral que também retirava os capitais locais do caráter nucleado, desfigurando cada vez mais os conceitos ou atributos locais que estavam no território, este sim como instrumento de todas as demais reivindicações.

Retomando a questão das finanças públicas municipais, estamos levando em consideração que os Impostos Predial e Territorial Urbano são as principais fontes de recursos próprios de que os municípios podem dispor, os quais são altamente impopulares e que personificam aqueles que gestionam (vereadores e prefeitos) as administrações locais.Uma das formas de se ampliar as finanças públicas locais, mesmo para aqueles municípios relativamente mais populosos, que é de poder legalmente aumentar a carga tributária sobre os imóveis urbanos, nem sempre podem ser realizadas face às pressões populares sobre a Câmara e Executivo Municipal.

Com o instrumento do Orçamento-Programa ficaram obrigados os municípios às aplicações dos índices pré-fixados para cada item da despesa: transportes, educação, pessoal, saúde, saneamento, atividades e etc., e isto se dá também quanto às prestações de contas controladas pelo Tribunal de Contas da União, isto com relação ao FPM e à Secretaria de Economia e Planejamento (SEP's) e ao Tribunal de Contas Estadual (TCE), quanto às quotas de ICM. Esses cumprimentos compulsórios incorrem em distorções graves se se considerar as diferenciações quanto às bases econômicas entre os municípios. Na sua maioria, as gestões municipais foram niveladas, em outros termos, passaram a sofrer de um tratamento homogêneo quando as soluções relativas aos consumo coletivos locais deveriam ser abordados de modo diferenciado.

Em regra, mesmo quando uma gestão municipal tivesse alcançado um grau de solução relativamente satisfatório para um item qualquer da realidade local, os demais setores seguramente continuavam sem a contemplação proporcional de receitas orçamentárias, por estarem presas aos mesmos índices pré-determinados e sob acompanhamento e fiscalização das secretarias de planejamento de cada Estado. As possibilidades de remanejamento de verbas para setores deficitários eram remotas, senão por artifícios palhativos.

A legislação tributária em vigor desde 1967, provocou em todos os municípios gradativo cerceamento em termos de suas capacidades de se autogovernarem, em nome da gestão centralizadora do território nacional, enquadrando as ações municipais nos objetivos nacionais, aqui incluído o combate à corrupção, à inflação e principalmente quanto à execução de

projetos estratégicos de desenvolvimento. Como já dissemos anteriormente, cabia à gestão centrada do território a iniciativa de preparar para si a tarefa de consolidar um conjunto de infra-estruturas de modo a poder indicar e viabilizar uma economia de mercado compatível a concepção capitalista de um mercado nacional.

A verdade é que esse modelo de gestão centrada quebrou com umas das formas mais tradicionais de intermediações políticas entre os municípios e as esferas Estadual e Federal: o coronelismo. Por outro, as lutas pela sobrevivência das gestões municipais dos pequenos centros reforçaram outras formas de intermediações. Essas novas formas foram deslocando o eixo reivindicatório, acentuando-se no aparelho tecno-burocrático estadual e mesmo federal.

Muitas formas de intermediações surgiram entre os mais diversos níveis de gestões públicas. A outorga da "autonomonia" tributária municipal para algumas de suas gestões internas, principalmente para aqueles serviços rotineiros, reduziu e transferiu o eixo dessa dependência que os gestores municipais tinham para com as elites locais e extra-locais, tanto que levou a um aperfeiçoamento de mecanismos de mediações entre este nível menor com os níveis mais altos dos governos federal e estadual. O processo centralizador surtiu efeitos desejados reduzindo as manifestações locais, não importando que essas tivessem origem nas suas classes dominantes.

No trato da gestão pública, a dependência política também era a outra face da sua dependência econômica municipal, há aí uma relação dialética. Em termos mais concretos, quando Paulo Salim Maluf chegou ao governo paulista em 1979 pela eleição

indireta, tratou logo de depurar as formas de intermediações vigentes, principalmente aquelas que passavam pelos parlamentares. Os prefeitos deveriam estar afinados com os Delegados locais do Partido Democrático Social (PDS), fortalecendo a Secretaria do Interior e seus Escritórios Regionais (ERIN's). Isto não implicou numa plenitude de articulações regionais, era apenas uma etapa para que as necessidades locais pudessem ser atendidas. O que verdadeiramente condicionava certos estreitamentos entre os governos municipais com o estadual e federal, era a lealdade do prefeito para com o governador, mantidas sem nenhuma intermediação de deputados, secretários, as quais foram praticamente abolidas no período de sua gestão enquanto governador de São Paulo (1979-1982). Perdeu-se a função legitimadora do voto como elemento de troca, com isto o Partido Democrático Social (PDS) perdeu ainda mais a sua expressão diante da passividade popular frente ao rolo compressor do aparelho governamental (executivo).

Como exemplo de acentuação das dificuldades nas gestões, tomamos tres prefeituras municipais como as de Iepê, Presidente Epitácio e Martinópolis, cujos prefeitos foram eleitos pelo então Movimento Democrático Brasileiro (MDB), os quais não aceitaram inicialmente quaisquer diálogos com o novo governo, enquanto puderam resistir aos assédios dos respectivos delegados do PDS e pressões pessoais e burocráticos diretas do Governador.

Durante o governo Paulo Sallim Malluf, as gestões daqueles municípios caracterizavam-se por suas finanças públicas dependentes dos repasses do ICM - fonte de recursos, que correspondiam ao total de seus respectivos orçamentos (Iepê

(49.29%), Martinópolis (44.27%) e Presidente Epitácio (46.00%), tiveram suas resistências reduzidas pela somatória de pressões às quais se juntaram outras mais internas aos municípios. As respectivas populações locais enquanto contribuintes se viam prejudicadas pelos cerceamentos das decisões locais. Essa questão deve ser tomada num âmbito mais amplo, o da hipótese das contradições existentes entre a centralização/descentralização das intervenções espaciais sob o domínio de intermediações políticas. No nosso entendimento, o ordenamento ou amarrações financeiras (em ordem decrescente: Federal, Estadual e Municipal) guardam coerência de propósitos no conjunto das gestões do Estado e do território, com fins de destruir tantos quantos fossem os obstáculos (dominantes ou determinantes) no território nacional a formação de um mercado integrado em termos de produção, consumo e circulação.

Em linhas gerais, neste capítulo procuramos resgatar as gestões do Estado e do Territórios que estavam entranhadas nas no Sitema Tributário nacional. Para nós ficou claro que os arranjos espaciais no âmbito da articulação agricultura-indústria regional assim como as estruturas das receitas públicas municipais locais foram, em boa parte, decorrentes dos sucessivos instrumentos institucionais, os Sistemas Tributários a nível nacional.

Se de um lado, os sucessivos sistemas tributários aceleraram a concentração financeira, reduzindo ainda mais capacidade da economia regional expandir-se em termos de pequenos estabelecimentos agro-industriais[1], tais instrumentos

1.Presidente Venceslau, no início dos anos 70

acabaram por estreitar um conjunto de fontes tributáveis locais, atingindo com isto as gestões municipais em todos os sentidos.

As instituições dos Sistemas Tributários no Brasil precisam ser encarados como um dos instrumentos de *gestões* do da *economia* e do *território*.

No âmbito da gestão da economia procuramos resgatar a sua dimensão urbana, ou seja, que os fluxos de produção e de consumo passassem por sistemas as cidades em sistemas ordenados institucionalmente, de modo a dar ao setor público controle e solução dos entraves que sobreviessem aos fluxos e afluxos sobre os mercados do setor privado. Na ótica do setor privado, cabe sempre ao poder público soluções de dificuldades que afetem a reprodução de uma ou outra atividade privada, mas que traduzem naturezas de ordem mais gerais, como transporte, ensino, sanemamento.

Quanto ao resgate da gestão do território, essa ser tomada com inseparável da gestão econômica. A separação aqui é apenas um artifício mental e não uma realidade concreta. Os espaços físicos como objetos de apropriações representam um instrumento de ação política. Na medida que determinados espaços de reprodução privada (até mesmo pública) são institucionalizados enquanto instrumento e objeto de ação política por parte de interesses setoriais, esses espaços são incorporados ao conjunto de política mais global pela vida de políticas espaciais. Todas as políticas espaciais sempre tiveram subordinadas a um ou outro sistema de cidades (rede urbana), nem mesmo os projetos de colonização e reforma e agrária escaparam a determinados suportes urbanos.

Este capítulo, portanto, procurou abordar como as autonomias das *gestões administrativas municipais, que já eram* diminutas. Tais gestões fora fortemente atingidas, debilitadas em termos de algumas de suas capacidades legais em solucionar os seus próprios problemas locais, principalmente para atender às demandas por determinados equipamentos ou serviços públicos, agravados cada vez mais pelo volume crescente de trabalhadores egressos do campo. Não só as soluções, como também as reduções das fontes tributáveis e a padronização das gestões administrativas locais faziam parte da centralização da *gestão* da economia e do território nacional *a nível federal.*

As velhas formas de "mediações", inseridas agora nos novos quadros de dependências financeiras do setor público local, emergiram de modo mais apurado entre este nível de poder e o federal.

Durante a gestão do Governo André Franco Montoro esboçou-se uma forma de democratização da gestão do território paulista, quando as prefeituras locais e os órgão regionais começaram a se articular fora dos esquemas anteriores. Por conta disto, boa parte da implantação da infra-estrutura regional surgiu, a partir de 1983, como respostas às proposições de prioridades locais, principalmente no setor de transporte.

Contudo isso, de um modo geral, os órgãos regionais não foram e nem serão capazes de bloquear os laços cada vez mais estreitos entre prefeitos e governadores.

ONE: 34-4171
AMAS: VOLKART

VOLKART IRMÃOS LIMITADA
SÃO PAULO — BRASIL

R. LÍBERO BADARÓ, 293-16º AND.
CAIXA POSTAL, 7179

São Paulo, 7 de Dezembro de 1971

Ilmo. Sr.
Aurelino Alves Coutinho
Diretor do Escritório Regional de Planejamento.
Coordenadoria de Ação Regional da
Secretaria de Economia e Planejamento
PRESIDENTE PRUDENTE - SP

Prezado Senhor,

Acusamos o recebimento de seu Ofício 146/71 de 30 de novembro p.p., solicitando-nos diversos esclarecimentos, em razão da decisão desta sociedade, de encerrar as suas atividades de beneficiamento de algodão em caroço no interior. Atendendo a sua solicitação, esclarecemos a seguir, as razões da nossa decisão:

com o Imposto de Vendas e Consignações incidindo sôbre o preço do algodão cada vez que êle mudasse de mão e a taxas cada vez maiores, viu-se o exportador forçado a procurar a mercadoria diretamente na fonte de produção e beneficiá-la, evitando assim, uma incidência tributária resultante da intervenção do maquinista. Essa situação criou condições difíceis para os maquinistas não exportadores, os quais foram abandonando essa atividade, restando finalmente alguns poucos de maiores capacidades financeiras, que se dedicavam mais à venda à indústria nacional. Com a introdução do Imposto sôbre Circulação de Mercadorias - ICM, desapareceu a incidência em cascata do imposto, possibilitando o reaparecimento do maquinista não exportador. Geralmente, o maquinista não exportador é pessoa radicada na localidade onde tem a sua instalação de beneficiamento e, conquanto essa possa ser a sua atividade principal, tem êle diversos outros afazeres durante o período fora da safra, isto é, tem uma atividade diversificada que lhe possibilita uma distribuição de suas despesas. De 1.967 (quando foi introduzido o ICM) para cá tem aumentado bastante o número do maquinista não exportador na indústria do beneficiamento do algodão, podendo admitir-se que na safra a ser colhida no próximo ano de 1.972, mais de 50% do algodão será beneficiado em suas usinas. A atividade principal de Volkart Irmãos Limitada e na qual é especializada, é a exportação para o exterior e, se anteriormente ela participou do beneficiamento no interior, foi em consequência de uma contingência representa-

segue

ARQUIVE-SE
Em 11/12/71

INE: 34-4171
MAS: VOLKART

VOLKART IRMÃOS LIMITADA
SÃO PAULO — BRASIL

R. LIBERO BADARÓ, 293-16°AND.
CAIXA POSTAL, 7179

da pela incidência tributária. Desaparecida essa contingência, e reaparecendo a figura do maquinista não exportador, comercializando mais da metade da produção, poude Volkart Irmãos Ltda. voltar a dedicar-se exclusivamente à sua especialização, que é a exportação.

Esclarecemos que encerramos a nossa atividade de beneficiamento de algodão no interior, mas continuamos com a mesma intensidade anterior a participar na exportação de algodão para o exterior. Não encerramos as nossas atividades em todo o território nacional, ao contrário, continuamos exportadores de algodão.

Esclarecemos que aos funcionários dispensados em razão dessa decisão, estão sendo pagas as quantias obrigadas por lei. Podemos adiantar que para satisfação nossa, temos constatado que a quase totalidade dos funcionários dispensados tem conseguido imediatamente colocação em outras emprêsas do mesmo ramo ou das cidades onde prestavam serviços.

As informações acima, parece-nos, respondem às perguntas de seu ofício acima referido. Colocamo-nos, entretanto, à disposição de V.Sas. para qualquer informação adicional que julgar necessária.

Atenciosamente

VOLKART IRMÃOS LIMITADA

A. S. Naves

AN/ml

CONSIDERçOES FINAIS

É muito provável que o tema central desse ensaio esteja um tanto ofuscado pela complexidade que envolve qualquer análise mais abrangente como, por exemplo, a questão da política espacial frente a antagonismos específicos existentes entre as classes dominantes sediadas na Alta Sorocabana de Presidente Prudente e Nova Alta Paulista.

Resumidamente, podemos dizer que as nossas indagações estiveram centradas sombre as *razões da agestão central*[1] *do* território, cujas preocupações foram em estabelecer estratégias de ação regional *tomando-se o urbano como instrumento* de organização do espaço de consumo, e as bases econômicas em que estavam, fincadas algumas das dificuldades políticas locais resultando, pois, tanto no empobrecimento das gestões administrativas a níveis locais, como no insucesso da primeira regionalização administrativa sobre o Extremo Sudoeste Paulista.

Pois bem, atentando para a distribuição[2] das rendas familiares no Estado de São Paulo em 1980 (fig.4), é possível perceber que, grosso modo, a distribuição da renda familiar no território paulista não privilegia o Extremo Sudoeste Paulista. Em linhas gerais, os extratos de rendas familiares abaixo de 2 e acima de 5 salários mínimos seguem (opostas entre si) as

---

..Continua....

funcionou como uma das Sub-Regiões da Região Administrativa de Presidente Prudente. Portanto, além dos serviços decorrentes de suas atividades econômicas, foram-lhe acrescidas serviços de natureza burocrática.

1.Mais propriamente de **beneficiamento de produtos primários.**

grandes vias de penetração para o interior paulista, ao longo dos quais estão assentadas as suas principais cidades, ao mesmo tempo que assinala uma periferia ainda mais miserável que vai do Vale do Ribeira ao Pontal do Paranapanema, contornando ao norte do Estado de São Paulo. Se nem mesmo a economia urbana dos grandes centros, localizados na região metropolitana de São Paulo e seu entorno, escapam a uma significativa massa de salários composta por famílias com rendas inferiores a 2 salários mínimos, na periferia geográfica do Estado de São Paulo essa realidade é muito mais acentuada e aguda do que mapa comparativo possa estar indicando. As cidades no interior paulista, como receptáculos da pobreza no campo, a despeito de das políticas espaciais, pouco têm conseguido estancar os fluxos emigratórios para outras regiões mais centrais do Estado de São Paulo.

O processo histórico de incorporação de novos espaços ao mercado paulistano, ou seja, a penetração da colonização apoiada na formação de cidades conjuntamente com as vias de acessos também contribuiram na atual distribuição espacial das rendas familiares.Trata-se aqui de um dos resultados da divisão espacial do trabalho no território paulista.

Entre outras razões, por não dispormos de semelhantes agrupamentos desses dados para 1970, não pudemos fazer comparações sobre possíveis novos arranjos espaciais da distribuição das rendas familiares, para daí buscarmos possíveis suas vinculações com a Política de Desenvolvimento Urbano no território paulista, como também poder compará-los no âmbito das Políticas Urbanas implantadas pelos governos estadual e federal. Embora considerando uma série de problemas de natureza

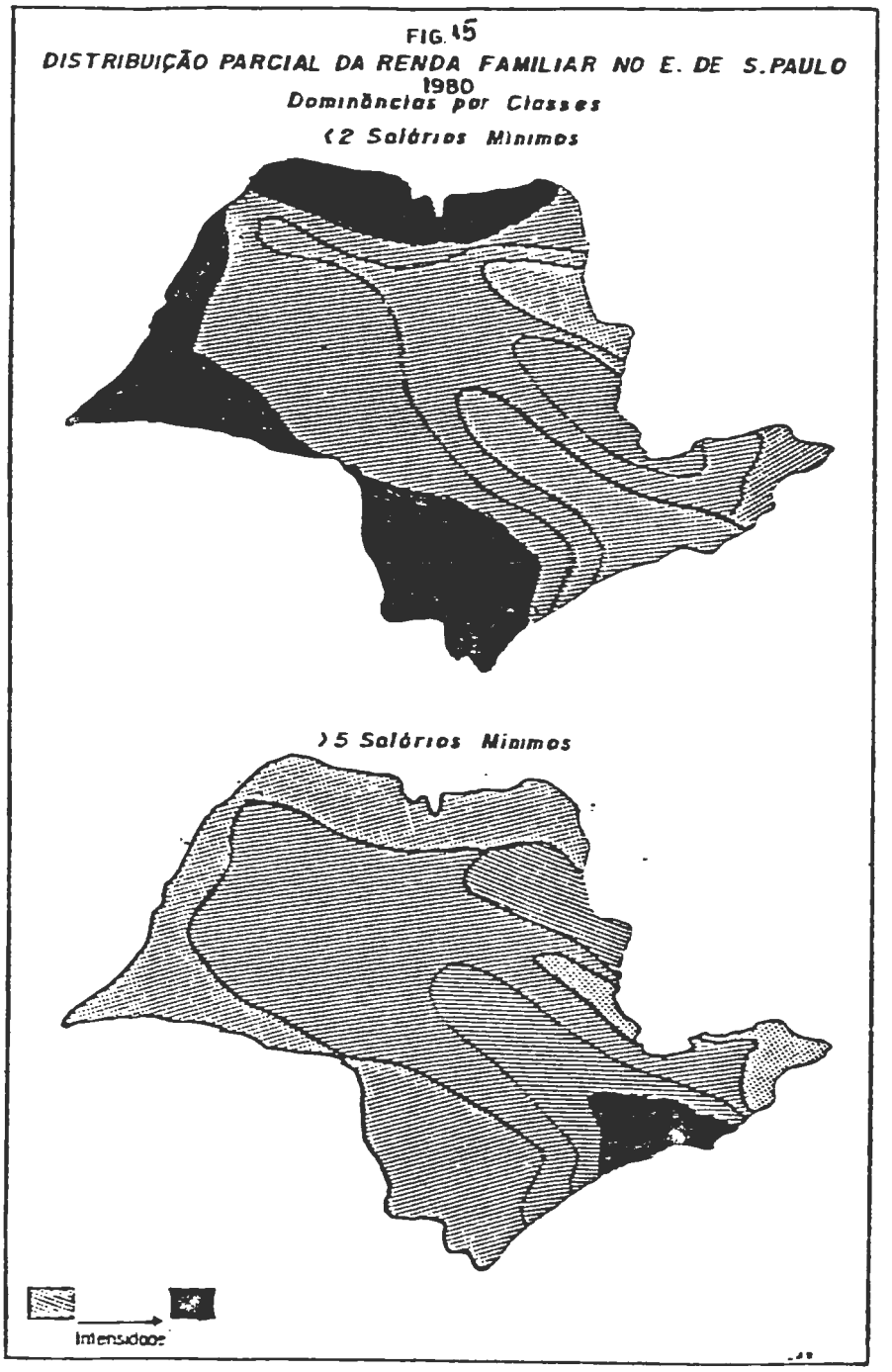
teórica, os dados sobre a distribuição espacial da massa de salários no interior do Estado de São Paulo inferem uma extrapolação da problemática urbana,levando em consideração que prevalência das receitas está no setor primário enquanto que a população concentra-se cada vez mais nas cidades. Embora a concentração da renda não se dê apenas por conta da produção primária.

Mesmo não se esperando uma efetiva desconcentração industrial para os limites do Extremo Sudoeste Paulista paulista, pelo menos crescimentos pontuais das indústrias deveria ocorrer por conta de diversos estímulos contidos na política econômica do governo central e do governo estadual, via Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (BADESP). A preocupação contundente com a desconcentração industrial na região metrolopolitana de São Paulo, bem como os desdobramentos *estimados* para o terciário, já faziam parte de Política Econônica a nível nacional. Excluídas as contradições internas ao capitalismo, a política econômica traz certa coerência, em termos de objetivos de arranjos e da expansão do mercado nacional, marcada pela tentativa de fortalecer e ampliar as pequenas redes urbanas, no conjunto do urbano-industrial e todos os seus corolários diluídos no caráter setorial.

Ao contrário, o setor terciário local, tanto o comércio quanto o serviço, no período de 70-80, tiveram crescimentos também pontuais e de acordo com a distribuição desigual do aparelhamento urbano regional, resultado da concentração acumulativa funcional e populacional em uns poucos centros urbanos. Por isso mesmo, o crescimento das atividades terciárias vem ocorrendo não apenas por conta do circuito inferior da economia urbana, mas também como resposta à expansão

da demanda por serviços de maior sofisticação.

FIG. 15
DISTRIBUIÇÃO PARCIAL DA RENDA FAMILIAR NO E. DE S.PAULO
1980
Dominâncias por Classes



As políticas espaciais para o interior paulista tiveram os seus limites de incidências espaciais controlados por fatores extra-setoriais, de ordem conjuntural, mas certamente subordinadas a crises estruturais. As crises estruturais na economia brasileira correspondem de certa forma às próprias

crises do Estado. Estamos considerando aqui, principalmente, o sistema de representação política e a burocracia estatal que é, por sinal, de onde tem emergido as macro formulações econômicas para o conjunto do território brasileiro.

Como tal, a regionalização formal[1] implantada no Estado de São Paulo no início da década de 70, ao longo de sua vigência, sofreu crises derivadas das tanto do sistema de representação política quanto das diferenciações das formações econômicas Microrregionais. Ao longo de 15 anos, os percalços que sobrevieram à gestão desse território foram acrescidos aqueles decorrentes de inadequação teórica pela forma como essa foi idealizada e tratada. As evidências mais concretas de suas crises estiveram manifestas nas constantes solicitações avaliatórias, principalmente, em torno de disfunções urbanas provocadas pela programação.

A partir de 1986, surge uma nova regionalização para o território paulista, as *Regiões de Governo*. Embora cada uma dessas guardem, no interior de seus territórios, alguns conteúdos econômicos homogêneos importantes, essas surgem muito mais como loteamentos entre lideranças políticas, prioritariamente intra-partidário, no seio do próprio PMDB, partido governista. Presidente Venceslau, como centro sub-regional do mesmo porte (população e função) de Adamantina e Dracena, não havia conseguido, de pronto[2], tal descentralização, mesmo tendo como prefeito *um dos líderes* do PMDB (Tácito C.C.S.) na Alta Sorocabana de Presidente Prudente. O que estava

---

..Continua....

1.Referimo-nos ao governo federal.

2.A inclusão destes dados aqui é apenas de caráter supletivo, um ensaio, mesmo porque ainda existem algumas

na base da dificuldade em se instalar tal aparato regional, com poderes decisórios no município de Presidente Venceslau, residia no fato da bi-polarização de comando no PMDB microrregional, qual seja, vis-à-vis, prefeitos de Presidente Venceslau e de Santo Anastácio, tendo o último como representante Ivandro Maciel Sanches.

O governo paulista na época reconhecia as razões dos conflitos de lideranças. Só mais recentemente, quando o ex-prefeito de Presidente Venceslau e deputado estadual, Inocêncio Herbela, (vinculado ao PTB) foi nomeado Secretário do Interior (Governo Orestes Quércia) é que se conseguiu aparar algumas as arestas políticas domésticas (PMDB) que dificultavam tal descentralização administrativa[1]. Essas são algumas das vicissitudes inerentes às instâncias econômicas, políticas e ideológicas a partir de interesses territoriais, levando em conta que ambos os municípios, Presidente Venceslau e Santo Anastácio, vizinhos entre si, representam papéis importantes na economia regional, além de seus portes populacionais no cojunto das cidades situadas numa faixa intermediária[2].

As constantes avaliações realizadas pelos Escritórios Regionais de Planejamento (Erplan's), durante a vigência das 11 (onze) Regiões Administrativas, por solicitações de lideranças políticas locais, não se deram conta de que as formulações dos ajustes na funcionalidade urbana regional traduziam, em verdade, uma natureza política territorial, de base econômica.

..Continua....

dificuldades metodológicas a serem superadas para uma análise desse tipo, além do que a mesma foge ao escopo deste trabalho. Contudo o mesmo não perde a sua importância exploratória.

Naturalmente que o seu fundamento era econômico, mas não para aquele espaço formal maior[1], e sim a nível de Microrregião Homogênea[2].

Portanto, o que se questiona na regionalização que se processou em 1970, está ligado ao fundamento econômico com desdobramento político que mesma não levou em consideração. As críticas aqui se extendem à programação dos centros urbanos principais como ajustamento da polarização econômica à formal, bem como das razões dos desdobramentos das novas descentralizações administrativas - *Regiões de Governo* - subordinadas a interesses políticos locais.

A importância dada as diversidades internas às Regiões Administrativas é que, possivelmente, estejamos diante daquilo que poderíamos chamar de formações sociais, das quais as microrregiões citadas podem ser suas manifestações. Talvez seja um tanto prentencioso de nossa parte, mas estamos convictos de que a *Região Administrativa de Presidente Prudente jamais* englobou um conjunto de relações sociais produção de modo homogêneo.

Referimo-nos sobre o comportamento da economia do Extremo Sudoeste Paulista, mais no sentido de que as corporações econômicas e sociais locais tiveram as suas formações numa integração intersetorial muito tênue, não o suficientemente que pudesse aglutinar interesses mais amplos no conjunto das classes dominantes, tomando em conta ambas as microrregiões.

..Continua....

1.Estamos nos referindo às 11 Regiões Administrativas implantadas no Estado de São Paulo, entre as quais estamos analisando a de Presidente Prudente.

As instegrações intersetoriais locais na região nunca tiveram muita importância, tanto que a maioria dos projetos de distritos industriais[1] não sairam das cartas das intenções, cuja exigência integrativa sempre foi reduzida, em razão da agricultura e da indústria regional estarem mais direcionadas para integrações com capitais externos ou diagonais ou residual.

Pode-se avaliar o quadro de penúria geral por que passam as populações locais, em razões também das especificidades atuais locais, por estarem sendo agravadas, mas que é mais fundamentalmente por razões de trocas regionais desiguais[2] que afetam duplamente as contas locais. Pode-se ter uma dimensão muito próxima do concreto de como a pobreza no campo e nas cidades foram se intensificando com repercussões nas debilidades das receitas públicas municipais: as arrecadações sobre os impostos Prediais Urbanos atingiram um peso irrisório no conjunto das arredações, em função dos quantitativos prediais e dos valores venais (sempre defasados); a tributação do IPTU também não escapou à fragilidade das massas de salários locais, somando-se a tudo isso doações de terrenos e isenções de impostos relativos aos mesmos, cujos retornos econômicos e sociais para as comunidades locais frequentemente não ocorrem e nem poderiam ocorrer na proporção desejada, por razões da natureza da economia de mercado e também das especificidades de suas economias.

No mais das vezes, as práticas de investimentos

..Continua....

2.No início do governo Orestes Quércia.

1.Presidente Venceslau já dispunha de infra-estrutura remanescente da regionalização anterior, enquanto centro sub-

em infra-estruturas para implantações de Distritos Industriais, por conta dos escassos recursos públicos municipais, à espera de possíveis instalações fabris, nem sempre trouxeram retornos mediatos em termos de qualidade de vida. Essas instalações ainda impuseram como contrapartida dos governos municipais e estadual investimentos em equipamentos de consumo coletivo e despoluição.

Em outros termos, ao contrário da descentralização programada pelo Estado, o que vem acontecendo nos municípios além da perda de suas autonomia financeiras provocada pelo Sistema Tributário, acresce que a reduzida implantação industrial ainda arcabam por arcar aos municípios com os custos sociais da poluição, uma vez que o setor privado traz consigo um educação empresarial que lhe dá a capacidade de questionar que "os impostos lhes dão o direito de poluir". Em outros termos, as externalização dos custos sociais como os reparos pela poluição provocada pelo setor privado, por exemplo, deve ficar a cargo setor público.

A resolução desse tipo de problema compõe daquilo que dissemos no início deste trabalho: sobre a *espacialidade*. O setor privado emcarrega ideológicamente ao setor público a tarefa de aprovisionamento de equipamentos de consumo coletivos, o quais correspondem a construção de espaços muito específicos e necessários à reprodução deste ou daquele setor privado, ou seja, escolas, rede de água e esgoto, postos de saúde, vias de acessos, outras facilidades de transportes, enfim as infra-estruturas física e social.

As fontes tributáveis mais significativas em termos de transferências para os municípios de reduzidas malhas urbanas estão mais diretamente subordinadas ao setor agropecuário, cujo

comportamento depende muito mais da política econômica, a níveis mais globais do que de iniciativas de âmbitos locais, tomando-se aqui apenas uma de suas variáveis, a concentração dos meios de produção nesse setor primário. Como consequências financeiras desses desdobramentos enfrentados pelos políticos, vê-se uma tendência homogeneizadora das manifestações reivindicatórias microrregionais, as quais se justificam pelas frequentes reuniões entre prefeitos. *Para nós, mesmo* considerando especificidades muito nucleadas na economia regional, tais reivindicações tanto podem ser indicativo da acentuação da divisão espacial trabalho a nível microrregional; ou de uma homogeneização das relações de trabalho de forma mais abrangente, a ampliação de diversas dependências impostas por uma economia cada vez mais oligopolizada, cujos desdobramentos mais imediatos são as insatisfações gerais donde emergem as pressões populares sobre o poder público local.

Por diversas vezes ouvimos na periferia de Presidente Prudente, em bairros que haviam recebido pavimentações, redes de água e esgotos e escola mediante movimentos sociais, donde os moradores se viram forçados deixá-los para trás face a progressiva tributação imobiliária fora do alcance de suas rendas. É bom frisar que os movimentos sociais urbanos na Região de Presidente Prudente têm sido muito restrito. Aqui fazemos um laço entre a tradição da ausência de movimentos sociais urbanos locais com as prioridades de apropriações em relação ao chão urbano por parte dos trabalhadores aí instalados, ainda vinculados de uma forma ou de outra ao setor primário, principalmente nas cidades pequenas. O que já não com os trabalhadores nas regiões metropolitanas, cuja apropriação do chão urbano é fundamental para a sua reprodução, pelo menos

enquanto força-de-trabalho.

De todas as gestões por que Presidente Prudente foi submetida, as excutadas por Paulo Constantino (a última em curso) caracterizam-se pelos investimentos que direcionou para a urbanização. Este é um empresário que pensa a cidade como um produto capitalista por excelência, ou ainda, a cidade como istrumento do capitalismo. Mesmo que seja uma questão complexa, Sr. Antônio Sandoval Neto, embora empresário urbano e rural, jamais havia pensado a cidade da mesma forma, mas sim como um populista. Talvez por razões de natureza cultural, pois a sua última gestão encerrou-se no inícios dos anos 70, portanto num passado recente, fora da fase das grandes gestões das Política Urbanas. Em Presidente Prudente, a gestão do prefeito Walter Lemes, em meados dos anos 70, foi a primeira a se utilizar do programa Cidades de Porte Médio.

Uma gama de pressões atuais sobre os centros urbanos menores engloba várias modadalidades de baixa produtividade econômica (do ponto de vista da eficiência: relação custo-benefício)[1]. Essas pressões foram se tornando tão ou mais agudas do que aquelas verificadas em centros situados num nível hierárquico inferior da rêde urbana regional (local, zonal, sub-regional) uma vez que, pelo menos para o escalão de Presidente Prudente não se dão apenas as somatórias (quantitativas) de pressões (que acompanham os movimentos migratórios do campo e das pequenas cidades locais); tais pressões quantitativas reproduziram-se em mudanças qualitativas, adquirindo especificidades de acordo com os momentos históricos e dos ambientes sócio-econômicos em que emergiram e para onde foram

---

..Continua....

regional na hierarquia decisória da burocracia estadual.

transferidas.

Explicando melhor, nas cidades locais de porte populacional menor que Presidente Prudente, até o momento que as conhecemos de perto, não se têm aí criado condições que pudessem emergir movimentos sociais urbanos, por uma razão muito simples, as relações sociais de produção em que os seus moradores urbanos estão envoldidos são estreitamente ligadas à questão agrícola e agrária. A cidade, para os agricultores que residem nas cidades pequenas, não é um espaço objeto de apropriação imediata. O que lhes são prioritários são as apropriações dos meios e produtos dos seus trabalhos. As cidades pouco lhes representam, senão enquanto moradia provisória. Portanto, a arena de suas reivindicações, pelo menos num primeiro momento, não tem o espaço urbano como fundamento de suas lutas.

As nossas preocupações, como objeto de conhecimento, abrangem uma gama enorme de pontos para que pudéssemos entender que as transformações ocorridas no interior do território paulista, de forma a integrá-lo ao conjunto da economia macrorregional, e mais especificamente à economia paulista, nunca foram espontâneas (mesmo que em dados momentos nada lhes explicitassem). Quando digo espontâneas, estou me referindo aos acontecimentos locais de naturezas econômicas e políticas cujos fundamentos têm escapado aos seus controles. Se ao longo de sua ocupação, o extremo sudoeste passou por diversas fases, essas sempre estiveram subordinadas aos arranjos mais amplos do território macrorregional e nacional.

Quando fizemos referências ao desdobramento de novos municípios, estávamos tentando colocar em evidência que as classes dominantes locais estavam emergindo concomitantemente

com o crescimento urbano. As emergência dos centros urbanos locais seguiram uma rota, fundamentalmente de natureza econômica e política, ou seja, da legitimação ou institucionalização dos territórios da reprodução das relações sociais de produção do ponto de vista do desenvolvimento do capital (das classes dominantes locais). As instalações Municipais traduziam uma formalidade de importância fundamental para o seu reconhecimento pelos aparelhos estatais, ou seja, daqueles territórios enquanto instrumentos de interesse de classe, ao mesmo tempo como objetos passíveis de políticas espaciais *esta por parte de gestões mais centralizadas.*

Não se trata de uma visão estreita, pois é preciso analisar com maior profundidade (se é que isso é verdadeiro) como se constituiram as formações sociais entre numa e noutra Microrregião. Consideramos ainda uma outra dificuldade constitutiva da regionalização, em termos mais imediatos, ainda a diferenciação nos sistemas de cidades entre a Alta Sorocabana e a Nova Alta Paulista.

Na primeira, a Alta Sorocabana de Presidente Prudente, quase a totalidade da emergência das cidades estiveram muito ligadas ao apoio da ferrovia. Aparentemente sem importância maior e imediata, a pecuária extensiva e sinicialmente restrita beneficiou-se da rede urbana com uma relativa ausência de rodovias mais signficativas. A valorização das terras no Pontal do Paranapanema e outras áreas da Alta Sorocabana de Presidente Prudente deveu mais por outras que por acessos rodoviários.

Ao contrário da Nova Alta Paulista que teve na estrada-de-ferro, na maior parte desse território, importância secundária, comparada como o papel das estradas de rodagens na

penetração mais ágil das relações cidade-campo. Essa diferenciação por si só contribuiu para o estabelecimento de sistema de cidades diferenciada da Microrregião anterior.

Nisto se resume as preocupações deste ensaio, o qual acreditamos tenha nos dado algum entendimento acerca de determinados arranjos que a economia modela o território[1] mas não só a economia, e sim a totalidade das instâncias sociais.

1.Segundo R.L.CORREA, por Gestão do Território, "entendem-se, resumidamente, as ações exercidas pelos agentes sociais, privados, públicos, no sentido de apropriar-se de um território e controlar a sua organização sócio-espacial.Visam essas ações, em última instância, a garantir o sistema social do qual os agentes que dispõem de poder constiturem os gestores do território", continua ele com um exemplo,"Na sociedade capitalista atual a gestão do território deriva em grande parte das grandes corporações multinacionais e multilocalizadas, entre elas aquelas do setor financeiro. De fato o processo de criação, apropriação e circulação do valor, fundamental, mas não exclusivo, para a organização do espaço capitalista, passa necessariamente pela atividade financeira, cuja magnitude, tanto em termos monetários como espaciais, e uma medida do grau de desenvolvimento das atividades capitalista" CORREA (1989).

BIBLIOGRAFIA

ABREU,Dióres Santos.*Comunicações entre o Estado de Mato Grosso* e Sudoeste de São Paulo, *Sao Paulo, Separata n.105 da Revista de* História, USP,1976.

-----.*Formação histórica de uma cidade pioneira, Presidente* Prudente, *Pres. Prudente, FFCLPP, 1972.*

-----.*Poder Político local no populismo - Presidente Prudente* SP) - 1928-1959. *Presidente Prudente, IPEAPP, texto, 1982.*

ALBUQUERQUE,R.C.de. *O Estado como superinstituição e o poder* regional: as razões do descentralismo. *Brasília, Pool, 1984.*

ALEGRE,Marcos. População e povoamento. *Guia de Excursões.* Presidente Prudente,n.1, p.36-77, jul. 1972.

ANDRADE, Manoel Correia de. *Espaço, Polarização e* Desenvolvimento (A teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade nordestina). *São Paulo, Brasiliense, 1973.*

ANDRADE,T.A.; LODDER,C.A.*Sistema urbano e cidades médias no* Brasil. *Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979.*

ANTONIO,A.P. *A Colônia Aymoré - uma tentativa de* reconstrução, *dissertação de mestrado, 1981.*

-------. *O Movimento social e a organização do espaço rural nos* assentamentos populacionais dirigido pelo Estado: os exemplos na Alta Sorocabana no período 1960-1990.*São Paulo,* USP,1990.

AOKY,Yolanda; SPOSITO,Maria Encarnação Beltrão. Crescimento e concentração das redes comerciais paulistas. *Caderno* Prudentino de Geografia, *Pres.Prudente, n: 2, nov, 1981.*

ASARY,Alice Yatio; USSAMI,Yoshie. Algumas considerções sobre um núcleo de habitação popular - Conjunto Habitacional Bartholomeu Miranda Presidente Prudente - SP. *Caderno* Prudentino de Geografia,*Pres.Prudente, n.2, p.7-24, nov. 1981.*

AZEVEDO,E.A.Planificación y gestion en el areas metropolitana de Sao Paulo: experiencias y observaciones. *Revista* Interamericana de Planificacion,*México,n.63,México,SIAP, 1982.*

BARBOSA,M.C.B.*Algumas anotações sobre a gestão do Estado?no* processo de urbanização de São Paulo, *texto, s.d.*

BARDELLA,C.-Planificacion, poder y empresariado. *Revista* Interamericana de Planificacion, *n.63-63, México, SIAP, 1982.*

BARREIRA,José. Disparidades regionais e política tributária. Algumas reflexões sobre o caso de São Paulo. In: CONGRESSO NACIONAL DE GEOGRAFIA, 48, Córdoba, 1986. *Contribuiciones* Científicas.*Córdoba: Sociedad Argentina de Estudios* Geográficos, 1986. p.31-43.

--------. *Ensaio sobre o esvaziamento populacional na região* de Presidente Prudente, *CNPq, 1981,150 p.*

BECKER,Bertha K. O crescimento econômico e estrutura espacial no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 34, n.4, Rio de Janeiro, 1972.

BENITES, Miguel Gimenes. O domínio fundiário das cidades da Alta Sorocabana. *Anais*, São Paulo, AGB, vol.18, p.300-304, 1973.

BERNARDES,L.G. Sobre o processo de metropolização no Brasil. *Revista Geográfica*, n. 71, R.Janeiro IPGH, 1969.

BLAY,E.A-Planejamento para quem ? Ou reprodução de favelas nas cidades paulistas. *A Luta Pelo Espaço*, Petrópolis, Vozes, p.169-179, 1978.

BOGUS,L.M.M.;BAENINGER,R. Reorganização espacial da população no interior paulista. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v.3, n.3, p.69-83, sul/set, 1989.

BRITO,L.N. *Política e espaço no Brasil*. S.Paulo,Nobel,1986.

BURZSTYN,M. Terra e poder.*Tecnologia e Gestão do Território*. Rio de Janeiro, UFRJ, p.53-54, 1988.

BUSTELLO,E.S.; RAY,B.(Org.). *Política x técnica no Planejamento*. Brasiliense,1982.

CAMARGO,A.R.; et alli. Nota introdutória sobrea construção de um objeto de estudo: o urbano. In: A Qestão Urbana e os Serviços Públicos.*Cadernos Fundap*. São Paulo, v.1, n.1, p-4-28, 1983.

CANO,Wilson. *Desigualdades regionais e concentração industrial no* Brasil (1930-1970).*Campinas, Global,1985.*

----. Raízes da concentração industrial no Brasil. Campinas,Global,1985.

CARLOS,A.F. A Cidade e a organização do espaço. *Revista do* Departamento de Geografia,*São Paulo, USP, n.1, p.105-111, 1982.*

CASALI,P.A. A Questão tecnocrática Campo intelectual-tecnoburocrático e o discurso dos agentes do planejamento urbano. *Espaço & Debates*,São Paulo, v.3,n.9, p.42-65, mai/ago, 1983.

CASTELLS,Manuel. Crise do Estado, consumo coletivo e contradiçoes urbanas. *O Estado em Crise*, Rio de Janeiro, Graal, 1977.

--------. Intervenção administrativa nos grandes centros urbanos. *Espaços & Debates*, S.Paulo,n.6, p.64-75, 1982.

--------. *Questão urbana*.Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

CASTRO,I.E de.Tecnologia e tendências de configuração do território: problemas e níveis de gestão.*Tecnologia e Gestão* do Território.*Rio de Janeiro, UFRJ, p.211-218, 1988.*

CASTRO,M.E.G.de. Governo local, processo político e equipamentos

sociais: um balanço bibliográfico. *Boletim Informativo e* Bibliográfico de Ciências Sociais,*Rio de Janeiro,n.25,p.56-82,* 1988.

CHALOUT,Y. *Estado, acumulação e colonialismo interno.* Petrópolis, Vozes, 1978.

CLARK,Colin. *Introdução à geografia urbana.* S.Paulo, Difel,1985.

CLAVAL,Paul. *Espaço e poder.* R.Janeiro,Zahar,1979.

CORAGGIO,J.L.Possibilidades de um planejamento territorial para a transição na América Latina. *Espaços & Debates*, São Paulo, v.1, n.20, p. 1987.

CORREA,Roberto Lobato .Os Centros de gestão e seu estudo.*Revista* Brasileira de Geografia, *v.51, n.4, p.109-120, Rio de Janeiro,* 1989.

------.Concentração bancária e os centros de gestão do território.*Revista Brasileira de Geografia*,v.51,n.2,p.17-32, Rio de Janeiro, IBGE,1989.

------.Hirterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. *Revista Brasileira de* Geografia, *v.51, n3, p.103-112, jul/set, Rio de Janeiro,* IBGE,1989.

------.*Região e organização espacial.* S.Paulo,Atica, 1986.

COSTA,Manoel Augusto da. *Urbanização e migração urbana no Brasil.* Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975.

COSTA, R.H. da. O resgate de uma identidade. *Revista* Geografica, *México, IPGH, n. 105, p.181-188, ene/jun, 1987.*

COSTA,V.M da. Centralização e Gestão democrática do território: uma oposição ?. In:*Tecnologia da Gestão do* Território. *Rio de Janeiro, UFRJ, pg.99-120, 1987.*

COUTINHO, L.G. Evolução da administração descentralizada em São Paulo.*Cadernos Fundap.* São Paulo, v.2, n.3, p. 55-74, mar.1982.

CUNHA,J.M.Pinto da; RODRIGUES,I. Processos migratórios - uma perspectiva regional. *São Paulo em Perspectiva.*São Paulo, v.3, n.3, p.61-68, jul/set, 1989.

DAVIDOVICH,Fany. Urbanização brasileira: tendências, problemas e dasafios. *Espaços & Debates*, São Paulo, v.4, n.13, p.12-29, jun, 1984.

----------.Tendência da urbanização no Brasil, uma análise espacial. *Revista Brasileira de Geografia.*Rio de Janeiro, v.51, n.1, p.73-88, jan/mar. 1989.

----------.A Grande empresa, o Estado e a reorganização do território nos últimos anos - relatório.*Tecnologia da Gestão do* Território.*Rio de Janeiro, UFRJ, p.159-170, 1988.*

----------. Transformações do quadro urbano brasileira: período 1970-1980. *Revista Geográfica*, México, n.105, p.53-75,

ene/jun, 1987.

DEBATE em E & D. Planejamento em crise. *Espaço & Debate*, São Paulo, v.1, n.1, p.103-132, jan. 1981.

----------. Poder Local.*Espaço & Debate*,São Paulo, v.1, n.3, p.117-146, set.1981.

DOWBOR,L. Planificação central e regional.*Espaço & Debates*,São Paulo,v.2, n.6, p.55-63, jun/set, 1982.

DUARTE,Luiz Capdevile. Regionalização - considerações metodológicas. *Geografia Teorética*, Rio Claro, v. 10, n.20, p.5-32, 1980.

DULLONG,R.A crise da relação Estado/sociedade local vista através da política regional. *O Estado em Crise*, R.Janeiro, Graal, 1977.

FARIA,W. Crescimento econômico, urbanização e pobreza: o caso de São Paulo. In: *A Questão Urbana e os serviços Públicos*, São Paulo, v.1, n.1,Estudos Fundap, 1983.

FELICISSIMO, J.R. *Características e tendências da política* local no Brasil, após 1945. *Texto, Nov,1977, sd.*

_____,J.R. Estado regional no Brasil: Dilemas de uma drama inconcluso. *São Paulo em Perspectiva*.São Paulo, v.3, n.1/2, p.13-24, jan/jun, 1989.

FREITAS,O.L.C.Capital e força de trabalho no setor secundário - em Presidente Prudente. *Caderno Prudentino de* Gegrafia, *n.8, p.15-32, Mar. 1986.*

FRESCA,TANIA MARIA. *A Dinâmica funcional da rede urbana do oeste* paulista - Estudo de caso: Osvaldo Cruz e Inúblia Paulista Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1990.

FRIEDMANN,J.A estratégia dos polos de crescimento como instrumento da política de desenvolvimento. *Cadernos de* Teoria e Conhecimento, *Porto,n.6,p.27-62, Rés, 1975.*

GARMS,A..A sobrevivência das pequenas cidades: o exemplo da Alta Sorocabana. *Caderno Prudentino de Geografia*. Presidente Prudente, n. 2, p.25-34, nov. 1981.

DEBATE em E & D. *Espaço & Debates*, São Paulo, v.1, n. 4, p.137-175, jan. 1981.

GEIGER,Pedro P. Aspectos das dimensões espaciais da industrialização no Brasil. *Anais*. São Paulo, AGB, v. 19, 1978.

------. Ensaio sobre a reestruturação do espaço no Brasil. Revista Geografica, *México, n.105,p.5-22,ene-jun, 1987.*

------. *Expansão da classe média e do setor* públicos a urbanização no Brasil.*Texto, s/d.*

------.*Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro, I.N.E.Pedagógicos, 1963.

GEORGE,Pierre.*Geografia urbana*. São Paulo, DIFEL, 1978.

GOLDESNTEIN,Léa.; SEABRA,Manueal.G.Divisão territorial e nova regionalização. *Revista de Geografia*, São Paulo,USP, n.1, 1980.

HADADAD,Paulo(Org.).*Desigualdades regionais e descentralização* industrial. *Rio de Janeiro, IPEA, 1974.*

-------. *Planejamento regional: métodos e aplicação ao caso* brasileiro. *Rio deJaneiro, IPEA, 1974.*

HARVEY,David. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo, Hucitec,1980.

------.O Trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço e Debates*, São Paulo, n.6, p.6-35, jun/set, 1982.

HILHORST,Jean.*Planejamento Regional - um enfoque sobre sistemas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

JACOBI,Pedro. Atores Sociais e Estado. *Espaço & Debates*, São Paulo, n.26, p.10-21, 1989.

------. Prefeituras democráticas, movimentos populares e poder local: participação, cooptação ou autonomia?.*Espaço &* Debates,*São Paulo, v.3,n.9,p.66-69, São Paulo, mai/ago, 1983.*

KAPLAN,Marcos. Aspectos políticos do Planejamento na América. Política x Técnica no Planejamento.*São Paulo,Brasiliense,* 1982.

KUGELMAS, E. Políticas públicas na administração paulista: 1946/77. *Cadernos Fundap*.São Paulo, v.5, n.9, p.30-45.

LAMPARELLI,Celso M. *Políticas públicas, desenvolvimento social e* poder local. *Texto, s.d.*

LEDRUT,R.Política urbana e poder local. *Espaço e Debates*, São Paulo, n.1, p.5-20, set.1981.

LEITE,José Ferrari. *A Alta Sorocabana e o espaço polarizado por* P.Prudente. *Pres.Prudente, FFCLPP,1972.*

-----. *A Ocupação do Pontal do Paranapanema*. Pres.Prudente, UNESP-IPEA, 1981.

-----.*Regões em crise*. Geografia, 1, Marília, FGFSD, 1980.

-----. A vida urbana. *Guia de Excursões*. Pres. Prudente, n. 1, p.98-130, jul. 1972.

-----.Alta Sorocabana (uma região em busca de sua vocação). Caderno Prudentino de Geografia, *Pres. Prudente. n.2, p.75-83,* nov. 1981.

LEMOS,Amália Ines Geraiges de. Algunas Reflexiones sobre el Espacio del Hombre: Esperiencias de San Pablo (Brasil). *Revista* Geografica,*México, n.108, p.149-158, jul/dic. 1988.*

LIPIETZ, Alain. *O Capital e seu espaço.* São Paulo, Nobel, 1988.

-------. O Terciário, arboresecência da acumulação capitalista: proliferação e polarização. *Seleções de Textos*, 16, S.Paulo, AGB, 1986.

LOJKINE,Jean.*O Estado capiatalista e questão urbana*São Paulo, Matins Fontes, 1981.

LOUNDO,R.P.D. Diferenciação de espaços. Espaço enquanto determinação de sentido e espaço enquanto rex extensa. In:*Tecnologia e Gestão do Território*,Rio de Janeiro, UFRJ, p.79-90, 1988.

LU,Martin.*Planejamento regional-urbano e análise de sistemas:* Formalização de um modelo articulativo.*São Paulo, IPE/USP*, 1984.

MAMIGONIAN,Armen.Notas sobre os frigoríficos do Brasil central pecuário. *Boletim Paulista de Geografia*,São Paulo, n. 51, p.7-14, jun. 1976.

----------. Localização industrial no Brasil. *Boletim Paulista* de Geografia, *São Paulo, n. 51, p.83-86. jun. 1976.*

----------. Tendências recentes do processo de urbanização na Alta Sorocabana. *Anais*, São Paulo, v.18, 1973.

MANTEGA,Guido. A. *Economia política brasileira.* São Paulo, Pólis/vozes, 1985.

MARKUSEN,A.Região e regionalismo.*Espaço & Debates*, São Paulo, v.1, n.2, p.63-100, mai.1981.

MARTINE,George. A natureza e os impactos das políticas públicas sobre a distribuição espacial da população no Brasil. *São Paulo* em Perspectiva. *São Paulo, v.3, n.3, p.46-56, jul/set. 1989.*

MARTINS,Carlos Estevam. Regiões Administrativas: uma nova política. *Boletim do Interior.* São Paulo,S.I, v.19, n. 5, p.22-30, 1984.

MARTINS,José de Souza.*Capitalismo e tradicionalismo.* São Paulo, Pioneira,1975.

MARTINS,Olímpio Beleza. As tranformações ocorridas na economia da Alta Sorocabana. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n.7, pg.19-28, nov.1984.

MELLO,Maria Conceição D'Incao. *O Bóia fria - acumulação e miséria.Petrópolis, Vozes, 1979.*

MENEGOZI,Arnado.R.;FORTUNATO,Elizabeth.Aspectos econômicos e geográficos da produção de Leite na Alta Sorocabana.*Caderno* Prudentino de Geografia,*Pres.Prudente,n.5,p.43-98, jul., 1983.*

MONBEIG,Pierre. *Pioneiros de Fazendeiros de São Paulo.* São Paulo,Hucitec,1984.

MORALES, M. Estado e desenvolvimento regional. *Abordagens políticas da espacialidade, coord. por Berta K. Becker* Rio de Janeiro, UFRJ, 1983.

MARANGONI,Ana Maria M.C. *O Governo planejador e as transformações* do espaço brasileiro. *S.Paulo, USP, 1982,*

MARTINELLI,M.*Comunicação cartográfica e o Atlas de Planejamento.* S.Paulo, USP, 1984.

MONBEIG,Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.* São Paulo, Hucitec, 1984.

MORAIS,A.C.R.de.*Ideologias geográficas- Espaço, cultura e* política no Brasil.*São Paulo, Hucitec, 1988.*

MULLER,Nice L. Planalto ocidental: a ocupação dos vales e dos espigões. *Marcha do café e as frentes pioneiras,* Guia de Excursões, 3, EGI, Rio de Janeiro, 1960.

NACIRI,M. *La Crise urbaine.* Text. s.d.

OLIVEIRA,Ariolvaldo U. de. A Lógica da especulação imobiliária. Geografia: teoria e crítica. *R.Janeiro, Vozes, 1982.*

OLIVEIRA,Francisco de.O Estado e o urbano no Brasil. *Espaço &* Debates, *São Paulo, n.6, p.36-54, 1982.*

---------.*Elegia para uma re(li)gião.*Rio de Janeiro,Paz e Terra,1979.

---------.O Terciário e a divisão do trabalho. *Estudos* Cebrap, *São paulo, n.24, p.139-168, s/d.*

PERROUX, François. Nota sobre o conceito de 'pólo de crescimento'. in: A Planificação e os Pólos de Desenvolvimento. *Cadernos de Teoria e Conhecimento*,Lisboa n.6,p.6-26,Rés,1975.

PRETECEILLE,E. Políticas urbanas, equipamentos e serviços coletivos:elementos para um balanço das pesquisas. *Espaço &* Debates , *São Paulo, v.2, n.18, p.5-18, ago.1986.*

POULANTZAS,Nicos.*Poder político e classes sociais.*São Paulo, Martins Fontes, 1986.

----------. As Transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In: Poulantzas,N.(Org.) *O Estado* em Crise, *Rio de Janeiro, Graal, p.3-41, 1977.*

REICHSTUL,H.P.; GOLDNSTEIM, M. L.- Do complexo cafeeiro à industrialização. *Texto Selecionado de Intrdução à Economia,* Texto, 29/04/80.

REMICA (Remarques Mydi-Catalunya-Remica), *Sistemas espaciales* y estruturas regionales *Revista de Geografia, v.8, n.1,2.* Barcelona, 1974.

ROCHEFORT,Michel.Os problemas de organização do espaço urbano. *Caderno Prudentino de Geografia,* n.4, Pres.Prudente, 1982.

---------.Regionalização e rede urbana. *Caderno Prudentino* de Geografia, *n. 4, Pres.Prudente, 1982.*

RODRIGUES,S.K.*Alguns aspectos qualitativos da experiência de* Planejamento em nosso país. *Texto, s.d.*

SEADE/FECAMP/UNICAMP. A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, 1920-1980. *Coleção Economia* Paulista,*São Paulo, v.1,n.1, 1988.*

SEADE.Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Migração no interior do Estado de São Paulo. *Informe Demográfico*.São Paulo, n.23, jul.1990.

-----.*Relatório Síntese*.São Paulo, dez. 1988.

-----.*Região de Presidente Pruente: vinte anos de alta evazão* populcional por Luis Patrício.*São Paulo, 1983 (Análise* Demográfica Regional,11).

-----.Resumos sobre população no Brasil.*Revista DOCPOP*,São Paulo, v.1 n.1, dez,1982.

SERRA,José. O Sistema tributário: Diagnóstico e Reforam.*Revista* de Economia Política. *v.3, n.1, p.5-30, jan/mar, 1983.*

SCHMIDT,B.V.A Presença do Estado nas grandes cidades.*Espaço &* Debates, *São Paulo, v.4. n.13, p.84-102, jun,1984.*

SINGER,Paul. *Economia política da urbanização.* S.Paulo, Brasiliense,1977.

SANTOS,Milton. *Espaço do cidadão.* São Paulo, Nobel, 1988.

------. O Espaço Dividido, os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro, F.ALVES, 1979.

------.*Espaço & método.* São Paulo, Nobel, 1985.

------.*Espaço e Sociedade.* Rio de Janeiro, Vozes, 1979.

SANTOS,Milton; SOUZA,Maria Adélia de (Org.).*O espaço* interdiciplina. *S.Paulo,Nobel, 1986.*

SÃO PAULO,Secretaria de Economia e Planejamento.*Anais*, 1, Encontro Nacional de Planejamento e desenvolvimento Regional, S.Paulo,1984.

----------.*Cidades médias e desenvolvimento industrial - uma* proposta de descentralização metropolitana. *Série Estudos e* Pesquisas n.17, São Paulo, 1978.

----------.*Planejamento para o desenvolvimento.* S.Paulo, Série Estudos e Documentos, n.15, São Paulo, 1978,

----------.*Política de desenvolvimento urbano e regional, Série Documentos, n.2, São Paulo, 1978.*

----------. *O Programa nacional do Alcool e a política de* desenvolvimento urbano e regional, *Série Documentos, n.3, São*

Paulo,

SÃO PAULO,Secretaria do Interior. *Fatores locacionais da* indústria e o desenvolvimento regional dos centros urbanos. S.Paulo, 1981.

----------. *Organização regional do Estado de São Paulo,* polarização e hierarquia dos centros urbanos *S.Paulo, 1982.*

SOJA,Eduard. Uma concepção materialista da espacialidade. Abordagens Políticas das Espacialidades, *org. por Becker,B. et* al Rio de Janeiro, UFRJ, 1987.

SOUZA, Maria Adélia de.*Governo urbano*. São Paulo, Nobel, 1988.

-----.Regionalização: tema geográfico e político - o caso de São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*, n.50, S.Paulo, AGB, 1976.

-----.*São Paulo - Ville/Région - Propositions métolológiques.* Paris, Université de Paris I, 1985.

SPOSITO,Eliseu Savério.*Migração e permanência das pessoas nas* cidades pequenas. *São Paulo, USP, 1983.*

SPOSITO,Maria Encarnação Beltrão. *O Chão em Presidente Prudente:* a lógica da expansão territorial urbana. *Rio Claro,* UNESP,1983.

STOHR,W.B.Características estruturais de áreas periféricas e a relevância das variáveis mais utilizadas na ciência regional. *Abordagens Políticas das Espacialidades*, org. por Becker et. al. Rio de Janeiro, UFRJ, 1987.

-----.*La Definicion de regiones en relacione con el* desarrollo nacional y regional en America Latina. Hamilton, IPGH, 1967.

STORPER,M. Desiquilibriun and dynamics in metropolitan economic developement in the third world: reply to Towroe and Hamer. *Regional Studies.*London, v.19, n.2, 1984.

-------. Who benefits from industrial descentralization? Social power in labour market, income distribuition and spatial policy in Brazil. *Regional Studies.*London, v.18, n.1, 1984.

TEIXEIRA,Márcio Antônio. Notas sobre a cultura do algodão no contexto dos "cilcos" econômicos do Oeste Paulista.*Caderno* Prudentino de Geografia, *Presidente Prudente, AGB, n.5, p103-*106, jul. 1983.

TINBERGEN,Jean. Enlace da planificação nacional com a planificação urbana e regional. *Cadernos de Teoria e* Conhecimento,*Lisboa, n.6, p.63-82, Rés,1975.*

TOWROE,P.M.; KEEN,D.Polarization reversal in the State of São Paulo, Brazil. *Regional Studies*,London,v.18,n.1, London, 1984.

TOWROE,P.M.;HAMER,A.M. Who benefits from industrial descentralization? Reponse to Storper. *Regional Studies.* London, v.18, n.4, 1984.

VASQUES,A.C.B. *A evolução da ocupação das terras do município de* Teodoro Sampaio. *São Paulo, USP, São Paulo, 1973.*

UNIVERSIDADE ESTADUAL "JULIO DE MESQUITA FILHO". *Estudos básicos* para o planejamento municipal: Regente Feijó. *Presidente* Prudente, 1980, Monografia.

VILLENEUVE,P.Y. Classes sociais, regiões e acumulação do capital. *Seleção de Textos*, n.8, p.1-20, S.Paulo, AGB, 1981.

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: http://ppgh.fflch.usp.br/.